



UnB



UFPB



UFPE



UFRN

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROGRAMA MULTIINSTITUCIONAL E INTER-REGIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**EVOLUÇÃO DA TERMINOLOGIA PRINCÍPIO CONTÁBIL
BASEADA NA ESCOLA NORTE -AMERICANA**

Atelmo Ferreira de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama

Natal - RN

2003.

ATELMO FERREIRA DE OLIVEIRA

**EVOLUÇÃO DA TERMINOLOGIA PRINCÍPIO CONTÁBIL BASEADA NA
ESCOLA NORTE-AMERICANA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília – UnB, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama

Natal - RN
2003

TERMO DE APRESENTAÇÃO

A TELMO FERREIRA DE OLIVEIRA

EVOLUÇÃO DA TERMINOLOGIA PRINCÍPIO CONTÁBIL BASEADA NA ESCOLA NORTE-AMERICANA

Dissertação submetida como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Unb, UFPB, UFPE e UFRN.

Aprovada por:

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama (UnB/UFPB/UFPE/ UFRN) - Orientador

Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva (UnB/UFPB/UFPE/ UFRN) - Examinador Interno

Profa Dra. Marina M. Yamamoto – (USP) – Examinador Externo

Natal, 24 de outubro de 2003

FICHA CATALOGRÁFICA

Oliveira, Atelmo Ferreira de

Evolução da terminologia princípio contábil Baseada na Escola norte-americana/Atelmo Ferreira de Oliveira, Natal: UFRN, 2003.

173p.

Dissertação – Mestrado

Bibliografia

1. Teoria da Contabilidade
2. Terminologias
3. Princípios
4. Postulados
5. Padrões
6. Características Qualitativas

CDD: 657.48

“A linguagem e a terminologia são exercícios intelectuais extremamente valiosos. O mesmo se dá com as definições e a delimitação de conceitos, pois ajudam a aprimorar o pensamento em contabilidade.”

Eldon S. Hendriksen
Michael F. Van Breda

AGRADECIMENTOS

A Você que é a essência das terminologias, minha fonte de inspiração, meu alento nas horas de cansaço, minha rocha nas horas de fraqueza, meu maior modelo. Você que sempre me mostrou que o impossível se torna possível quando o homem acredita que é capaz de alcançar os objetivos traçados.

Aos meus pais, que me deram o privilégio de conhecer o que significa lutar por um sonho. Quanto a você pai (*in memoriam*) - que resolveu partir antes de contemplar a realização deste sonho - fica a certeza de que os ensinamentos transmitidos germinaram e começaram a brotar os frutos.

À Vitória, companheira ao longo da jornada, que tem contribuído de forma decisiva na construção deste projeto, a busca pelo saber. A você, meu eterno amor.

Aos meus filhos, Átalo Rafael e Hanna Camila - o primeiro, um pacificador, um contemplador do seu meio, tenho aprendido muito com você; a segunda, minha eterna ativista, sua determinação na defesa de seu ponto de vista é uma fonte de inspiração - que demonstraram compreensão e paciência durante minhas ausências.

À Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, na pessoa do Sr. Emanuel Lôpo Sampaio, diretor de Economia, Finanças e Relações com Investidores, pelo apoio irrestrito e confiança depositada desde o início desta caminhada.

À minha infatigável equipe de trabalho na COSERN, que durante minhas ausências superou diversos obstáculos para manter a qualidade da informação contábil. A todos vocês, pelo apoio, incentivo e principalmente pela colaboração, meu muito obrigado.

Ao professor Dr. Jorge Katsumi Niyama, pela orientação durante a pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho, seu empenho e sede pela consolidação de uma teoria da contabilidade é motivo de inspiração para qualquer pesquisador na busca da compreensão do arcabouço teórico da contabilidade.

A toda turma do Mestrado, primeira turma Nordeste do Mestrado Multi-Institucional, pela convivência, amizade e troca de experiência acadêmica. Destaque especial para o companheiro Ridalvo Medeiros de Oliveira que, durante todo período,

esteve lado a lado compartilhando as alegrias e dificuldades, sempre em busca do conhecimento.

Aos alunos da disciplina Teoria da Contabilidade I, quarto ano, do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, pela paciência que tiveram com este aprendiz, enquanto colocava em prática o aprendizado adquirido durante o Mestrado.

Aos mestres, doutores do saber, que transmitiram com empenho e dedicação o conhecimento necessário para à obtenção deste título.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo o estudo da evolução da terminologia princípio contábil, constante no referencial conceitual da contabilidade. O cenário da pesquisa terá como escopo a Escola norte-americana de contabilidade. A escolha da terminologia a ser pesquisada deve-se à relevância que a mesma tem no estudo da Teoria da Contabilidade. Para compreensão da evolução do pensamento contábil, serão abordados: a influência do Feudalismo e do Mercantilismo na concepção econômica européia; a importância da Revolução Industrial no início da normatização contábil e o papel da Inglaterra na formação da Escola norte-americana de contabilidade. Com relação aos EUA, será avaliado o desenvolvimento do cenário econômico-financeiro da sociedade americana, enfocando a contribuição na busca da construção de um referencial teórico aplicado à contabilidade. O desenvolvimento econômico-financeiro dos EUA proporcionou o surgimento de novos usuários com necessidades específicas. A necessidade do usuário por informações úteis para a tomada de decisão, desencadeou o processo de pesquisa voltada para o estabelecimento de uma terminologia aplicada a contabilidade. Nesse processo, será abordado o papel exercido pelos organismos contábeis responsáveis pela normatização, bem como as associações de profissionais que investiram em pesquisas, visando elaborar um corpo de princípios contábeis e adequar os procedimentos contábeis às necessidades dos usuários. Para atingir o objetivo da pesquisa, será efetuada uma revisão bibliográfica na literatura especializada, adotando-se o método histórico, no período que compreende o desenvolvimento da Escola norte-americana de contabilidade. Como resultado da pesquisa, conclui-se que o processo evolutivo da terminologia em estudo apresenta um problema lógico estrutural, devido à impossibilidade da construção de um referencial teórico, tendo como base a terminologia princípio. A impossibilidade ocorreu em função da abrangência atribuída ao termo, que dificultou sua aplicação na elaboração dos procedimentos contábeis.

Palavras-Chave: Terminologia, Postulado, Princípio, Padrões, Características Qualitativas

ABSTRACT

This research has as objective of study the evolution of the accountancy principle terminology which is present in the accounting conceptual framework. The scene of this research will have as target the North American School of Accounting. The choice of the searched terminology is its relevance in the study of the Accounting Theory. To understand the evolution of the accountancy thought, will be boarded: the influence of the Feudal System and the Mercantilism in the European economic conception; the importance of the Industrial Revolution in the beginning of the accounting standards and the influence of England in the formation of the North American School of Accounting. With relation to U.S.A., the development of the economic-financial scene of the American society will be evaluated, focusing the contribution in the search of the construction of an applied theoretical framework to the Accounting. The economic-financial development of U.S.A. provided the sprouting of new users with specific necessities. The necessity of the user for useful information for the decision taking, unchained the process of research directed toward the establishment of an applied Accountancy terminology. In this process, the paper exerted for the responsible accountancy organisms for the accounting standards will be boarded, as well as the professionals associations which had invested in researches, aiming at to elaborate a body of accountancy principles and to adjust the accountancy procedures to the necessities of the users. To reach the research objective, a bibliographical revision in specialized literature will be effected, adopting the historical method, in the period that understands the development of the North American School of Accounting. As result of the research, it can conclude that the evolution process of the terminology which is studied presents a structural logical problem, because the impossibility of the construction of a theoretical framework, having as bases the principle terminology. The impossibility occurred in function of the reach attributed to the term, which made a difficult in its application in the elaboration of the accountancy procedures.

Key words: Terminology, Postulate, Principle, Standard, Qualitative Characteristics

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 JUSTIFICATIVA.....	16
1.2 PROBLEMA	18
1.3 OBJETIVO	19
1.4 RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....	19
1.5 DELIMITAÇÃO.....	20
1.6 METODOLOGIA	20
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	22
2 COMPREENDENDO A EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	24
2.1 FEUDALISMO	27
2.2 MERCANTILISMO	30
2.3 O SISTEMA DAS PARTIDAS DOBRADAS.....	33
2.4 ESTAGNAÇÃO OU CONSOLIDAÇÃO DO PENSAMENTO CONTÁBIL?	37
2.5 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	40
3 CENÁRIO EMBRIONÁRIO NO DESENVOLVIMENTO DA TEORIA DA CONTABILIDADE NORTE-AMERICANA	47
3.1 INFLUÊNCIA DA ESCOLA INGLESA NA ESCOLA NORTE-AMERICANA	47
3.2 INDUSTRIALIZAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	51
4 ÓRGÃOS EMISSORES DE NORMAS NOS ESTADOS UNIDOS.....	54
4.1 INTERSTATE COMMERCE COMMISSION - ICC	58
4.2 AMERICAN ASSOCIATION OF PUBLIC ACCOUNTANTS - AAPA	61
4.3 INSTITUTE OF ACCOUNTANTS IN THE UNITED STATES OF AMERICAN - IAUSA.....	67
4.4 AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION - AAA	67
4.5 AMERICAN INSTITUTE OF ACCOUNTANTS - AIA.....	72
4.6 SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION - SEC	77
4.7 COMMITTEE ON ACCOUNTING PROCEDURE - CAP	80
4.8 AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS - AICPA.....	84
5 TERMINOLOGIA CONTÁBIL.....	96
5.1 TERMINOLOGIA	96
5.2 O PAPEL DA TEORIA.....	99
5.3 TERMINOLOGIA - POSTULADOS	102
5.4 TERMINOLOGIA - PRINCÍPIO.....	110
5.5 TERMINOLOGIA - PADRÕES.....	125
5.7 TERMINOLOGIA – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS.....	130
6 CONCLUSÃO.....	140
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	143
ANEXOS.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Principais eventos relacionados com o desenvolvimento contábil durante o Feudalismo	29
Quadro 02	Autores e respectivas nacionalidades das obras que contribuíram para consolidação das Partidas Dobradas	39
Quadro 03	Monografias publicadas pela AAA	69
Quadro 04	Composição do FAF	90
Quadro 05	<i>Statements of Financial Accounting Standards – SFAC's</i>	94
Quadro 06	Comparativos dos postulados	108
Quadro 07	Comparativos dos princípios	123
Quadro 08	Características Qualitativas de acordo com o FASB	138

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01	Evolução dos organismos contábeis norte-americanos	60
Ilustração 02	Gráfico da História da Inflação nos EUA	70
Ilustração 03	<i>A Statement of Basic Accounting Theory - ASOBAT</i>	72
Ilustração 04	Pronunciamento número 4 do APB	88
Ilustração 05	Processo para produção de normas pelo FASB	93
Ilustração 06	Disposição Gráfica dos SFAC's	95
Ilustração 07	Abordagem de Cabré sobre Terminologia	97
Ilustração 08	Estrutura da teoria da contabilidade	100
Ilustração 09	Hierarquia Características Qualitativas	131

LISTA DE ANEXOS

- Anexo I - Título IX do Tratado XI da obra de Pacioli
- Anexo II - Reconhecimento legal da contabilidade Estado Americano
- Anexo III: Regulamentação S-X
- Anexo IV: *Accounting Series Releases – ASR*
- Anexo V: *Financial Reporting Releases (FRRs)*
- Anexo VI: *Accounting Research Bulletins – ARB*
- Anexo VII: *Accounting Terminology Bulletins -ATB*
- Anexo VIII: *APB Opinions*
- Anexo IX: *APB Statements*
- Anexo X: *Accounting Research Studies - ARS*
- Anexo XI: Posição do FASB diante dos pronunciamentos do APB
- Anexo XII: *FASB Statements of Financial Accounting Standards - SFAS*
- Anexo XII-A: *Exposure Draft - SFAS*
- Anexo XIII: *Summary of Principles from ARS 3*

LISTA DE SIGLAS

AAA	<i>American Accounting Association</i>
AAPA	<i>American Association of Public Accountants</i>
AAUIA	<i>The American Association of University Instructors in Accounting</i>
AEA	<i>American Economic Association</i>
AIA	<i>American Institute of Accountants</i>
AICPA	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
APB	<i>Accounting Principles Board</i>
ARB	<i>Accounting Research Bulletins</i>
ARD	<i>Accounting Research Division</i>
ARS	<i>Accounting Research Studies</i>
ASR	<i>Accounting Series Release</i>
ASOBAT	<i>A Statement of Basic Accounting Theory</i>
ATB	<i>Accounting Terminology Bulletins</i>
CAP	<i>Committee on Accounting Procedure</i>
CIA	<i>Contrellers Institute of America</i>
CPA	<i>Certified Public Accountant</i>
EITF	<i>FASB Emerging Issues Task Force</i>
FAF	<i>Financial Accounting Foundation</i>
FASAC	<i>Financial Accounting Standards Advisory Council</i>
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
FEI	<i>Financial Executives Institute</i>
FDIC	<i>Federal Deposit Insurance</i>
FRB	<i>Federal Reserve Board</i>
FRR	<i>Financial Reporting Releases</i>
FTC	<i>Federal Trade Commission</i>
GAO	<i>General Accounting Office</i>
GAB	<i>Governmental Accounting Standards Board</i>
IAB	<i>Institute of Accountants and Bookkeepers</i>
IASB	<i>Internacional Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>Internacional Accounting Standards Committee</i>

LISTA DE SIGLAS (Continuação)

IAUSA	<i>Institute of Accountants in the United States of American</i>
ICC	<i>Interstate Commerce Commission</i>
IR	<i>Internal Revenue Service</i>
NAA	<i>National Association of Accountants</i>
NSTB	<i>National Surface Transportation Board</i>
NYSE	<i>New York Stock Exchange</i>
SAB	<i>SEC Staff Accounting Bulletins</i>
SCRP	<i>Special Committee on Research Program</i>
SEC	<i>Securities and Exchange Comission</i>
SFAC	<i>Statements of Financial Accounting Concepts</i>
SFAS	<i>FASB Statements of Financial Accounting Standards</i>
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
EUA	<i>Estados Unidos da América</i>

1 INTRODUÇÃO

1.1 – Justificativa

A contabilidade passou a ter status como ramo do conhecimento humano a partir do período chamado Renascença, principalmente nas cidades italianas de Veneza, Gênova, Florença e outras (Hendriksen & Van Breda, 1999, p.39); no entanto, sua história remonta a milênios antes desse período. Pesquisadores como Schmidt (1996, p.18), Sá (1997, p.16), entre outros, atribuem o período entre 8.000 e 3.000 a.C. para início de sua história.

O surgimento da moeda (séc. VI a.C.), da escrita (4.000 a.C.), da imprensa (séc. XV d.C.), contribuíram no desenvolvimento da história da contabilidade.

Com o surgimento da Técnica das Partidas Dobradas foi possível expressar de forma mais clara os valores envolvidos nas transações comerciais (Matthäus Schwartz *apud* Crosby, 1999, p.191).

No período de 1844-1973 teve início a normatização financeira das diversas transações no mundo dos negócios e ao mesmo tempo a procura pelo estabelecimento de procedimentos contábeis para essas transações. Esse período é chamado por Hendriksen & Van Breda (1999, p.54) como o “Século da Regulamentação.” Os agentes responsáveis foram os diversos institutos e/ou associações criados na Inglaterra no século XIX, e principalmente nos Estados Unidos no século XX.

A primeira tentativa de melhor definir uma terminologia aplicável à área contábil ocorreu em 1910, quando a *American Association of Public Accountants – AAPA*, predecessora do *American Institute of Certified Public Accountants – AICPA*, resolveu criar uma comissão que, segundo Hendriksen & Van Brenda (1999, p.55) tinha a finalidade de “formular definições de termos técnicos contábeis visando uniformizar seus significados.”

A crise de 1929 demonstrou a fragilidade do sistema financeiro americano e gerou críticas à contabilidade, que ainda não tinha uma base conceitual sólida. O motivo das críticas, por parte dos estudiosos da época, ocorreu, segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.58), devido “à falta de uniformidade das práticas contábeis.” Essa falta de uniformidade era proporcionada pela falta de um referencial conceitual teórico.

Em 1959 surgiu a segunda tentativa de se elaborar um trabalho contemplando uma terminologia contábil própria, quando o *Committee on Accounting Procedure – CAP* elaborou o *Accounting Terminology Bulletin – ATB*. (Hendriksen & Van Breda, 1999, p.59).

Na tentativa de formulação de uma terminologia, o termo princípio foi elencado como base de consideração fundamental para solucionar os problemas existentes com os procedimentos resultantes das diferentes idéias do que seria adequado, plausível ou convincente para os investidores em determinado momento. (Paton *apud* Hendriksen & Van Breda, 1999, p.74)

Para uma melhor compreensão da terminologia em estudo, serão contempladas as terminologias que mantêm uma relação direta com os princípios contábeis, são elas: Postulados, Padrões e Características Qualitativas.

1.2 Problema

Com base no exposto, pode-se formular o seguinte problema: A terminologia princípio contábil evoluiu concomitantemente com o desenvolvimento econômico-financeiro americano à luz do referencial teórico?

A velocidade com que a sociedade evoluía levou alguns estudiosos da Teoria da Contabilidade, como Hendriksen & Van Breda (1999, p.62), a afirmarem que: “Os eventos andariam mais rapidamente do que os profissionais”. Era o avanço da sociedade em busca do progresso. A Contabilidade não podia regredir, tinha que avançar junto. Com isso, surgiu a necessidade de uma teoria que pudesse dar o suporte necessário a uma prática cada vez mais dinâmica.

Com o desenvolvimento da economia americana, detectou-se que a exigência por parte dos usuários por mais informações, diante da complexidade das transações; à necessidade de procedimentos contábeis; a falta de um referencial conceitual para a Contabilidade; infundáveis discussões sobre a adoção de princípios ou padrões; e o surgimento de diversas entidades da classe contábil, dificultou a harmonização das idéias, gerando conseqüentemente conflito de interesse.

O desenvolvimento da Teoria da Contabilidade americana é relativamente novo. Ao longo desse tempo, a tentativa sempre foi elaborar um referencial teórico que pudesse ser aplicado às diversas situações.

Segundo Gergull (2000, p.217):

A Teoria da Contabilidade, tal como hoje se apresenta, é o reflexo do embate entre orientações epistemológicas¹, que respondem a necessidades objetivas localizadas nas diversas fases de seu desenvolvimento, encontrando apoio e alcançando resultados de acordo com o estágio de amadurecimento da própria disciplina.

¹ Epistemologia – “estudo dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científicos, ou das teorias e práticas em geral, avaliadas em sua validade cognitiva, ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história”. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001, 1ª edição, p. 1180.

As constantes mudanças no cenário econômico-financeiro obrigam a contabilidade a rever seus conceitos e procedimentos adotados, e buscar a consolidação de um referencial teórico que possa atender ao objetivo da mesma.

1.3 Objetivo

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução da terminologia princípio contábil, à luz das mudanças e evoluções no cenário econômico-financeiro norte-americano.

1.4 Relevância da Pesquisa

Atualmente, a economia está passando por mudanças profundas, levadas pelas novas situações advindas do processo de globalização. Operações que envolvem fusões e aquisições de empresas, *project finance*, derivativos, etc. têm sido constantes nesse processo. A cada dia essas transações tornam-se mais complexas.

Além dessas operações, a contabilidade depara-se com os assuntos abordados pela Nova Economia, como o registro dos intangíveis (Capital intelectual, *Goodwill* e etc.), o Valor Econômico de empresas, empresas ponto-com, engenharia financeira, metodologias para avaliação de empresas, etc.

O surgimento de novos eventos econômico-financeiros, ou a reestruturação de outros que não tenham seus termos contemplados no conjunto de terminologia contábil, constituem um obstáculo para a divulgação das informações atreladas a esses eventos.

Por esses motivos, o estudo da evolução das terminologias aplicadas à contabilidade torna-se relevante em virtude da necessidade de analisar se as mesmas acompanham a evolução que ocorre no cenário econômico-financeiro.

Outro aspecto relevante para a pesquisa foi à escolha do cenário norte-americano para o desenvolvimento deste trabalho. A escolha foi feita devido ao papel exercido pelos EUA no cenário mundial. O desenvolvimento dos EUA pode ser avaliado

sobre diversos ângulos: a passagem de uma economia agrícola para uma economia de mercado; o papel de líder, adquirido após a I Guerra Mundial, da economia mundial; a existência de uma moeda de transação estável; e a extensão de suas atividades para outros países através da política de compra de outras empresas.

Esse papel não foi diferente quando relacionado ao desenvolvimento da contabilidade. A formação de uma Escola norte-americana de contabilidade, atrelada ao desenvolvimento do país, contribuiu de forma decisiva para a evolução do pensamento contábil.

A contribuição dada pelos pesquisadores, durante a formação da Escola norte-americana, teve um papel importante na elaboração de uma linguagem especializada vinculada à evolução da terminologia.

1.5 Delimitação

Esta pesquisa toma como base a literatura específica sobre o referido tema, limitando-se ao período que envolve o surgimento e desenvolvimento da Escola norte-americana de contabilidade.

1.6 Metodologia

De acordo com Tripodi *et al* (1981, p.15):

Pesquisa é a aplicação de procedimentos sistemáticos com o propósito de desenvolver, modificar e expandir conhecimentos que possam ser transmitidos e verificados por investigadores independentes.

Demo (1995, p.13) aborda quatro gêneros de pesquisa, intercomunicados:

- a) Pesquisa teórica, dedica-se ao estudo das referências, teorias e conceitos;
- b) Pesquisa metodológica, objetiva a indagação de abordagens teórico-práticas;
- c) Pesquisa empírica, “codifica a face mensurável da realidade social”;
- d) Pesquisa prática, objetiva o estudo da realidade social, visando intervir.

Um fato importante na abordagem feita por Demo é a comunicação recíproca entre os gêneros, ou seja, de acordo com o autor “nenhum gênero é estanque.”

Partindo da classificação dos gêneros da pesquisa observada por Demo, e com a finalidade de se atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, a metodologia do trabalho é de natureza teórica no que diz respeito aos seus fins. Será adotado o método histórico em virtude da natureza da pesquisa, que visa à investigação das teorias, conceitos, instituições e processos relacionados com o tema no passado e suas influências no momento atual.

Serão adotadas as técnicas de documentação direta e indireta, com utilização de consulta documental e bibliográfica, com o objetivo de avaliar a evolução da terminologia princípio contábil, que permita fazer inferência sobre o papel da teoria da contabilidade diante da evolução da sociedade americana.

Entende-se por técnicas de pesquisa “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte.” (Lakatos & Marconi, 1991, p.174).

A utilização da pesquisa documental e bibliográfica tem como objetivo a consulta de fontes primárias e secundárias (boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses e etc.) relacionadas com o tema pesquisado. Nesse sentido, será efetuada pesquisa na literatura especializada publicada sobre o tema, bem como os pronunciamentos dos organismos emissores de normas nos EUA.

Segundo Arantes *apud* Fachin (1993, p.103), pesquisa bibliográfica é "o ato de ler, selecionar, fichar, organizar e arquivar tópicos de interesse para a pesquisa em pauta."

No campo da Teoria da Contabilidade, a pesquisa bibliográfica constitui o conjunto dos conhecimentos teóricos reunidos em diversas obras especializadas. O estudo da evolução da terminologia, aplicando-se à pesquisa bibliográfica, objetiva avaliar através da literatura publicada as contribuições que foram dadas para a construção do referencial teórico.

Para Fachin (1993, p.102), a pesquisa bibliográfica:

Tem como base fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e à produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

A importância da pesquisa bibliográfica é apresentada por Fachin (1993, p.102) como sendo “... a base para as demais pesquisas e pode-se dizer que é uma constante na vida de quem se propõe estudar.”

1.7 Estrutura do Trabalho

A estrutura do trabalho segue a evolução do pensamento contábil na busca de um referencial conceitual. Sendo assim, busca-se apresentar a construção desse referencial dentro de um contexto social, econômico e financeiro que contribuiu para o desenvolvimento da Contabilidade nos EUA.

No primeiro capítulo, discorre-se sobre a introdução ao trabalho, enfocando a justificativa para pesquisa; o problema a ser investigado; o objetivo; sua relevância; a aplicação da metodologia; e a delimitação do escopo.

O segundo capítulo é composto de uma síntese do desenvolvimento da História atrelada ao desenvolvimento da História da Contabilidade. São destacadas três fases importantes no processo de desenvolvimento da História. Na primeira fase, aborda-se o papel do Feudalismo e sua importância, ainda que embrionária, para o desenvolvimento da contabilidade; na segunda fase, o Mercantilismo, procede-se a uma análise no processo evolutivo do comércio e as conseqüências do mesmo para a evolução do pensamento contábil; na terceira fase, como processo natural do desenvolvimento da sociedade, é analisado o avanço Industrial iniciado na Inglaterra, conhecido como Revolução Industrial, e as conseqüências dessa revolução para a contabilidade. No processo evolutivo dessas fases, é analisado o surgimento das Partidas Dobradas.

No terceiro capítulo, destaca-se o cenário que contribuiu para o desenvolvimento de uma Teoria da Contabilidade norte-Americana. Ressalta-se a influência da Escola Inglesa de contabilidade no surgimento da Escola norte-americana. Além disso, aborda-se o processo de industrialização dos EUA.

No quinto capítulo, são apresentados os diversos órgãos contábeis que contribuíram para o desenvolvimento da Teoria Contábil. São destacadas as peculiaridades de cada órgão, analisando a contribuição através da literatura produzida e principalmente a normatização contábil que foi relevante para construção de um arcabouço teórico para a contabilidade americana.

No sexto capítulo, são analisadas terminologias Postulado, Princípio, Padrões e Características Qualitativas, que compõem o referencial conceitual da contabilidade norte-americana. A evolução conceitual está associada às exigências da própria evolução da

sociedade americana. Para compreensão dessa evolução, é analisado o pronunciamento dos órgãos que foram ou são responsáveis pela normatização contábil americana.

2 COMPREENDENDO A EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Para Ferreira (2002, p.366), história significa:

Narração dos fatos notáveis ocorridos na vida dos povos, em particular, e da humanidade, em geral. Conjunto de conhecimentos, adquiridos através da tradição e/ou mediante os documentos, acerca da evolução, do passado da humanidade. Narração de acontecimentos, ações, fatos ou particularidades relativos a um determinado assunto, geralmente em ordem cronológica. [grifo nosso].

A História pode ser analisada sob duas fases. Primeira: a dos mitos, fase na qual não havia preocupação com a investigação, ou mesmo com a questão cronológica; a segunda fase é a científica, investigativa, onde o homem passou a refletir sobre seus atos e procurou descrevê-los para a posteridade. Essa fase teve início quando o homem começou a romper com o mito. Foi Heráclito de Mileto (Séc V. a.C), um estudioso dos mitos, que teve a preocupação de promover a ruptura entre as duas fases, afirma ele: **“Vou escrever o que acho ser verdade, porque as lendas dos gregos parecem ser muitas e risíveis.”** (Borges, 1982, p.17)

Esse período ficou conhecido como o século do questionamento, da inquietação humana, da investigação, da busca pelo saber. Foi quando surgiu a filosofia. O

homem não aceitava as coisas simplesmente por aceitar, ele começava a buscar pelo porquê, o princípio de todas as coisas, ou seja, a essência.

A história, como investigação, surgiu com o aparecimento da filosofia - que procurava levar o homem ao questionamento de todas as coisas na busca do conhecimento. Schirato (1990, p.23) afirma que a filosofia teve início com a atitude de espanto do homem que, segundo a autora, é definido como sendo:

...aquilo que sentimos diante de algo que não nos parece por inteiro explicável. É o desejo de ir um pouco mais além da compreensão dos fenômenos que cercam. É pelo espanto que crescemos em conhecimento e é através dele que liberamos os nossos canais de percepção, comunicação e compreensão de tudo o que rodeia...

Essa correlação entre história e a filosofia foi apreendida por Heródoto (Séc. V a.C), que é considerado o pai da história, tendo sido o primeiro a usar a palavra no sentido de investigação. Na observância do processo de investigação histórica, um ponto questionado relaciona-se com o processo histórico, seria ele linear ou cíclico?

Durante séculos, essa discussão tem sido um assunto predominante nas pautas de encontro entre os historiadores. Da história sobre o ponto de vista teológico (Séc V a.C), onde a história é linear e progressiva, o liberalismo (Séc. XIX), positivismo, idealismo até o materialismo histórico, para o qual a história é processo dinâmico, dialético, no qual cada realidade social traz, dentro de si, o princípio de sua própria contradição, o que gera a transformação constante na história.

Independentemente da escolha do processo histórico, a divisão da história em Idade Antiga (iniciando com a invenção da escrita, aproximadamente 4000 a.C, até a queda do Império Romano, em 476); Idade Média (da queda do Império Romano, 476, até a tomada de Constantinopla pelos turcos-otomanos, em 1453); Idade Moderna (com início em 1453 indo até a Revolução Francesa, 1789) e a Idade Contemporânea (de 1789 até os dias atuais) é uma divisão que contempla todos os fatos históricos ocorridos no cenário europeu.

Foi na Europa que a contabilidade desenvolveu-se como ramo do conhecimento e de lá se expandiu para outros povos. Nesse processo, duas estruturas

econômicas que influenciaram diretamente a concepção mercantil européia, entre os séculos V ao século XVIII, foram o Feudalismo e o Mercantilismo.

2.1 Feudalismo

O Feudalismo foi uma estrutura econômica, social, política e cultural que precedeu o capitalismo, predominou na Europa Ocidental durante a Idade Média - período de 476, queda de Roma, a 1453, tomada de Constantinopla pelos turcos-otomanos -, desenvolveu um papel importante em virtude de ser um sistema organizacional para toda a economia européia da época.

O sistema feudal era constituído do feudo, unidade de produção agrária, os senhores feudais, camada da sociedade detentora do feudo e os servos, trabalhadores que cultivavam no feudo.

O feudo não só representava uma instituição econômica, mas também uma unidade social, onde vivia o senhor e os camponeses, na realidade era uma aldeia onde parte da terra era dada em concessão aos camponeses para explorar, tirando dela o sustento. O feudo era uma aldeia com infra-estrutura - essa infra-estrutura era constituída de casas, igreja, instalações diversas - básicas à própria subsistência.

Os servos, pelo trabalho de exploração do feudo, assumiam obrigações para com os senhores proprietários. Essas obrigações eram conhecidas como impostos feudais. Vicentino & Dorigo (2001,p.119) apresentam os principais:

- ◆ Corvéia: trabalho obrigatório nas terras do senhor,[...], executando reparos e construções, além do plantio, durante dias da semana;
- ◆ Talha: porcentagem da produção obtida no trabalho no manso servil;
- ◆ Banalidades: imposto, pago em produtos, pela utilização de equipamentos pertencentes ao senhor (forno, moinho, celeiro).

Observa-se que o feudalismo já apresentava um sistema tributário bem definido, apesar de não haver leis escritas que regulamentassem esses tributos. O trabalho era centralizado no cultivo da terra e, paralelamente, na criação de ovelhas com o objetivo de obter lã para a confecção dos vestuários. As regras, “leis”, existentes para os feudos eram baseadas nos costumes e tradições (Hunt, 1981, p.30).

Assim como no capitalismo, a força de trabalho era determinante para a sobrevivência do servo (operário). Sua renda era o fruto de sua produção abatida a alta carga tributária imposta pelo seu senhor. Apesar da alta carga tributária, a sociedade feudal

conseguiu desenvolver-se na busca de melhores condições para exploração da terra e conseqüentemente a geração de riqueza.

As inovações contribuíram para o desenvolvimento da produção no feudo. No entanto, não foram suficientes para atender a demanda da população que crescia em toda Europa. Essa situação foi contemplada por Jay (2002, p.129) ao afirmar que:

Todas essas inovações, e o crescimento da população, dos mercados e das cidades, contribuíram para minar o isolamento e a auto-suficiência da herdade feudal, a unidade de origem, enfraquecendo os seus vínculos estáticos de serviço e costume, abrindo novas oportunidades de mercado para a mão-de-obra rural, e criando mais mercado para os produtos e serviços urbanos.

Paralelamente ao feudo, as cidades européias passavam por um processo de desenvolvimento, que deu início a uma economia baseada na manufatura. Durante esse período, a instituição econômica que controlava o processo da venda em uma cidade manufatureira era a corporação de ofício. Segundo Hunt (1981, p.30): “Quem quisesse produzir ou vender qualquer bem ou serviço teria que entrar para uma corporação de ofício.” Esses bens manufaturados eram vendidos nos feudos e também para outras cidades. Nessa época, Veneza, Gênova e Pisa já despontavam como cidades comerciais.

O Feudalismo começava a perder suas características. A possibilidade de geração de excedente provocou mudanças substanciais no sistema econômico. O servo, que anteriormente tinha como único instrumento a força de trabalho, descobre novo mecanismo para geração de renda. Na medida em que o tempo avançava, gradativamente ocorria a mudança do trabalho do campo pela negociação de mercado. O produto excedente gerado no feudo começou a ser negociado na busca de se obter lucro. Tais medidas geraram, no final do século XIV e início do século XVI, uma revolta conhecida como a “revolta de camponeses”, que varreu toda a Europa. Chegava, dessa forma, o fim do Feudalismo e começava a fase capitalista, onde a noção do lucro já era evidente nas transações que eram realizadas.

Historicamente, os fatos que determinaram a passagem do sistema feudal para o sistema capitalista foram: a Guerra dos Cem Anos, que envolveu a Inglaterra e a França no período de 1337-1453, comprometendo toda a rota comercial continental, e a Peste Negra que varreu a Europa no período de 1348-1349.

Um fato marcante que impulsionou ainda mais o comércio foi a tomada de Jerusalém pelos turcos, em 1079. Todo o mundo cristão se mobilizou para a libertação da cidade santa. O Papa Urbano II declarou uma guerra contra os turcos, a qual ficou conhecida como Primeira Cruzada. Outras cruzadas foram criadas do final do século XI ao final do século XIII. Uma das principais conseqüências das cruzadas foi o aquecimento da economia italiana. Segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.43), “Sedas, especiarias e corantes fluíram à Europa; sal, madeira, cereais e lã eram dela exportados.”

De acordo com D’Auria *apud* Toledo Filho (1980, p. 10), alguns eventos, relacionados com a evolução do pensamento contábil, ocorreram durante o Feudalismo, as principais foram:

Quadro 01: Principais eventos relacionados com o desenvolvimento contábil durante o Feudalismo.

1086 -	Domes-day-book – citado por Guilheme, o conquistador, para registro do Patrimônio do Reino da Inglaterra.
1180 a 1201	Neste período, na Normândia, as contas eram prestadas ao “Echiquier des comptes.”
1202 -	Leonardo Fibonacci com seu Liber Abaci descortinou novos horizontes para a Contabilidade, onde inclui: “da compra e venda de coisas mercantis”, “das barganhas mercantis”, “das sociedades em uso entre associados”, etc...
1279 -	“Livro Caixa” em língua italiana que se encontra nos arquivos do Vaticano com mais centenas de livros de Receita e Despesa escritos em língua latina. A função desse livro era a de creditar o Pontífice (Donno Papa) pelas entradas de dinheiro e debitá-lo pelas saídas com as expressões: “de avere” e de “de dare”.
1340 -	Francesco di Balduccio Pegolotti escreve “La Pratica della Mercatura”, uma espécie de enciclopédia do comerciante da época, obra fundamental na análise da evolução da Contabilidade e dos usos e costumes comerciais.

Fonte: Toledo Filho. (1980, p. 10-11).

O desenvolvimento das sociedades exigia o desenvolvimento de um comércio capaz de atender as necessidades de uma população desejosa de desfrutar dos benefícios gerados por esse comércio. Ao mesmo tempo em que era exigido o desenvolvimento do comércio, era necessária a existência de um sistema de controle que demonstrasse, através dos números, os resultados das transações. Essa necessidade tornou-se mais latente com o cenário econômico do mercantilismo.

2.2 Mercantilismo

O mercantilismo predominou na Europa no período de 1450 a 1750. Nesse período, ocorreram avanços em diversas áreas do conhecimento. Na economia, presenciou-se um aperfeiçoamento no conjunto das práticas mercantis.

O avanço do comércio, a formação de novas instituições, o avanço intelectual em diversas áreas - arte, filosofia, ciência e na religião - formou o cenário do mercantilismo. No campo filosófico, grandes questões eram debatidas, entre elas o uso da razão para a explicação da fé; na religião, a reforma protestante colocou em xeque toda estrutura religiosa existente na época; nas ciências, a Revolução Copernicana resultou em uma nova visão sobre o cosmo. O cosmo deixava de ser apreciado com uma visão mítica e passava a ser visto como um ente submetido às leis da física e da matemática; na técnica, a invenção da imprensa por Gutenberg contribuiu para que as idéias difundidas ficassem registradas nas páginas dos livros. O conjunto dessas idéias, entre outras, deu o origem a um movimento chamado Renascimento.

O século XV, bem como o período até meados do século XVIII, foi movido, de acordo Rosenberg & Birdzell (1986, p.88), por três pontos significativos: “a) Desenvolvimento do comércio; b) As grandes invenções; e c) As instituições foram aprimoradas a um mundo comercial.”

A expansão do comércio marítimo a partir do século XV desencadeou uma revolução nas relações mercantis, era possível transportar as mercadorias com um custo menor e principalmente levá-las a distâncias maiores. Além do mais, com a exploração dos mares, o homem entrou definitivamente na era das grandes descobertas e, com elas conseguiu expandir consideravelmente o comércio além fronteiras.

O comércio de madeira, lã, óleo vegetais, minério de ferro, milho, cobre, chumbo, sal invadiu toda a Europa. Esses produtos geravam outros produtos ou ampliavam outros ramos comerciais, como é o caso da lã que impulsionou a fabricação de tecidos; o sal, que permitiu que a carne pudesse ser conservada e, com isso, contribuísse para a formação de um novo mercado; a madeira, que levou os indivíduos à construção de bens para uso doméstico e industrial.

O avanço do comércio além fronteira está relacionado à idéia metalista que analisa a prosperidade das nações. Segundo essa idéia, a prosperidade de uma nação está

na razão direta da riqueza possuída (Hugon, 1995, p.65). Era o surgimento da noção de Balança Comercial, ou seja, o potencial de geração de riqueza da nação determinaria o nível de exportação e importação. A necessidade de formação da riqueza interna levou os países a adotarem algumas práticas econômicas que resultassem em aumento de riqueza. A consequência dessas práticas levou ao estabelecimento de colônias, por parte dos países, para serem usadas como meios para escoar a produção.

Com o avanço comercial, a formação de uma nova classe de profissionais, os comerciantes especializados em seu ramo, foi importante para a busca de procedimentos e instrumentos que possibilitassem o bom desempenho das transações comerciais.

Em torno desse contexto, formado com a explosão comercial, era inevitável o surgimento de instituições comerciais que pudessem gerenciar a relação entre as classes sociais. A importância do surgimento dessas instituições estava no fato de que elas proporcionaram as primeiras discussões sobre o início da normatização das relações comerciais.

Rosenberg & Birdzell (1986, p.89), reforçando essas idéias, afirmam:

...Além do espetacular crescimento do comércio ultramarino..., sofreu uma gradual penetração, em sua estrutura econômica, de instituições e relações comerciais que acompanharam a emergência de populações, organismo e produtores urbanos cujos papéis econômicos dependiam vitalmente do comércio.

Com o surgimento das instituições comerciais, buscou-se a criação de normas que levassem os comerciantes à exposição de menores riscos nas transações efetuadas. Para implementação das normas sugeriram alguns instrumentos para regular essas normas. Esses instrumentos são apresentados por Rosenberg & Birdzell (1986, p.124), como sendo:

- 1) O cumprimento legal de contratos e de direito de propriedade;
- 2) Letras de câmbio e atividades bancárias;
- 3) Seguros;
- 4) A substituição do confisco pela tributação e reconhecimento dos direitos de propriedade;
- 5) A associação econômica sem parentesco;
- 6) A escrituração mercantil por partidas dobradas;
- 7) O desenvolvimento de um sistema religioso e moral conveniente à comunidade comercial;
- 8) A associação mercantilista; e
- 9) A estrutura política européia fragmentada e o papel que ela desempenhou ao permitir o crescimento de uma classe mercantil autônoma.

A contabilidade desenvolveu um papel importante durante o mercantilismo, tendo em vista que as mudanças ocorridas não foram apenas políticas, mas principalmente econômicas. O avanço populacional, o surgimento do comércio marítimo, a expansão de novas instituições econômicas trouxeram novos desafios para a contabilidade que estava evoluindo como novo ramo do conhecimento humano.

Como resultado do mercantilismo, tem-se o uso do dinheiro como instrumento de troca, a liberdade por parte das empresas para a geração de lucro, ou seja a riqueza deixava de ser algo pecaminosa, e a implementação da concorrência entre os comerciantes (Burns *et al* 2001, p.414).

Durante o mercantilismo, um instrumento desenvolvido para possibilitar os registros das transações comerciais, de forma mais transparente, foi a técnica das partidas dobradas.

2.3 O Sistema das Partidas Dobradas

A técnica da escrituração por partidas dobradas permitiu que os comerciantes, ao longo do crescimento do comércio, desenvolvessem um mecanismo de controle que permitisse visualizar com clareza a aumento ou diminuição da riqueza. O uso desse instrumento possibilitou aos comerciantes detectar os possíveis erros nos registros das transações. O objetivo era expressar através dos números as transações comerciais. A escrituração por partidas dobradas foi chamada de espelho mágico (Matthäus Schwartz *apud* Crosby, 1999, p.191), ou seja, ela consegue revelar os pontos fortes e os pontos fracos dos empreendimentos. Mesmo que os demonstrativos gerados por essa contabilidade não tivessem um detalhamento como os dos dias atuais, ela representou um avanço significativo para aqueles dias. Com a escrituração por partidas dobradas, o comerciante poderia ter o registro e, conseqüentemente, o controle de todas as operações mercantis. Era uma fotografia das operações.

A técnica das partidas dobradas foi divulgada em 1494 com o frei Pacioli. No entanto, seu uso já era difundido nas cidades européias, principalmente nas cidades italianas de Gênova e Veneza, por volta do ano 1340. Esse fato é reforçado por Schmidt (1996, p.38) quando afirma que o primeiro sistema de partidas dobradas:

...foi desenvolvido por um funcionário público responsável por um ano pela tesouraria da cidade de Gênova. No final deste período, ele possuía todo controle do caixa e de outros itens para prestar contas à comunidade. Este ciclo contábil de um ano e o balanço das contas apresentados por este funcionário público, criou uma necessidade fundamental de responsabilidade e controle sobre os negócios público. Os procedimentos de controle contábil das contas da tesouraria e a determinação de um ciclo contábil determinados por este funcionário ajudaram a expandir os métodos contábeis nesta cidade.

Em 1458, na Itália, foi escrita uma obra, por Benedetto Cotrugli, que explicava o uso das partidas dobradas. Essa obra era intitulada "*Della mercatura e del mercante perfetto*", e não se sabe o motivo exato que fez com que essa obra só fosse publicada em 1573.

Um fato de grande relevância para a contabilidade foi a invenção da imprensa. Todas as obras eram feitas de forma manual. Aproximadamente em 1457, Gutenberg

inventou uma máquina que possibilitou aos estudiosos a publicação dos livros de forma menos trabalhosa.

Pacioli entrou para a história da contabilidade quando inseriu em sua obra um capítulo voltado para o registro contábil, *De compustis et scripturis*. Desse ponto em diante, a técnica apresentada no capítulo ficou conhecida como a técnica de Veneza.

Antinori e Esteve, *apud* Schmidt (1996, p.74), apresentam a justificativa dada por Pacioli para inclusão de um capítulo sobre técnica de registros, diz ele que:

... decidiu incluí-lo por achar grandemente necessário ao mercado que deve saber registrar corretamente suas contas, a partida de crédito e de débito e seus correspondentes e também determinar o lucros e perdas de todo negócio.

Para Pacioli, o comerciante deveria ser conhecedor da técnica das partidas dobradas para que o mesmo tivesse o pleno conhecimento de suas transações.

Nesse período, comerciantes e artesãos mantinham os registros contábeis sem a indicação de valores.

Os bancos e igrejas, quando da realização de grandes negócios, utilizavam um mecanismo para registro das transações financeiras muito parecido com a técnica das partidas dobradas.

Schmidt (1996, p.37) apresenta dois motivos propulsores da técnica das partidas dobradas:

- (1^o) o desenvolvimento econômico na área abrangida entre as cidades de Veneza, Gênova e Florença, criando um ambiente de negócios e um nível comercial bem mais sofisticado que o conhecido até então, dando origem a uma demanda por sistemas contábeis mais sofisticados;
- (2^o) a aprendizagem da tecnologia de impressão de livros na Alemanha e sua rápida disseminação para os grandes centros comerciais da Europa, principalmente para o norte da Itália.

Na obra de Pacioli, o Tratado XI em seu título IX, “*De computis et Scripturis*”, trata especificamente da técnica das partidas dobradas (Anexo I).

As idéias de Pacioli revolucionaram o mundo dos negócios. O Tratado era um manual de procedimentos para melhor acompanhamento das transações mercantis.

A técnica das partidas dobradas foi disseminada por toda Itália, Alemanha, Países Baixos, Inglaterra, Escócia, Portugal e Espanha, graças à obra de Pacioli e de outros

pensadores posteriores. E essa disseminação possibilitou à contabilidade uma melhor forma para o registro das transações.

A disseminação da obra magna da contabilidade no século XI tornou-se extremamente importante na consolidação do novo conhecimento. É evidente que os ensinamentos de Pacioli foram sendo aperfeiçoados, mas, mesmo assim, ele foi um dos grandes responsáveis para a formação de uma escola européia de contabilidade e influenciou o início da Escola norte-americana, através dos auditores ingleses no século XIX.

No momento em que o método de Veneza espalhava-se por toda a Europa, surgia um novo sistema econômico que tem como ponto fundamental um mercado auto-regulamentado por um mecanismo de preços, e isso feito de forma operacional pela demanda e oferta. Esse sistema econômico foi chamado de capitalismo. As duas características do novo sistema eram a geração de lucros e a racionalidade econômica.

Um estudioso do novo sistema econômico, que também estudava economia, história e filosofia, chamava-se Werner Sombart, nascido em 1863 e falecido em 1941, na Alemanha. Em sua obra *Der Modern Kapitalismus*, previu que o capitalismo atingiria seu ápice no século XX (Most, 1977, p.26).

O estudo de Sombart teve como base as empresas capitalistas e seus registros contábeis durante o período de desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Most (1977. p. 26), Sombart identificou três fatores que contribuíram para o desenvolvimento das empresas capitalistas, são eles: “a) A lei; b) A Técnica de gerenciamento de negócios; e c) O mercado.”

A lei era importante para regular a participação, entre as partes envolvidas, nas transações econômicas realizadas em um mercado que tinha como objetivo manter o equilíbrio entre as diversas entidades. Com relação às técnicas de gerenciamento de negócios, a contabilidade desenvolveu um papel fundamental nesse processo. Sombart, *apud* Most (1977, p.26) apresentou as razões que levaram a isso:

- (I) Representando o fluxo do capital através de um negócio. “...da conta do capital às contas na transação através da conta de lucro e perda e de volta à conta do capital,” a contabilidade facilitou uma concentração dos lucros;
- (II) Restringindo as observações do intermediário às que poderiam ser capturadas nas contas, a contabilidade deu força ao desenvolvimento do racionalismo econômico: *quod non est in libris, non est in mundo*. (O que não está no livro, não existe);

- (III) A organização sistemática dos assuntos dos negócios era alcançada através da contabilidade; e
- (IV) A escrituração mercantil de lançamento em partidas dobradas facilitou a separação do gerenciamento de propriedade, criando o conceito do objetivo do capital e permitindo a separação de contas de negócios das contas domésticas. (Tradução livre).

É por esta razão que Sombart questiona o fato de o capitalismo surgir exatamente no Ocidente, no momento em que a contabilidade surgia como um novo ramo do conhecimento humano. A pergunta básica é se o capitalismo surgiu em função da contabilidade ou o contrário. Para Sombart, *apud* Kam (1990 p.23):

Não se pode imaginar o que seria do capitalismo sem a contabilidade de partidas dobradas: os dois fenômenos estão ligados tão intimamente quanto a forma e conteúdo. Não se pode dizer se o capitalismo criou a contabilidade de partidas dobradas como uma ferramenta na sua expansão, ou se talvez, ao contrário, a contabilidade de partidas dobradas criou o capitalismo. (Tradução livre)

A afirmação de Sombart é muito pretensiosa quando associa a possibilidade de uma técnica, as partidas dobradas, darem origem a um sistema econômico, já que presumivelmente as partidas dobradas foram criadas para facilitar e, principalmente, sistematizar o processo do registro contábil.

A contabilidade desenvolveu um papel importante, através das partidas dobradas, no controle da propriedade, dinheiro, crédito, capital e o lucro, contribuindo, dessa forma, para a operação eficiente da economia capitalista com o fornecimento de informações relevantes para a distribuição de recursos.

2.4 Estagnação ou consolidação do pensamento contábil?

O período que teve início com a obra do frei Luca Pacioli em 1494 até a publicação da obra *La contabilità applicata alle amministrazione private e pubbliche* de Francesco Villa, em 1840, tem sido motivo de questionamento quanto ao desenvolvimento do pensamento contábil. Teria a contabilidade passado por uma fase de estagnação? Ou seria a consolidação do conhecimento desenvolvido a partir da obra de Pacioli?

O principal motivo para considerar esse período como sendo uma fase de estagnação do pensamento contábil, foi a necessidade natural para adaptação do novo conhecimento proporcionado pela obra de Pacioli (Schmidt 1996, p.96).

Esse período de adaptação foi necessário devido às mudanças promovidas, pelo Método de Veneza, na forma de escrituração contábil.

No entanto, existem outros estudiosos que consideram esse período como sendo um processo de consolidação do pensamento contábil. Entre esses estudiosos Winjum *apud* Schmidt (1996, p.97) apresenta os principais fatores que demonstram que esse período foi de consolidação do pensamento contábil, entre esses fatores destacam-se:

- com a propagação do sistema de partidas dobradas durante esse período (1494-1840), os comerciantes, a partir do século XVI, passaram a ter um sistema compacto e interrelacionado para o registro de suas atividades econômicas;
- o sistema de partidas dobradas foi responsável pela incorporação do conceito de capital aos registros contábeis;
- a preocupação com ativos de longo prazo iniciou, nesse período, o processo embrionário de considerar a depreciação como elemento a ser considerado pela empresa;
- frequentemente, os comerciantes participavam de inúmeros empreendimentos com outros sócios, muitas vezes em atividades que envolviam viagens marítimas e de longas distâncias, sendo que a Contabilidade, com o advento do sistema de partidas dobradas, contribuiu consideravelmente para a apuração dos lucros desses empreendimentos e, em certos casos, para apuração do resultado empresarial anual, ou de períodos maiores ou menores conforme a necessidade de empreendedor;
- os registros utilizando partidas dobradas forneceram uma visão clara e acurada das obrigações e direitos com sócios e com terceiros;
- o sistema de partidas dobradas permitiu a preparação de balanços de verificação antes do encerramento dos razão, facilitando sensivelmente a análise das atividades empresariais;
- as prestações de contas e o controle para determinação do resultado foram facilitados com a utilização de registro com partidas dobradas;

- a periodicidade da apuração do resultado, o processo de sumariar as contas, a facilidade de ordenação sistemática dos registros foram contribuições substanciais para o crescimento econômico e desenvolvimento da sociedade.

Esses fatores comprovam que o período de consolidação foi necessário para a construção de um arcabouço contábil que influenciaria o mundo dos negócios, e seria extremamente útil na passagem do mundo artesanal para o fabril.

Diversas obras foram publicadas nesse período, todas elas visavam a consolidação do Método de Veneza.

Essas obras foram importantes quando difundiram e ampliaram o entendimento em diversas nações e colônias da técnica que seria adotada para o registro das transações comerciais. Toledo Filho (1980, p.16) apresenta um elenco de obras escritas nesse período, entre as mais importantes, destacam-se:

Quadro 02: Autores e respectivas nacionalidades das obras que contribuíram para consolidação das Partidas Dobradas.

Ano	Autor	Nacionalidade	Obra
1534	Domenico Manzoni	Italiano	Reproduziu a obra de Pacioli. Analisou a operação mercantil e iniciou a classificação das contas
1565	Diego del Castilho	Espanhol	Escreveu um “Tratado de Cuentas”
1586	Angelo Pietra	Italiano	Tratou da Contabilidade Patrimonial, definindo as previsões
1607	Simão Stevin	Holandês	Explicou as funções das contas e tratou da “Contabilidade Pública”
1633	Ludovico Flori	Italiano	Definiu a escrituração e o método de partidas dobradas, aperfeiçoando a exposição de Luca Paciolo.
1636	Ludovico Flori	Italiano	Publica a obra “Tratado del Modo di Tenere il Libro Doppio Domestico col suo esemplare”, descreve a aplicação das partidas dobradas aos mosteiros
1655	Bastiano Venturi	Italiano	Tratou da Contabilidade das propriedades e da e da administração agrícola
1704	De La Porte	Francês	Tratou da ciência dos negociantes e da escrituração.
1738	De La Porte	Francês	Na obra “La Science des Négociants” o autor mostra uma classificação das contas, contas do Proprietário ou de Capital e Lucros e perdas; contas das coisas materiais ou de valores de comércio; e contas dos correspondentes.
1746	Pierre Girardeau	Suíço	Tratou da “Contabilidade Bancária”
1790	Giuseppe Forni	Italiano	Apresentou a demonstração algébrica de Patrimônio e estabeleceu regras para “debitar” e “creditar”
1795	Edmond De Granges	Francês	Criou a teoria das “Cinco Contas Gerais” e imaginou o método do “Diário-Razão.”
1796	Edward T. Jones	Inglês	Expôs o método das partidas-mistas.

Fonte: Toledo Filho. (1980, p. 16-18).

As nacionalidades dos autores comprovam que as idéias de Pacioli espalhavam-se em nações fora da Itália. O surgimento dessas obras contribuiu para o processo da formação da base conceitual que seria extremamente relevante no decorrer da revolução que começava a ser vislumbrada na Inglaterra.

2.5 Revolução Industrial

A Revolução Industrial foi o movimento de mecanização industrial, resultando na passagem da produção agrícola para a fabril, que teve início na Inglaterra durante a metade do século XVIII.

A Inglaterra, durante o surgimento do mercantilismo e do capitalismo, foi a nação que melhor assimilou as mudanças. Os investimentos realizados na exploração econômica e uma maior liberdade para movimentação das mercadorias que poderiam ser vendidas em qualquer lugar, associados a uma boa rede de transporte não só marítimo, mas também ferroviário, colocaram a Inglaterra à frente dos demais países europeus.

Para Burns *et al.* (2001, p.515), a Revolução Industrial, na Inglaterra, ocorreu em função: “...[da] sua crescente acumulação de capital excedente, derivado de investimentos em terras e em comércio, e disponível para novas invenções que financiassem outros empreendimentos econômicos.”

Os dois grandes fenômenos da era industrial foram, em primeiro lugar, o uso do vapor e da energia hidráulica nas novas empresas fabris, E, em segundo a contínua mudança tecnológica, que possibilitou a mudança da madeira pelo ferro e aço na fabricação de novas máquinas para produção.

Com a Revolução Industrial, o sistema de produção nas pequenas indústrias familiares foi transferido para as fábricas que se espalharam por toda Inglaterra e depois para outros países. Com a mudança do sistema de produção ocorreram, conseqüentemente, mudanças substanciais na sociedade.

As primeiras máquinas que foram criadas eram movidas a água, por essa razão as primeiras fábricas foram construídas ao longo dos cursos de água. Com o surgimento da máquina a vapor os empresários podiam construir suas indústrias em qualquer lugar (Burns *et al.*, 2001, p.517).

Outros itens que passaram por grandes transformações foram as matérias-primas do carvão e do ferro. A industrialização desses itens promoveu verdadeira revolução para novas máquinas e, principalmente, no surgimento do meio de transporte que seria o maior responsável pelo desenvolvimento industrial no final do século XIX e início do século XX: as ferrovias.

O surgimento das ferrovias contribuiu de forma decisiva na expansão comercial. Para Burns *et al.* (2001, p.524, 525), as estradas de ferro surgiram por duas necessidades, são elas:

A primeira era o óbvio desejo, por parte dos empresários, de transportar suas mercadorias da maneira mais barata e rápida possível a longas distâncias; [A Segunda foi] ... para resolver outras necessidades – especificamente, a necessidade que tinham os capitalistas de investir seu dinheiro.

A construção das ferrovias impulsionou a Revolução Industrial quando possibilitou um maior escoamento da produção. Esse avanço teve início a partir de 1830. Além das ferrovias, a invenção do telégrafo, nesse período, provocou mudanças consideráveis nas comunicações. Era a possibilidade de comunicação entre os lugares mais longínquos. Foi uma revolução na área das comunicações.

Em todas essas mudanças, a Inglaterra conseguia solidificar sua posição como a nação com maior potencial de enriquecimento, e no final do século XIX já despontava como uma potência mundial na esfera econômica. Segundo Rosenberg & Birdzell (1986, p.158):

...a construção de estrada de ferro e de fábricas operou-se em seqüência. Isto era inevitável: a Revolução Industrial constituía por necessidade também uma reviravolta nos transportes; no abastecimento de alimentos e de matérias-primas: na mineração, na silvicultura e na agricultura; e nas especialidades comerciais: no comércio por atacado e a varejo, no comércio de produtos básicos, e nas finanças.

Com a industrialização surgiu uma nova classe, a classe média (burguesia). Essa classe envolvia os industriais, financistas, banqueiros e comerciantes, todos capitalistas que determinaram o rumo da industrialização. Essa classe tornava-se cada vez mais exigente no consumo de bens e serviços, e essa necessidade impulsionava o comércio e solidificava cada vez mais a segregação social.

Com a formação da classe burguesa, os economistas clássicos liberais² encontraram campo fértil para o desenvolvimento de suas idéias.

² Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), Jean-Baptist (1803), David Ricardo (1817), John Stuart Mill (1848).

Pode-se resumir essas idéias que contribuíram para o desenvolvimento da economia, desse ponto em diante, da seguinte forma (Burns *et al.* 2001, p.542):

1. Individualismo econômico. A liberdade dada aos indivíduos para explorar de forma que quiser, desde que lícita, a sua propriedade;
2. Laissez-faire. O governo não deveria intervir nas questões econômicas. O papel do Estado seria o da segurança e o de preservar o direito à propriedade;
3. Obediência à lei natural. Leis de cunho universais. Na economia, algumas leis são aplicadas universalmente, entre elas a oferta e procura;
4. Liberdade de contrato. Cada indivíduo é livre para estabelecer regras que lhe sejam favoráveis;
5. Livre concorrência e livre-câmbio. O comércio deve ficar livre para estabelecer preços e política comercial. A concorrência permite que o preço seja praticado em patamar aceitável pelo mercado. O governo não deveria controlar o mercado estabelecendo tarifas, proibindo o livre-câmbio.

Confrontando-se com as idéias liberais surgiu um movimento chamado de Nacionalismo. Sentimento nacional pautado pela tradição histórica e cultural que pregava a plena consciência que os indivíduos deveriam ter no potencial da nação. O sentimento nacionalista aliado às idéias do liberalismo dominou a Grã-Bretanha durante o século XIX (Bruns *et al.*, 2001, p.573). No entanto, essa aliança constituiu um casamento perfeito nos EUA após a guerra civil de 1861, dando início ao processo de industrialização americana. A visão nacionalista, o sentimento nacional e o ímpeto para solidificação de uma economia firmada em raízes liberais, construíram um cenário propício para que os EUA, aos poucos, fossem tornando-se uma potência mundial.

Surge a necessidade de uma contabilidade com uma visão mais gerencial do que financeira. Indivíduos e instituições tornavam-se acionistas das novas empresas, e cada vez mais exigiam da contabilidade informações como retorno sobre o investimento, custos da produção e dados quantitativos com propósito de planejamento. Por esse motivo ocorreu uma separação entre a contabilidade financeira e a gerencial.

Os novos usuários da informação contábil tornavam-se mais exigentes, e como consequência surgiram os especialistas em diversas áreas da contabilidade.

Com a complexidade das transações comerciais e o modelo de administração que começou a ser implantado nas novas empresas, o governo inglês criou leis que possibilitaram o estabelecimento de regras claras sobre as operações efetuadas, essas leis eram chamadas de Estatutos de Companhias. Um ponto a destacar-se na legislação inglesa

era que a mesma obrigava que as companhias apresentassem aos acionistas o balanço geral e a demonstração de resultado auditados.

2.5.1 O Surgimento das Auditorias

Um passo importante para assegurar a fidelidade das informações contábeis, exigidas pelas leis inglesas e necessárias para os novos usuários, foi a obrigatoriedade de auditoria para os demonstrativos contábeis. Essa decisão levou ao surgimento das empresas de auditoria. De acordo com a obra Deloitte & Co (1958, p.3): “O London Post Office de 1845, observou que existiam 205 empresas de contabilidade em Londres.” Essas empresas tinham como líder a empresa Quilter & Ball. Posteriormente, a Quilter & Ball teve seu nome mudado para Welton & Bond. No mesmo ano, William Welch Deloitte fundou uma empresa de contabilidade pública, em Londres, que recebeu o nome de Deloitte.

A Deloitte, logo após sua fundação, ela absorveu a empresa Welton & Bond.

A Deloitte exerceu um papel importante na Inglaterra, elaborando normas de auditoria, desenvolvendo relatórios para atender aos usuários da informação e principalmente na realização de trabalhos de auditoria nas empresas.

Em março de 1888, a Deloitte realizou seu primeiro trabalho nos EUA. Tratava-se de um inquérito envolvendo uma empresa de ferrovia. A investigação foi realizada em New York, Boston, Brooklyn, Chicago, Denver, Kentucky, Minneapolis e Filadélfia. A investigação foi realizada por John Griffiths.

Para a Deloitte, os EUA despontavam como uma grande oportunidade de novos negócios, o que levou à abertura, em 1890, de um escritório em Wall Street, tendo como gerentes Edward Adams e Percival Davis Griffiths, irmão de John Griffiths. Outros escritórios foram abertos no território americano, Cincinnati (1905), Chicago (1912), Montreal (1912), Boston (1930) e Los Angeles (1945). Além da abertura dos escritórios, a Deloitte efetuou associações com outras empresas de auditoria, entre elas a Haskins & Sells, sediada nos EUA.

Outra empresa de auditoria de importante no desenvolvimento da Escola norte-americana foi a Price Waterhouse.

Tradicionalmente, o ano de 1849 é considerado como o ano da fundação da Price Waterhouse, em Londres, por Samuel Lowell Price. No entanto, o ano mais provável para esse acontecimento teria sido 1865, quando Samuel Lowell Price e Edwin Waterhouse formaram uma sociedade para dar origem a uma empresa de auditoria.

Em 1890, a Price Waterhouse estabeleceu suas bases nos EUA criando escritórios em New York e em Chicago. Quatorze anos mais tarde, a Price aumentou o número de seus escritórios nos EUA, sendo: São Francisco (1904), Seattle (1907), Montreal (1907), Bosto (1909) e Toronto (1910).

Essas empresas de auditorias, entre outras, contribuíram para o desenvolvimento da contabilidade nos EUA com as práticas que foram levadas para esse país.

2.5.2 O Surgimento das Sociedades Anônimas

O advento da Revolução Industrial promoveu uma maior liberdade aos indivíduos que tinham interesse de investir seu capital. As pequenas empresas familiares já não conseguiam atender a demanda da procura e, por essa razão, se fez necessária a fusão de empresas existentes ou até mesmo o surgimento de novos grupos que oferecessem condições para o novo desafio do comércio, a exploração econômica em grande escala. Era o século XVIII e o surgimento da empresa fabril.

Com o crescimento do comércio e o surgimento de novas empresas, a criação de novos campos para exploração de novas atividades possibilitou a formação de grupos que começaram a unir forças e recursos visando o lucro.

No século XVII, a Companhia das Índias propôs uma forma diferenciada de empresa, onde os administradores contribuíam com uma parte do capital, que passou a ser conhecida como ação. Imediatamente, a Inglaterra passou a legalizar essa concepção de empresa. Era o surgimento da Sociedade Anônima. O estabelecimento desse tipo de

empresa ocorreu em 1845. O resultado foi um avanço nos estudos para a elaboração das normas contábeis na Inglaterra.

As novas empresas que surgiram, a partir desse período, apresentavam um modelo de administração diferenciada, eram empresas formadas por um grupo de pessoas.

Para Rosenberg & Birdzell (1986, p.198), uma entre as vantagens da Sociedade Anônima era que: “Permitia aos investidores diluir o risco comercial do investimento mediante compra de parcelas pequenas e facilmente negociáveis em certo número de empresas.”

A política de ações de uma empresa possibilitava, como ainda hoje possibilita, que qualquer investidor pudesse se desfazer da sua parte, através da venda, e investir em outro ramo da economia. Essa possibilidade transformou-se em um excelente meio de controle por parte dos acionistas, segundo Rosenberg & Birdzell (1986, p.198), “sem equivalente nas formas mais antigas de organizações hierárquicas”.

A primeira tentativa de criar uma empresa com essa forma de administração e com uma visão puramente econômica, ou seja, sem qualquer benefício de uma carta-patente real na Inglaterra, ocorreu no início do século XVIII. No entanto, foi no século XIX que surgiram as primeiras leis que possibilitaram que as Sociedades Anônimas fossem constituídas sem a necessidade de uma formalização do poder político do soberano, sendo necessário apenas que um grupo de indivíduos tivesse o interesse de explorar determinado ramo de atividade e que esta vontade fosse confirmada publicamente através de um registro.

Para Rosenberg & Birdzell (1986, p.199):

A promulgação de leis dispendo sobre a formação de grupos econômicos mediante o simples registro não forneceu por si mesma a organização coletiva na escala requerida pelas empresas emergentes do começo do século. Mas de fato armou o palco para a revolução da organização econômica que ocorreu no período transcorrido entre 1895 e 1914, quando a crescente conscientização do público das vantagens dos investimentos em empresas por ações facilmente negociáveis provocou a reorganização e transformação da indústria americana....

As exigências impostas pela Revolução Industrial à contabilidade apresentam como ponto positivo o surgimento da profissão de contador, a necessidade de uma legislação e, conseqüentemente, a busca por um arcabouço contábil.

Os contadores ingleses começaram a buscar as respostas necessárias para os novos desafios oriundos da Revolução Industrial.

3 CENÁRIO EMBRIONÁRIO NO DESENVOLVIMENTO DA TEORIA DA CONTABILIDADE NORTE-AMERICANA

3.1 – Influência da Escola Inglesa na Escola Norte-Americana

A Itália (Veneza) forneceu para o mundo a sistematização das partidas dobradas no século XV. Foi o grande celeiro para o desenvolvimento de um novo conhecimento. A obra de Pacioli impactou o mundo comercial possibilitando que o Método de Veneza esclarecesse as operações e possibilitasse tomada de decisão para o proprietário.

Apesar do desenvolvimento comercial e financeiro, a contabilidade ainda não tinha desenvolvido relatórios que apresentassem com clareza a mensuração de uma gestão econômica.

Foi na Inglaterra, em torno de 1600, que surgiram os primeiros demonstrativos financeiros. Inicialmente, não ocorria separação entre o balanço e o demonstrativo de resultado (Ebrero & Lopez, 1992, p.15),

A expansão das indústrias e principalmente a busca de novos investimentos levou a Inglaterra a expandir seu campo de atuação em outras nações, especialmente nos EUA que começavam a passar pela fase da industrialização. Algumas empresas inglesas criaram subsidiárias nos EUA e, conseqüentemente, o resultado da gestão nessas empresas eram auditados por empresas sediadas na Inglaterra, ou seja, era a adoção da prática de conversão dos demonstrativos financeiros para os procedimentos adotados no país de

origem da entidade. Com isso, as práticas adotadas pela Inglaterra foram difundidas para os EUA e, conseqüentemente, influenciou o início dos estudos referentes ao desenvolvimento contábil naquele país. Empresas de auditoria como a Price Waterhouse & Co e a KPMG Peat Marwick (Hendriksen & Van Breda, 1999, p.48) tiveram suas origens na Inglaterra.

Com o desenvolvimento econômico, o pensamento contábil se desenvolveu rapidamente. Os desafios das novas práticas comerciais foram o surgimento de novas formas de sociedades, desde uma empresa individual à prática de *joint venture* e o das Sociedades Anônimas. Ao mesmo tempo, surgia uma nova forma de administração, os proprietários contratavam indivíduos e a eles atribuíam a responsabilidade de administrar o capital investido. Essa forma de administrar obrigava que os administradores prestassem contas aos proprietários de suas ações, era a prática, ainda que de forma limitada, da *accountability*.

Como o desenvolvimento da contabilidade se encontra intrinsecamente associado ao crescimento econômico, financeiro e social de uma nação, o que aconteceu na Inglaterra durante essa expansão comercial contribuiu de forma decisiva para a confirmação desse pensamento. A tese defendida por Franco (2000, p.4), é de que:

...a Contabilidade é causa e efeito do desenvolvimento econômico, pois ela se desenvolve quando a economia prospera e, por outro lado, também contribui para essa prosperidade, pois nenhuma empresa ou entidade pode desenvolver, ou mesmo subsistir, sem o concurso da Contabilidade.

Historicamente, a argumentação de Franco pode ser confirmada a partir da análise de três fases no processo de evolução da própria contabilidade. A primeira fase se encontra na expansão ocorrida na Itália, do Feudalismo até a decadência econômica no final do século XVII. Nesse intervalo, a contabilidade despontou com a técnica das partidas dobradas que proporcionou um impulso na área do comércio; a segunda ocorreu com a expansão comercial e industrial presenciada na Inglaterra no século XVIII. A contabilidade passou por mudanças significativas não só no aspecto normativo mas também na normatização profissional. A partir desse período tem início a contabilidade moderna; a terceira fase se encontra nos EUA após a Primeira Guerra Mundial que determinou o surgimento de uma potência mundial no campo das transações comerciais e financeiras.

Na Inglaterra, os estudos levaram, no final do século XIX, ao surgimento da Teoria da Entidade - *Entity theory* - que segregava o patrimônio pertencente à entidade do patrimônio pertencente ao proprietário (Ebrero & Lopez 1992, p.17). Essa teoria, que até hoje persiste, passou na Escola norte-americana a fazer parte da relação dos postulados da contabilidade. A grande contribuição da Teoria da Entidade era a segregação do patrimônio da empresa (entidade) do patrimônio do empresário. Com esse procedimento, a contabilidade dava um passo importante na busca do estabelecimento de um arcabouço contábil.

Com o passar do tempo, as empresas começaram a realizar investimentos de forma contínua e permanente e, com isso, era necessário segregar renda de capital. Esse fato foi importante para a política de distribuição de dividendo sem comprometer o capital da entidade. A partir da segregação entre renda e capital era possível estabelecer claramente uma diferença entre lucro e capital e ao mesmo tempo, medidas para se efetuar os cálculos referentes ao retorno sobre o lucro sem comprometer o capital da entidade.

Esse avanço promoveu uma mudança substancial para a contabilidade. Ela passou de uma simples contabilidade de livros (*bookkeeping*) para uma contabilidade com instrumentos que possibilitassem o acompanhamento da evolução das transações comerciais e o desenvolvimento de procedimentos que conseguissem mensurar essas transações, que a cada dia ficavam mais complexas.

Oficialmente a primeira organização³ européia de contadores foi a *Society of Accountants*, formada por um grupo de contadores escoceses, fundada em 1854. Esse grupo de profissionais se intitulou contadores diplomados ou “*Chartered Accounting*”.

Na Inglaterra, em 1870, precisamente em Londres, foi fundado o “*London Institute*”. Diversos órgãos surgiram na Inglaterra durante esse período e criaram diversas controvérsias que só foram sanadas em 11 de maio de 1880 quando todos os organismos se fundiram e criaram o “*Institute of Chartered Accountants of England and Wales*” – Instituto de Contadores Registrados da Inglaterra e do País de Gales. O novo instituto usava a revista “*The Accountant*”, que trouxe em seus primeiros números normas sobre a responsabilidade dos contadores e procedimentos de auditoria.

³ Hendriksen & Van Breda, citando Green, *History and Survey of Accountants*, p.139, expõem sobre a existência de sociedade de contadores que teria sido formada em Veneza em 1581.

A preocupação inicial do instituto foi estabelecer os procedimentos para os profissionais associados e as condições necessárias para a adoção de novos sócios.

3.2 Industrialização dos Estados Unidos da América

Duas tendências políticas predominavam nos EUA na época da independência - 4 de julho de 1776. A primeira, tinha como tese uma maior autonomia para os Estados cujo maior defensor foi Thomas Jefferson, que deu origem ao atual Partido Democrata, a segunda tendência defendia que a autonomia dos Estados deveria ser substituída por uma política federalista, ou seja, um governo central, era a semente do atual Partido Republicano.

Na constituição de 1787 foi possível mesclar as duas tendências e criar uma nação que era uma república federativa e ao mesmo tempo permitia que os Estados pudessem desenvolver sua própria constituição.

Dois anos depois foi eleito seu primeiro presidente, George Washington, para governar durante o período de 1789-1797.

Com uma visão progressista, Washington desenvolveu e consolidou, ao longo de seus dois mandatos, o comércio, a indústria e o sistema financeiro do país, preparando-o para ser tornar o celeiro das transações comerciais mundiais. Essa visão promoveu a vinda de muitos imigrantes europeus que começaram a investir no país e trouxeram as práticas comerciais adotadas na Europa para o solo americano.

A tese de que ocorreram grandes investimentos nos EUA durante esse período é defendida por autores como Hendriksen & Van Breda (1999, p.48), quando afirmam que:

A industrialização dos Estados Unidos foi acompanhada por enorme afluxo de capital estrangeiro, e particularmente da Grã-Bretanha, a maior potência econômica da época. Era natural, portanto que contadores autorizados britânicos acabassem indo aos Estados Unidos como auditores.

O capitalismo desenvolveu-se na Europa encontrando campo fértil principalmente na Inglaterra, Londres, que se transformou no período que antecede 1914 na capital mundial do capitalismo (Perroux, 1970, p.49). Até 1890, os EUA tinham uma economia centrada na agricultura. Com o avanço da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra e a decisão americana em desenvolver um parque industrial, levou a economia a uma mudança da produção agrícola para a produção industrial, sendo que em 1890 a produção industrial ultrapassou a produção agrícola.

Com o avanço do processo industrial, a economia americana transformou-se, cada vez mais, em uma economia com considerável índice de produtividade. Esse processo provocou algumas reformas para possibilitar o desenvolvimento da economia. Para Nevins & Commager (1969, 319), na área da economia essas reformas foram:

Regulamentação das ferrovias e dos trustes; concessões de serviços de utilidade pública; reformas tributárias; regulamentações das horas e condições de trabalho; compensações aos trabalhadores e proibição do trabalho infantil.

Buscou-se com essas reformas construir uma base para a economia que estava em processo de formação. Essas reformas associadas ao nacionalismo e com uma política liberal transformaram os EUA no país onde o capitalismo estava em processo de desenvolvimento.

O avanço de novas tecnologias durante o período de 1870-1914 e o surgimento de novas teorias sobre a política trabalhista proporcionaram a busca pela eficiência, chegou-se a uma mudança significativa na concepção da produção industrial. A busca pela eficiência transformou-se em um ideal, resultando em mudanças na estrutura organizacional de diversas empresas. A eficiência visava aumento de produção, as empresas que não se enquadrassem na nova política administrativa corriam o risco de fechar as portas. Em consequência, ocorreu uma reorganização nas diversas instituições no final do século XIX.

Para Burns *et al.* (2001, p.610), a maioria das empresas:

... eram pequenas ou no máximo medianas; agora, à medida que as companhias cresciam e sua necessidade de capital aumentava, começaram a fundir-se. As leis de responsabilidade limitada, promulgada na maioria dos países no decorrer do século, atuavam no sentido de estimular essas corporações.

As empresas formadas com essa natureza, ou seja, responsabilidade limitada, atraíram muitos investidores em função de que a responsabilidade estava limitada à proporção do capital investido.

Essas empresas desenvolveram-se por todo o Ocidente, principalmente na Inglaterra e nos EUA. Com o surgimento dessas empresas, principalmente em função de sua origem, a busca pela eficiência levou a contabilidade a desenvolver um papel de extrema importância, a mensuração dos custos envolvidos ao longo do processo produtivo.

Dessa forma, os EUA cresciam e começavam a estabelecer sua posição como maior economia do mundo. Posição alcançada após a Primeira Guerra Mundial.

Na medida em que os EUA iam consolidando as estruturas econômicas, o conhecimento contábil foi sendo transferido da Inglaterra e de forma embrionária dando origem a uma Escola norte-americana de contabilidade.

4 ÓRGÃOS EMISSORES DE NORMAS NOS ESTADOS UNIDOS

O desenvolvimento econômico que teve origem após a Guerra de Secessão⁴ e principalmente pela vitória dos Estados do Norte, permitiu que os EUA entrassem de forma decisiva no desenvolvimento econômico. O fim da guerra permitiu que as divergências econômicas que impediam o crescimento da nação fossem desarticuladas. As principais divergências estavam no fato de que os Estados do Norte estavam em processo de desenvolvimento fabril; os Estados do Sul concentravam suas economias na monocultura algodoeira; o Norte defendia que todo homem deveria ser livre, ou seja, a necessidade de um consumidor interno, associado a uma política de investimento, permitia que o comércio estivesse em constante expansão; o Sul, contrariamente, defendia a escravidão em função da concentração da economia na agricultura; o Sul defendia a livre

⁴ Guerra entre os Estados do Sul e os do Norte no período de 1861-1865. Nesse período os Estados Unidos tiveram dois presidentes. Os Estados Confederados (Texas, Luisiana, Arkansas, Mississippi, Alabama, Tennessee, Geórgia, Carolina do Sul, Carolina do Norte, Virgínia e Flórida) tinham como presidente Jefferson Davis (1861); os Estados do Norte, Estados da União, (Oregon, Califórnia, Área indígena, Kansas, Wisconsin, Michigan, Missouri, Illinois, Indiana, Kentucky, Ohio, Virgínia Ocidental, Pensilvânia, Massachusetts, Nova Iorque, Vermont, New Hampshire e Maine) tinham como presidente Abraham Lincoln.

concorrência; o Norte buscava o protecionismo alfandegário, ou seja, era contrário à concorrência.

No final da guerra, o maior desafio foi a reconstrução da nação, não só no aspecto político mais também social, econômica e financeiramente. Segundo Aquino *et al.* (1990, p.196):

Economicamente o Sul foi mais afetado do que o Norte; muitas de suas plantações haviam sido arrasadas, outras foram confiscadas, havia falta de mão-de-obra, pois muitos negros emancipados fugiram, sem contar que o Sul desvinculou-se da Inglaterra e se viu na contingência de vender seus produtos agrícolas aos capitalistas do Norte, os quais se valeram da condição de vencedores para transferir capitais e indústrias para os Estados sulistas. Em contraposição, o desenvolvimento econômico do Norte e do Oeste foi considerável: mesmo durante o conflito e apesar da inflação, as necessidades bélicas incrementaram a industrialização, possibilitando inclusive a formação dos primeiros trustes, ligados a Rockefeller, Carnegie, Morgan.

O período posterior à guerra, 1865-1896, ficou conhecido como a idade de ouro em virtude dos grandes avanços na esfera econômica. Segundo Aquino *et. al.* (1990, p.196), as principais realizações econômicas foram:

- a) O estabelecimento de uma elevada tarifa aduaneira (1861);
- b) A criação de um sistema bancário nacional (1863);
- c) A decisão de construir uma estrada de ferro transcontinental (1869); e
- d) A autorização para admissão de trabalhadores mediante contrato.

No final do século XIX e início do século XX, três fatores nos EUA contribuíram de forma decisiva para a necessidade de uma normatização contábil: as ferrovias, a indústria petrolífera e o desenvolvimento das Sociedades Anônimas.

A era das companhias de transporte ferroviário, 1870 a 1893, provocou o surgimento de outros mercados, que impulsionaram a economia americana. Segundo Aquino *et al* (1990, p.196): “No final do século XIX, quatro grandes linhas já atravessavam os EUA do Atlântico ao Pacífico.” Os mercados que surgiram com as ferrovias impulsionaram o progresso americano, entre eles destacaram-se o de óleo de semente de algodão (1885); chumbo, uísque e açúcar (1887); fósforo (1889); fumo (1890)

e borracha (1892), demonstravam o início da expansão da economia americana que ainda se encontrava desprovida de uma normatização contábil.

Outro setor da economia que apresentou um crescimento em pouco tempo, 10 anos, foi o da indústria petrolífera. Totalmente desacreditado pelos investidores das ferrovias, que consideravam os investimentos em petróleo flagrantemente especulativos (Chernow, 1999, p.36), John D. Rockefeller construiu seu império através da Standard Oil, criada em 1870.

Com relação ao surgimento desse império, Chernow (1999, p.37) argumenta que:

Embora não planejado, Rockefeller montou seu grande império de refinarias de petróleo, oleodutos e distribuidores com tanta rapidez, eficiência e ousadia que no início de 1880, a Standard Oil era financeiramente auto-suficiente, e esse status tornou-se um dos assuntos mais comentados de sua realização.

Para atrair novos investidores para os setores ferroviário e petrolífero, os promotores desses empreendimentos divergiam na forma de distribuição dos dividendos.

A política de distribuição dos dividendos do setor ferroviário é apresentada por Hendriksen & Van Breda (1999, p.55):

... nos primeiros tempos do setor ferroviário, nos Estados Unidos, não raro os promotores dos empreendimentos pagavam enormes dividendos com o capital em seu início. Os investidores crendo que esses dividendos eram indicativos dos lucros futuros da empresa, pagavam preços elevados pelas ações, para descobrir mais tarde que os enormes dividendos não podiam ser mantidos sem colocar em risco as operações futuras da empresa.

A política adotada pelo setor petrolífero é abordada por Chernow (1999,p.37), como: “Em seu estilo moralista, ele [Rockefeller] pregou a necessidade de manter altas reservas de dinheiro, pagar dividendos modestos e financiar a futura expansão de lucros acumulados.”

O terceiro fator foi o desenvolvimento das Sociedades Anônimas. Nos EUA, as Sociedades Anônimas em sua formação, no século XIX, apresentaram alguns aspectos diferentes em relação aos apresentados na Inglaterra:

- a) Eram formadas tendo os sócios a responsabilidade limitada;
- b) Não havia a necessidade de carta-patente para criação de uma Sociedade Anônima e sim a observância à lei especial do legislativo⁵; e
- c) O surgimento das leis gerais de sociedades anônimas aplicáveis à maioria das atividades comerciais americanas. Essas leis foram previstas na Constituição de 1845.

Para essas situações, a contabilidade deveria estabelecer normas, visando proteger o investimento inicial e a perspectiva de um maior retorno sobre o capital. Não menos importante, o acompanhamento da mutação do patrimônio, possibilitando, através da informação, uma melhor compreensão da participação dos acionistas da entidade.

O modelo contábil norte-americano surgiu de um longo processo que foi sendo aperfeiçoado à medida que a sociedade se desenvolvia. Essa evolução passou por diversas fases, desde o século XIX, décadas de 1870 a 1893, com o início da normatização, desenvolvimento e crises dos investimentos das ferrovias; da grande expansão ocorrida nos EUA no final do século XIX quando, segundo Chernow (1999, p.17), “... as empresas industriais expandiam, explorando novas economias de escala e atendendo a mercado globais.”; pelo surgimento da era do capitalismo financeiro; pelo surgimento dos mercados de capitais e principalmente pela fase que teve início na década de 30, com a falência do sistema financeiro norte-americano, que provocou uma busca pela harmonização de procedimentos contábeis, tendo como principal objetivo uma maior transparência das informações.

⁵ Lei criada em 1811 pelo legislativo de Nova York para as companhias têxteis. A referida lei, conhecida como lei geral de sociedade anônima, surgiu em função da Lei do Embargo de 1807, governo Thomas Jefferson, que proibia os americanos de comercializar com a Inglaterra e França.

Atualmente, nos EUA, a SEC e o FASB são os principais órgãos responsáveis pela normatização contábil. No entanto, outros órgãos contribuem de forma positiva para o desenvolvimento crítico da normatização contábil americana. Entre esses órgãos destacam-se o *Governmental Accounting Standards Board - GASB*, o *General Accounting Office - GAO*, o *Internal Revenue Service - IR*.

Durante essa fase, 1870-1893, diversos organismos contábeis foram criados com o objetivo de estabelecer um arcabouço conceitual que possibilitasse à contabilidade o desenvolvimento de uma teoria capaz de proporcionar respostas para elucidar as dúvidas relacionadas ao surgimento de novas transações econômico-financeiras e qual seria o procedimento para divulgação dessas transações.

Esses órgãos exerceram um papel importante para o desenvolvimento da Escola norte-americana de contabilidade.

4.1 Interstate Commerce Commission - ICC

Antes do surgimento dos institutos responsáveis pela normatização contábil americano, o congresso dos EUA criou, em 1887, a *Interstate Commerce Commission - ICC*, que tinha a responsabilidade de estabelecer a normatização da economia e serviços de transporte entre Estados. A normatização dos serviços a cargo da Comissão incluía os transportes ferroviários, linhas de ônibus, empresas de transporte de caminhões, transporte de óleo, etc.

A criação desse órgão ocorreu em função da impossibilidade dos Estados americanos exercerem influência nas transações comerciais que ultrapassassem suas fronteiras.

Segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.55):

Os Estados procuraram, individualmente, proteger seus cidadãos contra as atividades das companhias, mas, ... a Suprema Corte determinou que o comércio que se originasse ou se destinasse além da divisa de um Estado estava fora do alcance do poder de regulamentação daquele Estado.

Uma prática vigente nos EUA foi a formação de trustes. Trustes, segundo o dicionário Houaiss (2001, p.2780): "...estrutura empresarial em que várias empresas, que já

detêm a maior parte de um mercado, se ajustam ou se fundem para assegurar o controle, estabelecendo preços altos para obter maior margem de lucro.” Em 1890, o congresso americano aprovou a Lei Antitruste de Sherman. O objetivo da Lei era proibir que empresas, ou grupo de empresas, estabelecessem preços abusivos, limitando a concorrência e, como consequência, penalizando o consumidor.

A Lei de Sherman em seu Artigo 1º cita: “Todo contrato, fusão sob a forma de trustes, ou conspiração, em detrimento do comércio entre os diversos Estados, ou com nações estrangeiras, é declarado ilegal”. (Huberman, 1966, p.199).

A Lei Antitruste só foi aplicada em setembro de 1901 quando da eleição do presidente americano Theodore Roosevelt. Semanas após a eleição de Roosevelt, os três maiores empresários dos transportes ferroviários, James J. Hill, J.P. Morgan e Edward H. Harriman fundiram suas empresas e formaram a *Northern Securities Company*. O surgimento do *Northern Securities* causou indignação pública, principalmente pela falta de concorrência de preços entre as ferrovias.

Roosevelt não aceitou a fusão das empresas e tentou junto aos tribunais anular o processo, sem sucesso. Apenas em 1904, a Suprema Corte pronunciou-se contra a *Northern Securities*.

Dois anos depois, 1906, a ICC teve suas funções ampliadas. Markham (1988, p. 63) afirma que: “Como parte do *Square Deal* [Acordo Justo], [Roosevelt] fez o Congresso aprovar, em 1906, a Lei Hepburn, que concedia à Comissão Interestadual a autoridade de estabelecer tarifas máximas para as ferrovias.”

Na visão de Hendriksen & Van Breda (1999, p.55), a lei Hepburn de 1906: “...deu à ICC autoridade para estabelecer um sistema contábil uniforme para uso na fixação de tarifas apropriadas, abrindo assim o caminho para o século da regulamentação da contabilidade.”

Com a criação do Departamento de Transportes nos EUA em 1966, algumas atividades da ICC foram absorvidas. Apesar da criação do Departamento, a ICC desenvolveu ainda algumas atividades vinculadas aos transportes interestaduais até 1995 quando teve suas atividades encerradas, sendo criada em seu lugar a *National Surface Transportation Board - NSTB*.

A ICC tinha um objetivo específico, fixação de tarifas, e ramo de comércio definido, os transportes. No entanto, as atividades comerciais estavam além desse ramo do comércio.

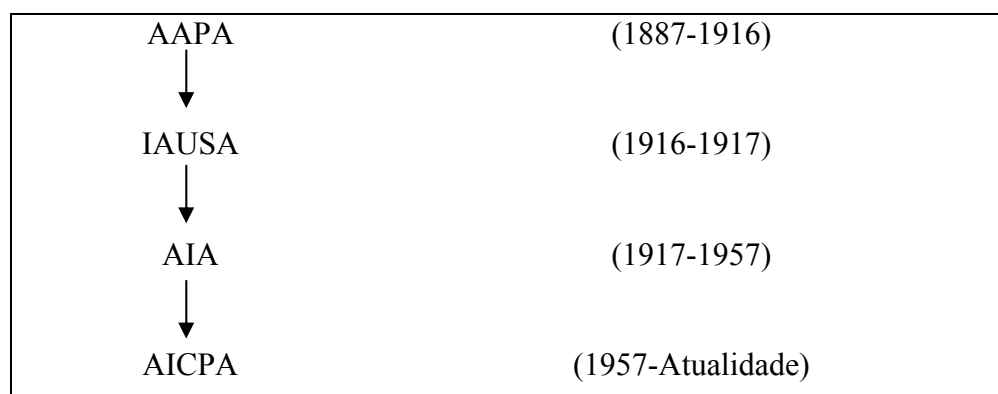
Os EUA estavam em pleno desenvolvimento industrial e na formação de um mercado financeiro que seria determinante na economia da nação, sendo importante a contabilidade acompanhar a evolução da sociedade. Cabia a ela apresentar de forma decisiva a melhor maneira para apurar, controlar e divulgar os fatos econômicos e financeiros que contribuíram para a formação dos diversos cenários comerciais.

Nesse contexto, a contabilidade começava a pressentir a necessidade da formação de uma base teórica que possibilitasse aos usuários, proprietários, acionistas e a sociedade em geral o conhecimento sobre as diversas transações comerciais e a melhor forma de se estabelecer um controle sobre as mesmas.

O primeiro passo para atingir esse objetivo foi a criação de um organismo que tivesse como missão aprofundar os estudos científicos na área de contabilidade. Esse órgão, *Institute of Accountants and Bookkeepers – IAB*, foi criado em 1882 em Nova York e deveria promover o desenvolvimento da profissão em outros Estados americanos.

A evolução dos institutos responsáveis pelos pronunciamentos contábeis americanos teve início a partir de 1887, demonstrado conforme Ebrero & Lopez⁶:

Ilustração 01: Evolução dos organismos contábeis norte-americanos



Fonte: Ebrero & Lopes (1992, p.29).

⁶ Ebrero, Amparo Cuadrado e Lopez, Maria Lina Valmoyor. Organismo Contables Americanos Emissores de Normas. 1 ed. Instituto de Contabilidad Y Auditoria de Cuentas, 1992, p. 29.

4.2 American Association of Public Accountants - AAPA

O primeiro Instituto de cunho nacional nos EUA foi a *AAPA* criada em 1886, sendo registrada em 1887.

A origem da AAPA recebeu influência direta da escola inglesa. Em 1883, devido a um problema contábil em uma empresa inglesa estabelecida nos EUA, resultou na criação dessa associação. O problema contábil estava relacionado à suspensão de pagamento (Ebrero & Lopez, 1992, p.30). Para solucionar o problema, foi enviado, aos EUA, Edwin Guthrie, da empresa de contabilidade Thomas, Wade, Guthrien and Co. que era a empresa dos contadores diplomados da Inglaterra. Ao chegar aos EUA, Guthrie observou que não existia nenhum órgão de contabilidade em solo americano. Guthrie, juntamente com John Wylie Barrow fundou a empresa de contabilidade com o nome de *Barrow, Wade, Guthrie and Co. Public Accountants of New York*, sendo o embrião do AAPA.

Em 1886, com o ingresso de novo sócio, James T. Anyon, foi formado um grupo similar ao instituto existente na Inglaterra. A AAPA teve seu registro no Estado de Nova York no dia 27 de setembro de 1887, com o objetivo de normatizar os procedimentos contábeis.

Na ocasião do registro, a AAPA tinha como presidente James Yalden, vice John Heinz e como secretário James Anyon. A AAPA tinha 31 membros, sendo 24 sócios e 7 associados (Ebrero & Lopez, 1992, p.30)⁷.

Os EUA ainda não tinham uma base legal para regulamentar a profissão contábil, diferentemente da Inglaterra que já possuía uma profissão em um estágio bastante avançado. Os exames para o ingresso no instituto inglês já eram praticados desde 1882.

A partir de 1894, a AAPA começou a buscar a normatização da profissão contábil com a elaboração de alguns projetos de lei. O projeto de lei Gottsberger proibia a prática contábil sem a devida licença.

⁷ Existe uma divergência com relação à quantidade no momento do registro. Na visão de Hendriksen & Van Breda (1999, p.55), “a AAPA foi registrada no Estado de New York com oito americanos assinando seu certificado de registro; pela lei estadual, os dois britânicos não podiam assiná-los.”

No mesmo ano, o *IAB* apoiava um outro projeto que diferenciava da visão da AAPA, por ser menos exigente para a prática da profissão. Para solucionar o problema, foi criado um comitê, chamado de *Committee of Fourteen*. Como resultado dos trabalhos, o comitê apoiou o projeto IAB propondo a concessão de um certificado para o exercício da profissão. Era um passo semelhante ao que já ocorria na Inglaterra. O *Certified Public Accountant* – CPA (Contadores Públicos Registrados) passaria a ser exigido para todos os profissionais da contabilidade.

Em 17 de abril de 1896, no Estado de Nova York, o projeto que regulamentava a profissão contábil foi aprovado com o título de *Act to Regulate the Profession of Public Accountant*. Essa é a primeira lei da qual se tem conhecimento, nos EUA, que regulamenta o exercício da profissão contábil.

Segundo Ebrero & Lopez (1992, p. 32), a legislação:

Concedia o título de CPA (Certified Public Accountant) a pessoas qualificadas, com prévio exame sobre teoria, prática contábil, auditoria e leis mercantis, proibindo o uso do título aos que não tinham superado a prova. (Tradução livre)

Após *New York*, os demais Estados americanos começaram a regulamentar a profissão contábil (Anexo II). Entretanto, no âmbito dos Estados para se obter o certificado para exercer a profissão, era necessário que o candidato tivesse conhecimento da normatização de todos os Estados, o que representava uma dificuldade para os contadores. Com a criação em cada Estado de uma agência responsável pela legislação contábil, *Board of Accountancy*, foi possível estabelecer uma padronização por parte da AAPA para a seleção dos candidatos.

De imediato foi estabelecido um acordo entre a AAPA e as agências de cada Estado para a elaboração e procedimento de como aplicar a prova de seleção, para os candidatos que quisessem se submeter aos testes do CPA e abraçar a profissão de contador público.

Como desenvolvimento natural da profissão, cada Estado procurou seguir os passos da legislação nova-iorquina e criaram suas sociedade de contadores públicos registrados, as *State Societies of CPA*. Com a proliferação dessas entidades, começaram a surgir algumas dificuldades relacionadas com o exercício da profissão. Como exemplo, era questionado se um profissional perdesse o direito de exercer a profissão em uma jurisdição, ele poderia exercer em outra?

Para resolver esse problema e possibilitar um melhor direcionamento da profissão foi criado, em 1902 em Washington, a *Federation of Societies of Public of American*. Em 1905 ocorreu a fusão entre a *Federation of Societies of Public of American* e a *American Association of Public Accountants*, surgindo o primeiro órgão de caráter federativo que tinha como objetivo principal a supervisão federal dos profissionais de contabilidade. Esse órgão manteve o nome de *American Association of Public Accountants*.

O papel dessa nova entidade foi delineado pelo seu primeiro presidente, John Loomis, na primeira reunião anual:

A *American Association of Public Accountants* se encontra neste momento como o digno representante de todos os contadores públicos nos Estados Unidos, depois de sua fusão com a *Federation of State Societies*. O objeto principal deste novo corpo é velar pela profissão, divulgar conhecimento e reconhecimento da necessidade do contador público no desenvolvimento industrial e financeiro do país. (Ebrero & Lopes, 1992, p. 34). (Tradução livre)

O teste inicial para a AAPA foi o pânico financeiro ocorrido em 1907.

Em um sistema financeiro dois fenômenos podem gerar uma crise financeira. São eles o *crash* e/ou o pânico. Quando ocorre um *crash*, observa-se uma queda significativa nos preços dos ativos, enquanto o pânico é “um medo súbito sem causa”. O pânico ocorre em mercado de ativos ou envolve uma corrida para ativos com maior liquidez em detrimento aos de menor liquidez (Kindleberger, 2000, p.136).

Historicamente se questiona se a política de um banco central deveria ser a manutenção de reservas monetárias ou o aumento de taxa de juros, quando do sinal de qualquer pânico financeiro. Em alguns países europeus, entre eles a Inglaterra, preferiram o aumento da taxa de juros para enfrentar as crises do século XIX do sistema financeiro.

Kindleberger (2000, p.91) apresenta a essência do pânico ocorrido em 1907 nos EUA:

No pânico de 1907, a expansão prévia envolveu empréstimos em Nova York por bancos de fora, em valores historicamente desconhecidos, juntamente com empréstimos pesados feitos por Nova York a Londres por meio de papéis fiduciários...(A base para isso, é claro, é que depósitos interbancários servem como reservas ao dono dos ativos, mas não necessariamente como exigência de paridade contra as reservas do

banco que receber os depósitos.) Por falta de um banco central, Nova York não poderia agir arbitrariamente em relação às taxas de juros.

O problema estava no fato de evasão de ouro decorrente dos empréstimos que era concedido aos americanos, que acarretou em um aumento nas taxas de juros pelo Banco Central de Londres no ano de 1906. O pânico ocorreu quando o Banco Central de Londres comunicou ao mercado financeiro que os títulos norte-americanos causavam instabilidade no cenário financeiro. Essa ação do banco inglês gerou um pânico no sistema financeiro americano, principalmente pela falta de um órgão financeiro que estabelecesse as diretrizes do mercado financeiro (Kindleberger, 2000, p.91).

O pânico de 1907, segundo Chernow (1999, p.109): “... persuadiu muitos céticos de que o país precisava de um banco central e não podia se fiar mais nas encenações teatrais de magnatas em processo de envelhecimento.”

O principal arquiteto de um banco federal americano foi Paul Warburgs, filho de um magnata alemão, Max Warburgs, proprietário da *Hamburg Moroco Society*, que tinha entre seus objetivos promover a mineração alemã. Paul era financista e detinha um grande conhecimento sobre economia. Contra ele pairava o fato de não ser americano.

Segundo Chernow (1999, p.123):

...Paul delineou extemporaneamente um ensaio sobre a necessidade de um banco central na América, depois percebeu que seria presunção de sua parte dar lições aos nativos após pouco tempo de residência em Nova York; por esse motivo, engavetou o ensaio.

Após o pânico de 1907, a idéia de Paul foi desengavetada e a necessidade de um Banco que estabelecesse as normas financeiras para o país foi um tema bastante discutido. O desenvolvimento econômico já atingia todas as áreas do comércio, as transações de importação e exportação com os diversos países europeus já atingiam patamares significativos, e o país ainda não tinha um banco central controlado pelo governo.

Em meio a essas discussões, assumia o governo, para o período de 1909 a 1913, o presidente William Howard Taff. A principal ação de Taff foi a *Sixteenth Amendment of the Federal Constitution* (16ª emenda à Constituição Federal) que criou o imposto federal sobre a renda. Apesar da criação, a regulamentação do imposto só ocorreu no governo do presidente Thomas Woodrow Wilson.

A crise de 1907 e a criação do imposto sobre a renda despontaram como um cenário para que a AAPA conseguisse evoluir na solidificação da profissão. Segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.55) a AAPA: “...em 1910, [exerceu influência sobre os padrões contábeis] quando foi constituída uma comissão da Associação para formular definições de termos técnicos contábeis visando uniformizar seu significado.”

O primeiro passo para a criação de um arcabouço conceitual para a contabilidade americana foi a criação de um comitê que recebeu o nome de “*Special Committee on Accounting Terminology*” e permaneceu ativo até 1915.

Com relação ao imposto de renda, Hendriksen & Van Breda (1999, p.55) afirmam que: “A AAPA também procurou exercer sua influência...” Os autores não deixaram claro como isso aconteceu.

Com o lema *Nova Liberdade*, assumia o governo, no período de 1913-1921, o presidente Thomas Woodrow Wilson. Suas principais ações foram a aprovação da nova tarifa aduaneira, ato conhecido como a Tarifa de *Underwood*, com a finalidade de redução dos direitos de importações; aprovação de legislação que regulamentou o imposto sobre a renda. O imposto passou a ser gradativo e era aplicado nas rendas superiores a três mil dólares; criação da Lei de Owen-Glass, mais conhecida como a Lei da Reserva Federal, que reorganizou o sistema bancário americano; criação da Lei de Clayton, que era uma complementação da Lei de Sherman (1890), com o objetivo de proibir a prática de *truste* na economia americana; a criação da *Federal Trade Commission – FTC*, (Comissão Federal de Comércio), que tinha como objetivo fazer com que a Lei de Clayton fosse cumprida. A fiscalização nas empresas ia da publicidade enganosa aos subornos (Aquino *et al.*, 1990, p.235).

A consequência imediata da reorganização do sistema bancário permitiu que a voz de Paul Warburgs⁸, defensor de criação de um Banco Central, tivesse ressonância e em 1914 o governo criou o *Federal Reserve Board – FRB* e o nomeou para exercer o cargo de vice-chairman em 1916.

Com esses dois novos usuários da informação, no caso, o fisco e o sistema bancário, a contabilidade precisava encontrar mecanismo para atendê-los.

Para o fisco, a necessidade das informações estaria concentrada na geração de lucros por parte das empresas para que a legislação do imposto de renda fosse cumprida. A

⁸ Paul Warburgs adotou a cidadania americana em 1911.

necessidade não seria apenas a de encontrar mecanismo de controle para inibir a sonegação, mas também a melhor forma de evidenciar essa informação.

O imposto de renda, conforme Most (1977, p.46), teve uma forte influência sobre o crescimento da contabilidade, visto que ele afetou todas as empresas, grandes ou pequenas, incorporadas ou não-incorporadas, regulamentadas ou não-regulamentadas. As primeiras tentativas por um imposto de renda nos EUA foram o *Excise Act*, em 1909 e o *Revenue Act*, em 1913, que mediam a renda líquida como a diferença entre os recebimentos e os desembolsos. A aceitação da contabilidade acumulativa como base para a tributação de renda passou por uma longa batalha.

A exigência do FRB para a aquisição de crédito, por parte das empresas, levou à necessidade de uma padronização de procedimentos contábeis e principalmente na forma de apresentação dos demonstrativos.

Apesar da existência de um órgão federativo da profissão contábil, no caso a AAPA, a FTC solicitou ao FRB a criação de uma normatização contábil, com o objetivo de uniformizar os procedimentos. Em 17 de abril de 1917, com a aquiescência da AAPA, foi publicado um manual de procedimentos contábeis chamado *Uniform Accounting*. Para o AICPA⁹ *apud* Ebrero & Lopes (1992, p. 37): “Literalmente, o boletim não teria nada que ver com sistemas uniformes de contabilidade.” Hendriksen & Van Breda (1999, p.56) concordam com essa afirmação ao se posicionarem: “[O manual] Era totalmente inadequado, pois nada dizia a respeito de uniformidade ou sobre contabilidade; na verdade era um documento de auditoria.” O manual tratava na realidade de procedimentos de auditoria¹⁰. A importância do referido documento se encontra no fato de ser o primeiro pronunciamento, com a participação de contadores públicos, feito com o objetivo de estabelecer procedimentos a serem adotados pelas empresas.

⁹ “Generally Accepted Auditing Standards: Their Significance and Scope”. Special Report by Committee on Auditing Procedure. AICPA, 1954, págs 8-9.

¹⁰ “O documento era, essencialmente, o manual de procedimentos de auditoria interna utilizado na Price Waterhouse, tendo sido escrito alguns anos antes por John C. Scobie (CAREY, John L. The rise of accounting profession. New York : AICPA, 1969. v. 1, p.133.” (Hendriksen & Van Breda, 1999, p.56).

4.3 Institute of Accountants in the United States of American - IAUSA

Em virtude das críticas decorrentes do sentimento de fracasso de uma década, os membros da AAPA fizeram uma avaliação do alcance das atividades da associação. Como conclusão dessas reuniões foi promovida uma reorganização na AAPA e o seu nome foi alterado em 1916 para *The Institute of Accountants in the United States of American – IAUSA*. O Instituto teve vida curta e, em 1917, teve seu nome alterado para *American Institute of Accountants – AIA*.

4.4 American Accounting Association - AAA

Com a finalidade de solidificar o ensino de contabilidade nos EUA, um grupo de professores decidiu, em 30 de dezembro de 1915, fundar uma organização que de acordo com Ebreiro & Lopez (1992, p.171) tinha como propostas:

- a) promover relações cordiais com os professores;
- b) oferecer uma oportunidade para discutir temas de interesse em matérias contábeis e seus ensinamentos;
- c) projetar planos com o objetivo de conseguir uma uniformidade nos cursos de contabilidade de ensino universitário; e
- d) formular uma política sobre transferência de estudantes entre faculdades. (Tradução livre)

Com a aceitação por parte dos professores de contabilidade, foi constituída em 01 de dezembro de 1916 a *The American Association of University Instructors in Accounting – AAUIA*, tendo seu nome alterado em 1936 para *American Accounting Association – AAA*. O primeiro presidente foi John R. Wildman, sendo criado um grupo de trabalho composto por Hatfield, Ewell e Treleven, com a finalidade de traçar os objetivos da nova organização.

Um grande desafio para a Associação era conquistar o espaço necessário para o crescimento da contabilidade no cenário acadêmico. Seu primeiro passo foi estabelecer um relacionamento com a AIA e também com a *American Economic Association – AEA*, da qual a maioria dos membros já tinham sido sócios.

Em 1924, a Associação promoveu uma mudança significativa em seus estatutos trazendo uma grande contribuição para o desenvolvimento da contabilidade em sua área de pesquisa, segundo Ebreiro & Lopes (1992, p.173) “foi a inclusão nos objetivos das práticas de investigação científica, sobretudo para aprofundar em matérias contábeis e sua metodologia.” (tradução livre)

Com o objetivo de expandir o conhecimento na área contábil, a *AAUIA* arquitetou a publicação de uma revista trimestral. Para operacionalizar o projeto, foi criado um *Special Committee on Publications* com a participação de William Paton como diretor de Investigação e A. C. Littleton como diretor adjunto. Em 1925 foi sugerido por Paton que a revista tivesse o nome *The American Accounting Review*, que teve posteriormente seu nome alterado para *The Accounting Review*. O primeiro número foi publicado em 1926, sendo Paton seu primeiro editor.

Durante o período da Grande Depressão, a *AAUIA* exerceu um papel importante quando da defesa da classe contábil em meio a críticas¹¹ advindas da sociedade, bem como do desenvolvimento de estudos investigativos envolvendo os temas que estavam sendo debatidos por toda classe empresarial. Foi nesse período que a instituição promoveu alteração de seu nome para AAA.

Em meio a esse cenário de dúvidas e incertezas, a Associação, com a participação de Paton e Littleton, publicou *A Tentative Statement of Accounting Principles Underlying Corporate Financial Statement*, tendo como objetivo a divulgação dos princípios contábeis e procedimentos de contabilidade consistentes para uma melhor apresentação dos demonstrativos contábeis.

Em 1937, Kohler divulgou um trabalho intitulado *Some Tentative Propositions Underlying Consolidated Reports* que tinha o objetivo de disciplinar a divulgação dos demonstrativos consolidados.

¹¹ “Diversidade de abordagens para a contabilidade da depreciação e a falta de informação sobre a política da depreciação, diversidade de abordagens à consolidação, ausência dos números do valor das vendas e uma clara separação da renda não operacional, falta de identificação do excedente ganho no balanço geral, registro de dividendos de ações recebidos em valores mais altos do que os mostrados pelas companhias declaradoras dos dividendos e as práticas destinadas a recalcular os lucros.” (Most, 1982, p.67). “...falta de uniformidade das práticas contábeis...” Berle & Means *apud* Hendrikse & Van Breda (1999, p.58).

No mesmo ano, a AAA publicou uma série de monografias abordando as questões normativas da contabilidade. Essas monografias representaram um conjunto de literatura indispensável para a aplicação de procedimentos contábeis.

Quadro 03: Monografias publicadas pela AAA

Ano	Autoria	Tema
1937	Perry Mason	<i>Principles of Public Utility Depreciation</i>
1939	Mortimer Daniels	<i>Financial Statement</i>
1940	W. A. Paton e A.C. Littleton	<i>An Introduction to Corporate Accounting Standards</i>
1944	Maurice Moonitz	<i>Entity Theory of Consolidated Statement</i>
1953	A.C. Littleton	<i>Structure of Accounting Theory</i>
1961	Robert Mautz e Hussein Sharaf	<i>The Philosophy of Auditing</i>
1962	Louis Goldberg	<i>An Inquiry Into the Nature of Accounting</i>

Fonte: Adaptado de Ebreiro & Lopes (1992, p.181-182).

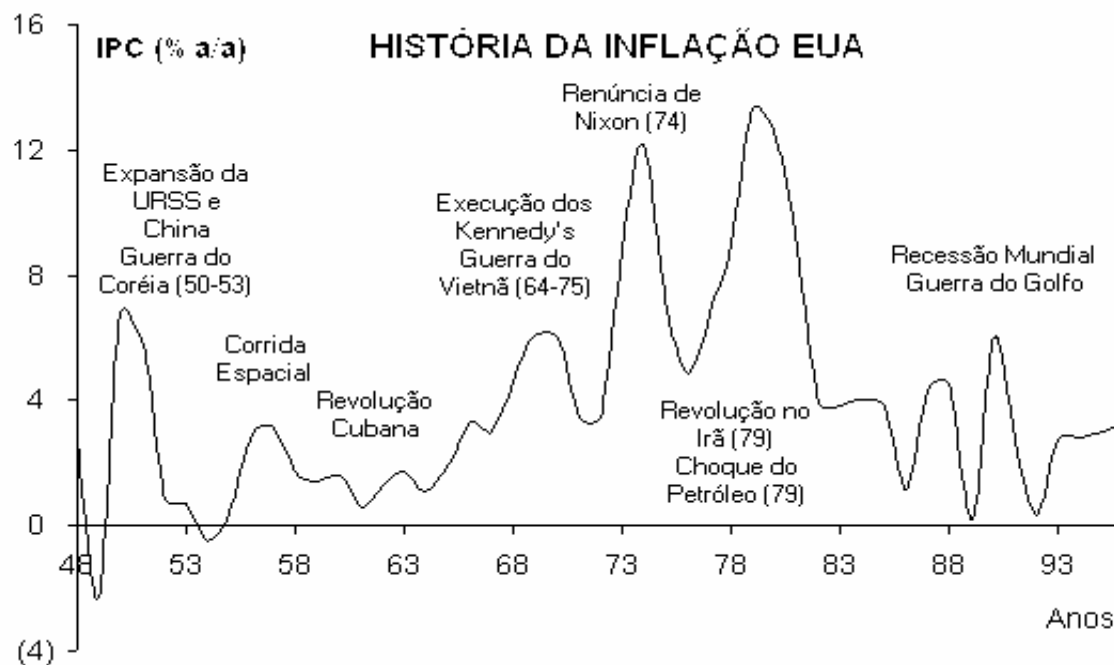
Entre essas monografias, a publicação de 1940 de autoria W. A. Paton e A. C. Littleton, que começou a ser inscrita em 1936, tinha como objetivo, segundo os autores:

Construir um marco para que sirva de fundamento para as sucessivas declarações sobre “Standards” contábeis para a empresa. A teoria contábil se concebe com um corpo de doutrina coerente, coordenado e consistente e que se deve expressar de forma compacta e padronizada. (Ebreiro & Lopez, 1982, p.181). (Tradução livre)

Dando prosseguimento às publicações acadêmicas, em 1938, tendo como autores Thomas Sanders, Henry Rand Hatfield e Underhill Moore, foi publicada a obra *A Statement of Accounting Principles* que tinha como objetivo apresentar as principais práticas contábeis aplicadas naquele período.

Após a II Guerra Mundial, os EUA começaram, em função de diversos eventos, a conviver com índice de inflação, conforme demonstrado por Mattos (1987):

Ilustração 02: Gráfico da História da Inflação



Fonte: Extraído de http://www.univ.com.br/acmm/Public/Livro_Inflacao/132.htm .

A história da inflação nos EUA, demonstrada através do gráfico acima, pode ser analisada, segundo o autor, em três fases distintas, a saber:

- Fase de transição: após a segunda guerra até 1957, com taxas bastante agitadas;
- Fase estável: de 58 a 64, com taxas próximas de zero, oscilações não ultrapassando a 1% a.a.;
- Fase de incerteza: após 64, quando chegou aos 21% a.a.

Durante esse período, mais precisamente no decorrer da primeira fase da inflação, a AAA procurou apresentar alguns estudos, fruto de pesquisas, sobre as implicações que a desvalorização do poder aquisitivo da moeda exercia nos demonstrativos contábeis. Esses trabalhos - 03 monografias - foram escritos no período de 1955-56. O primeiro, escrita por Jones, um estudo de caso em quatro empresas, intitulado *Case Studies of Four Companies*; o segundo, uma explicação do processo inflacionário e reflexo nos

demonstrativos, foi escrito por Perry Mason, *Basic Concepts and Methods*; o terceiro, escrito por Jones, *Effects of Prince-Level Changes of Business, Income, Capital and Taxes*, efetua uma análise do problema enfrentado pela contabilidade no tratamento da variação do câmbio.

Com a criação, em 1964, do comitê intitulado *Committee to prepare a statement of basic accounting theory*, sob a presidência de Charles T. Zlatkovich, a AAA deu um passo importante na elaboração de uma teoria para a contabilidade.

De acordo com a *The Accounting Review*, nº 02, de abril de 1965, *apud* Ebreiro & Lopes (1992, p.1980), o comitê tinha como objetivo:

Elaborar uma declaração integral de uma teoria básica de contabilidade que serviria de guia para os educadores, praticantes e outros interessados em contabilidade. Esta declaração deve incluir um apoio adequado para qualquer postura a tomar em conta e com suficiente clareza, consistência e transparência. (Tradução livre).

O resultado dos trabalhos do comitê foi a publicação, em 1966, de uma declaração que recebeu o nome de *A statement of basic accounting theory – ASOBAT*. Na declaração, a AAA procurou estabelecer quais os objetivos da contabilidade, os padrões, requisitos básicos para a divulgação das informações contábeis e diretrizes que deveriam ser observados na elaboração dessas informações. Os principais pontos do ASOBAT são apresentados na ilustração abaixo:

Ilustração 03: *A Statement of Basic Accounting Theory - Asobat*

Objetivos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tomar decisões a respeito do uso de recursos limitados, incluindo a identificação de áreas cruciais de decisão, e a determinação de objetivos e metas, ou seja, decisões de acionistas, credores e outros a respeito de alternativas de investimento. 2. Direcionar e controlar eficazmente os recursos humanos e materiais de uma organização, ou seja, decisões da administração em relação à empresa. 3. Manter e informar a respeito da gestão de recursos, ou seja, a função de custódia da administração. 4. Facilitar funções e controles sociais, ou seja, facilitar as operações da sociedade organizada para o bem-estar de todos.
Padrões	<ol style="list-style-type: none"> 1. Relevância, ou seja, deve estar associado, em bases úteis, à ação que visa facilitar. 2. Verificabilidade, ou seja, indivíduos qualitativos, agindo independentemente, devem chegar ao mesmo resultado. 3. Ausência de viés, ou seja, não deve favorecer um conjunto de usuários às expensas de outro conjunto. 4. Quantificabilidade, ou seja, deve ser possível mensurar, mesmo que não necessariamente em termos monetários.
Diretrizes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adequação ao uso esperado. 2. Divulgação de relações significativas. 3. Inclusão de informações sobre o ambiente. 4. Prática uniforme dentro de cada entidade e entre entidades. 5. Práticas uniformes de um período a outro.

FONTE: Hendriksen & Van Breda (1999, p. 79)

A publicação do ASOBAT representou um momento de suma importância para o desenvolvimento da contabilidade nos EUA. No momento da publicação, o AIA passava por um momento de críticas cruciais devido à incapacidade de consolidação de um arcabouço teórico.

4.5 American Institute of Accountants - AIA

O período de 1917 a 1957, que teve o *American Institute of Accountants -AIA* como responsável pelo desenvolvimento da normatização contábil americana, foi relevante para a criação, o desenvolvimento e o início da solidificação de uma teoria da contabilidade genuinamente americana.

Retomando as discussões sobre a uniformidade dos demonstrativos contábeis, o manual, elaborado em 1917, teve seu título alterado em 1918 para *Approved Methods for*

the Preparation of Balance-Sheet Statements; A Tentative Proposal Submitted by the Federal Reserve Board for Consideration of Banks, Bankers, and Banking Association; Merchants, Manufactures and Association of Accountants. A única diferença entre esse trabalho e o anterior era a ausência da referência feita ao termo sistema uniforme de contabilidade.

A economia americana começou a passar por transformações profundas. Após a I Guerra Mundial, 1914-1918, os EUA passaram por um crescimento jamais visto na história do país. Esse movimento, conhecido como *Política do Big Business*, representou o mínimo de intervenção do governo na economia e uma maior liberdade econômica.

Nesse período, os EUA assumiu a liderança capitalista mundial. A nação que era uma das maiores devedoras (3 bilhões de dólares) passa para o maior credor (11 bilhões de dólares), (Vincentino & Dorigo, 2001, p.501).

As indústrias passaram por um processo de aceleração significativa. Surgiu a indústria cinematográfica com o slogan *american way life*, a indústria radiofônica, a indústria telefônica, indústria dos aparelhos domésticos, e mais significativo ainda foi o desenvolvimento da indústria automobilística, alcançando patamares nunca vistos. Foi de fato uma época de ouro para a economia americana.

4.5.1 Crise de 1929

O economista Yale Irving Fisher acreditava que a nação estava em uma era de prosperidade ilimitada (Chancellor, 2001, p. 228, 230). A declaração de Fischer ocorreu poucas semanas antes da grande crise que abalou o sistema econômico americano.

A tese do professor Fisher era movida também pelo afrouxamento das leis antitruste, que provocou diversas fusões de bancos, e pelo aumento de ganho de produtividade em função dos grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Essa fase provocou uma busca pelo mercado de ações, levando à expansão das corretoras. Para Galbaith *apud* Chancellor (2001, p.242): “O notável na especulação no mercado acionário em 1929 não foi a grande participação. Foi, antes, o modo como ele se tornou central na cultura.”

A idéia de uma economia forte e próspera teve continuidade com a eleição do presidente Calvin Coolidge em 1924, que defendia a continuidade do período áureo em que se encontrava a economia americana.

Devido aos acontecimentos econômicos resultantes da explosão econômica americana, a AIA sugeriu a FTC a necessidade de nova alteração no manual publicado em 1917. A preocupação da AIA era especificamente a importância que deveria ser dada às contas de resultado e quem seria o responsável pelos demonstrativos divulgados. Em maio de 1929, o FRB aprovou as alterações e o manual foi republicado com o nome de “*Verification of Financial Statements*”. Trazia como novidade a preocupação com as contas de resultados, atribuindo a responsabilidade da divulgação dos demonstrativos ao auditor. O pronunciamento foi adotado por diversos Estados¹², através das *State Societies of CPA*.

A preocupação do AIA era com a forma e responsabilidade dos demonstrativos contábeis. A economia crescia, as transações financeiras ficam complexas e as empresas buscavam cada vez mais investidores para alavancar os negócios. À medida que as empresas apresentavam mais lucros, o preço das ações subia. A falta de uniformidade dos procedimentos contábeis possibilitava que as empresas realizassem operações esdrúxulas para apresentar números positivos na tentativa de atrair novos investimentos. Para Chancellor (2001, p.247): “Os lucros também eram fabricados por subsidiárias que vendiam ativos umas as outras a preços inflados.”

A seqüência dos fatos ocorridos no mês de outubro de 1929 era o prenúncio de dias terríveis sobre a economia americana. Esses acontecimentos são apresentados por Link (1965, p.606, 608):

- ◆ Quinta-feira negra, 24 de outubro, cerca de 13 milhões de títulos mudaram de mãos e os preços caíram tão rapidamente que as fitas registradoras não conseguiram acompanhar o ritmo da queda.
- ◆ Sexta-feira, 25 de outubro, os jornais noticiaram um *pool* de banqueiros para apoiar o mercado de compra de ações. Isso fez com que o mercado apresentasse uma estabilidade ilusória, apesar de ser por pouco tempo.
- ◆ Segunda-feira, 28 de outubro, foram vendidos mais de 9 milhões de ações a preço baixo.
- ◆ Terça-feira, 29 de outubro, aproximadamente 16 milhões e 410 mil títulos mudaram de mãos no mais frenético e tresloucado dia de transação de toda história da bolsa.

¹² Califórnia, Washington, Massachusetts, Texas e Pensilvânia.

Ao final do dia, a contabilidade registrava uma perda de aproximadamente 15 bilhões de dólares. Foi o início da derrocada do sistema financeiro.

Com a crise provocada pela Grande Depressão, os contadores não escaparam incólumes. A concentração de riqueza nas mãos de poucas pessoas, causada, em parte, pela falta de uniformidade das práticas contábeis, segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.57), foi apresentada como a principal causadora da crise. Os contadores foram acusados de, por não haver regulamentações, expressar as cifras que cada um achasse conveniente nas demonstrações financeiras das empresas.

Começaram a surgir reações em todo o país, no sentido de impor uniformidade nas práticas contábeis. Ocorreu uma mudança significativa do objetivo da contabilidade, passando da apresentação de informações à administração e aos credores, para o fornecimento de informações financeiras a investidores e acionistas.

Essa mudança reduziu a ênfase do balanço como principal demonstração, substituindo-a pela demonstração do resultado e a um conceito uniforme de lucro. Passou a existir uma necessidade de divulgação integral de informações financeiras relevantes, com a apresentação de demonstrações financeiras completas e o crescimento do uso de notas explicativas.

Nesse mesmo ano, 1929, o professor John Canning publicou seu estudo intitulado *Economics of accountancy – A critical analysis of accounting theory*, no qual fez uma comparação do pensamento contábil da época com a teoria econômica, tendo como pontos principais a avaliação de ativos e a mensuração do lucro.

Nesse período, o AIA procurou encontrar meios, não apenas para discussões da crise, mas também procurar soluções. A parceria formada entre o AIA e a *New York Stock Exchange - NYSE*, proporcionou mudanças significativas para a contabilidade. O objetivo era a elaboração de procedimentos uniformes para empresas que tinham registro nas bolsas. Para atingir o objetivo, foi criado um comitê formado por empresas de auditorias, sendo presidido pelo presidente do AIA, George May. O comitê recebeu o nome de *Special Committee on Cooperation With Stock Exchanges*. Como resultado, o comitê recomendou que os demonstrativos contábeis deveriam seguir o estabelecido no documento elaborado e aprovado pelo FRB em 1929, *Verification of Financial Statements*, e que deveriam apresentar uma declaração afirmando que os demonstrativos foram elaborados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos. Pela primeira vez surgia a preocupação de se estabelecer ou detectar um conjunto de princípios que servissem de

direcionador para normatização. Os princípios que seriam seguidos foram propostos por George May.¹³

Aumentava a responsabilidade das auditorias com as novas exigências. O AIA imediatamente propôs a criação de um certificado para o CPA que tivesse reconhecimento da FRB e da FTC. Os dois órgãos concordaram e o AIA criou o “*Federal Register of Public Accountants*”, um registro federal para contadores públicos.

O trabalho desenvolvido pelo comitê, que envolveu a NYSE e o AIA e a aceitação por parte do FRB e da FTC dos profissionais que obtivessem o registro federal, levou, segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p. 58), a NYSE a determinar que:

“... a partir de 1 de julho de 1933...todas as empresas que solicitassem registro na bolsa fornecessem demonstrações financeiras acompanhadas de pareceres de auditores “credenciados sob as leis de algum estado ou país”.

Ebreiro & Lopez (1992, p.43) afirmam que: “Requisitos similares foram seguidos pelas bolsas “New York Curb Market” e “The Chicago Stock Exchange”, agora denominadas “American Stock Exchange” e a “Midwest Stock Exchange”.

Essas modificações foram fruto de exigência da sociedade norte-americana face às conseqüências provocadas pela Grande Depressão.

Era um passo extremamente importante para o início do desenvolvimento de uma base conceitual para a contabilidade.

4.5.2 Novo Tratamento dado à crise

O colapso econômico atingiu números assustadores, resultando no fechamento de bancos, fechamento de indústrias que provocou níveis de desemprego alarmantes.

O cenário político, social, financeiro e econômico era devastador, segundo Israel (1987, p.51):

Em março de 1932, perto de 12 milhões de homens e mulheres estavam desempregados. Em março de 1933, o desemprego atingia 13,5 milhões de trabalhadores. Nas cidades mais afetadas, longas filas de pessoas famintas esperavam por um prato de sopa oferecido por instituições de

¹³ Esse tema será desenvolvido no capítulo sobre a terminologia princípio.

caridade, e milhares delas, sem condições de pagar aluguel, amontoavam-se em terrenos desocupados. Pessoas sem teto construíam abrigos com velhas caixas de papelão. Outros vasculhavam o lixo, tentando encontrar alguma coisa para comer. A mortalidade infantil deu um salto. A morte pela fome tornou-se um novo item na relação estatística do Departamento de Saúde de Nova York.

No auge da crise, assumia o governo o presidente Franklin Roosevelt, 1932-1945. Roosevelt exerceu três mandatos consecutivos.

A situação se agravava cada vez mais e o presidente tomou medidas enérgicas para solucionar os diversos problemas na área social, educacional, agrícola, financeira e econômica. Esse conjunto de medidas implantadas pelo presidente Roosevelt ficou conhecido como *New Deal*, Novo Tratamento.

No campo da economia, foram criadas em 1933 a *Federal Deposit Insurance* – FDIC, que tinha a responsabilidade de garantir os depósitos bancários. O governo, com essa medida, acabou com o pânico no sistema financeiro, já que ele assumia parte do risco para qualquer depósito que fosse feito a partir da criação da FDIC¹⁴.

4.6 Securities and Exchange Commission - SEC

Nesse mesmo ano, 1933, foi criada a Lei de Veracidade na Emissão de Títulos, que exigia o registro de títulos oferecidos para venda ao público. No ano seguinte, 26 de junho de 1934, foi criada a *Securities and Exchange Commission* – SEC, órgão independente do governo federal, para fiscalizar o cumprimento dessa e de outras leis relacionadas, como, por exemplo, a Lei de Negociação de Títulos, de 1934, que apresenta os seguintes pontos:

- a) exige o registro de títulos junto a SEC antes de serem vendidos ao público;
- b) estipula que determinadas informações financeiras devem ser divulgadas através de um instrumento de registro e um prospecto, ambos permanecendo à disposição do público para análise;
- c) determina que as informações disponíveis ao público devem ser atualizadas por meio de demonstrações financeiras periódicas.

¹⁴ A FDIC existe até os dias atuais.

Com a criação da SEC, todas as empresas com ações na Bolsa eram obrigadas a apresentar as informações exigidas pelo novo órgão. Era um passo decisivo para o início da normatização contábil. A SEC passava a ser o órgão responsável para elaborar os procedimentos contábeis que seriam adotados nos EUA.

Com a nova legislação, os demonstrativos financeiros obrigatoriamente seriam auditados por um auditor independente que verificaria a aderência com as normas estabelecidas pela SEC.

As normas constituíam um corpo de doutrinas que passou a regulamentar os procedimentos na emissão de títulos e estabelecer a obrigatoriedade da publicação dos demonstrativos contábeis.

As mudanças ocorreram de forma acelerada e os contadores não estavam preparados ou organizados para reivindicar participação ativa no processo das mudanças no cenário econômico. Todo processo ocorreu à revelia do AIA.

A SEC, ao longo do tempo, emitiu uma série de pronunciamentos que são obrigatórios para as empresas que negociam com ações no mercado financeiro. Esses pronunciamentos regulamentam a forma de apresentação das demonstrações contábeis. As normas são classificadas da seguinte forma:

- ◆ Regulamentação S-X;
- ◆ Regulamentação S-K.
- ◆ *Accounting Series Release*, ASR (Substituído a partir de 1982 pelos FRR)
- ◆ *Financial Reporting Release*, FRR
- ◆ *Staff Accounting Bulletins*, SAB
- ◆ As disposições administrativas

4.6.1 Regulation S-X

O S-X representa a principal regulamentação da SEC deste 1940, quando foi emitida.

A regulamentação S-X - (anexo III) - contém as exigências para apresentação

das demonstrações contábeis. Quando necessário, o S-X é modificado para adequar-se à exigências inerentes ao processo de evolutivo das transações comerciais. As mudanças do S-X são efetuadas através dos FRR.

São 12 artigos que contemplam os conceitos contábeis, formato das demonstrações e a terminologia que deverá ser utilizada, regras sobre consolidação das demonstrações, tratamento que deverá ser usado para as companhias comerciais e industriais, sociedades de investimentos e de seguros, holdings e informações complementares às demonstrações.

4.6.2 Regulamentation S-K

Emitida em 1977, contém as exigências relativas a informações não-financeiras. O S-K estabeleceu normas para eliminar as glosas nos demonstrativos contábeis.

O documento é composto de 9 seções, sendo exigidos uma descrição do negócio (FASB 14), informações sobre a posição financeira e os resultados operacionais dos últimos cinco anos, a análise da condição financeira da entidade, remuneração dos administradores, documentos que deverão ser utilizados nas indústrias, entre outros.

4.6.3 Accounting Series Releases – ASR

Os ASR's - (anexo IV) - são os pronunciamentos oficiais da SEC, emitidos a partir de 1937, tendo como principal objetivo buscar a uniformidade nas normas contábeis.

Segundo Buckley & Buckley¹⁵ *apud* Ebrero & Lopez (1992, p.222) os ASR's podem ser agrupados nas seguintes categorias: “a) Matéria de princípio contábil; b) Requisitos para publicações das contas; c) Normas de auditoria; d) Independências dos contadores; e e) Procedimentos para aplicação da lei e das normas.” (Tradução livre)

Através do ASR 4, "*Administrative policy on financial statements*", lançado

¹⁵ Buckley, J.;Bucley, M.: "The Accounting Profession". Melville Publishing Co. Los Angeles, 1974, págs. 93 y sigs.

em 25 de abril 1938, que determina a política para divulgação dos demonstrativos, a SEC determinou que as demonstrações contábeis teriam que ser preparadas segundo os princípios de contabilidade. Esses princípios estariam respaldados pelo que a Comissão chamou de "*Substantial Authoritative Support*" - apoio substancial autorizado, ou que seguisse os procedimentos contidos nos pronunciamentos emitidos.

Os ASR's foram emitidos até 1982, quando foram substituídos pelos FRR's (anexo V).

A SEC, de acordo com Hendriksen & Van Breda (1999, p.59), detém amplos poderes para determinar procedimentos contábeis e a forma das demonstrações financeiras. No período de 1936 a 1938, ela envolveu-se numa controvérsia quanto a promulgar um conjunto de princípios contábeis a serem obedecidos por todas as empresas. Em 1938, foi decidido e instituído, através do ASR 4, que os próprios profissionais de contabilidade executassem essa tarefa. Esse documento declarou que a SEC só aceitaria demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os princípios e práticas contábeis geralmente aceitos, desenvolvidos no setor privado, pelos profissionais de contabilidade.

4.7 Committee on Accounting Procedure - CAP

Em 1936, o AIA, em função do novo cenário econômico, promove uma reestruturação na organização com a extinção do *Special committee on the Development of Accounting Principle* criando em seu lugar o *Committee on Accounting Procedure - CAP*.

Inicialmente, o objetivo com a criação do CAP foi a pretensão do Instituto em ter um órgão que deliberasse sobre temas específicos na área contábil. Era mais uma vez a tentativa da classe contábil em estabelecer um conjunto de práticas contábeis que incentivasse a harmonização de procedimentos. Enquanto o Instituto buscava encontrar solução para o universo conflitante de práticas contábeis.

O CAP surgiu após decisão da SEC em atribuir aos profissionais de contabilidade a responsabilidade de elaborar um conjunto de princípios contábeis.

Os pronunciamentos do CAP foram feitos através do *Accounting Research Bulletins* – ARB - (anexo VI).

Diversos trabalhos surgidos nesse período possibilitaram ao AIA rever a estratégia inicial para a criação do CAP, o estudo de temas específicos. Obras como a dos autores Thomas Henry Sanders, Henry Hatfield e Underhill Moore, que publicaram em 1938 a *Statement of accounting principles*, enunciaram os princípios e as regras de contabilidade que determinava o que deve ser incluído num balanço e numa demonstração de resultado, bem como nas contas a partir das quais são construídos. As principais idéias a destacar nesse trabalho, que se tornou uma fonte importante de dados para a pesquisa positiva em contabilidade, foram:

- a) as convenções como práticas consolidadas subjacentes à preparação de balanços;
- b) custo histórico como base dos ativos;
- c) empresa em funcionamento – *going-concern*.

Em 1939, Stephen Gilman publicou a obra *Accounting concepts of profit*, em que procura desfazer a confusão terminológica provocada pela introdução da palavra princípio no parecer de auditoria. Além disso, sugere que o termo “doutrina” descreve mais precisamente os ensinamentos dos contadores.

Outra obra importante lançada nesse período foi de autoria de Paton e Littleton, intitulada “*An Introduction to Corporate Accounting Standards*”, que apresentava um conjunto de padrões contábeis.

Essas obras levaram o CAP a emitir em 1940 o ARB de N^o 07, *Reports of Committee on Terminology*, que demonstra claramente a necessidade da criação de um referencial teórico para a contabilidade.

Os EUA continuavam sua expansão econômica após a II Guerra Mundial, apesar das mudanças no contexto internacional. Essas mudanças exigiam cada vez mais o empenho dos profissionais de contabilidade na busca de soluções para os diversos problemas surgidos no mundo empresarial.

Com a morte do presidente Franklin Roosevelt, assumiu o governo o vice-presidente Harry S. Truman (1945-1952) que deu continuidade à política do *New Deal* com uma nova denominação: *Fair Deal*, Tratamento Justo.

A II Guerra Mundial trouxe como consequência para a economia americana um crescimento nos lucros dos monopólios, o controle da maior parte das reservas de ouro,

aumento na extração de petróleo e na fundição de ferro e o aumento da produção industrial capitalista alcançando mais da metade da produção mundial (Aquino *et al.*, 1990, p.262).

Apesar das questões econômicas apresentarem um desenvolvimento extremamente favorável, outras questões não tiveram o mesmo desenvolvimento. Aos poucos, os EUA começavam a dar sinais de uma recessão, aumento de custo de vida, inquietação social em virtude da segregação entre brancos e negros, movimentos grevistas com as reivindicações de um fundo de aposentadoria e o aumento do nível de desemprego.

Com a eleição de Dwight Eisenhower para a presidência, no período de 1952-1960, o país ingressou numa fase de profunda crise interna. Redução da expansão econômica, falência de empresas privadas, aumento do nível de desemprego e crise na agricultura.

Após a II Guerra Mundial, o cenário econômico-financeiro passou por mudanças profundas. O surgimento de forma mais intensa dos conglomerados, da política de arrendamento, da necessidade da mensuração da eficiência em função da grande expansão econômica pós-guerra levou o CAP a passar por uma profunda crise institucional. Ao longo desse período, 1945-1959, o CAP viveu momentos de muitas controvérsias, sendo sua autoridade, relacionada à emissão de procedimentos contábeis, bastante questionada. As críticas feitas aos pronunciamentos relacionavam principalmente a falta de pesquisa contábil para servir de sustentáculo nos procedimentos estabelecidos.

George May expôs¹⁶ *apud* Most (1977, p. 73) as necessidades que um órgão contábil deveria observar nesse período:

- 1) Pesquisa contínua em um nível elevado; um serviço que não pode ser prestado rapidamente pela mudança no Comitê de Procedimento Contábil;
- 2) Consideração de questões em uma perspectiva histórica mais longa;
- 3) Consideração de problemas, não isoladamente, mas em seu relacionamento mútuo;
- 4) Disseminação mais proeminente entre os fenômenos que no passado foram considerados indistinguíveis para os propósitos à mão;
- 5) Uma receptividade à mudança; e
- 6) Lógica e apresentações mais rigorosas, pelas quais não se devem fazer as perguntas de modo muito tendencioso, fazendo suposições que tornam as conclusões aparentemente inevitáveis. (Tradução livre)

¹⁶ George O. May, "Generally Accepted Principles of Accounting." *Journal of Accountancy*, January 1958. p.26.

A publicação dos ARBs 23, *Accounting for Income Taxes*, que estabelecia critérios para a contabilização do imposto de renda, e o 33, *Depreciation and High Costs*, que reconhecia a amortização sobre preços atuais, ou seja, as empresas apresentavam em seus demonstrativos sobrevalorização das amortizações, não agradou ao Instituto e nem a SEC, causando muitos questionamentos sobre o papel do CAP.

O descontentamento da SEC não significa a ausência de relacionamento entre os órgãos. O CAP tinha consciência de seu papel e do significado do *Substantial Authoritative Support* da SEC e, por isso, mantinha contatos regulares com a área contábil sobre seus pronunciamentos. Existia uma cooperação e assessoramento ente os dois órgãos (Moonitz *Apud* Ebrero & Lopez, 1992, p.49).

Na tentativa de amenizar a crise em que se encontrava, o CAP decidiu, em 1949, concentrar seus esforços para a publicação de um pronunciamento sobre os princípios contábeis, mas não teve sucesso. De acordo com Ebrero & Lopez (1992, p.47), o projeto foi abandonado por ser pouco factível.

O fracasso do projeto levou o CAP a desenvolver uma revisão dos pronunciamentos emitidos anteriormente. O resultado do trabalho foi a publicação do ARB nº 43, que representa uma consolidação dos ARBs de 1 a 42.

Apesar da fase difícil, o CAP funcionou até 1959 e teve o mérito de criar princípios e procedimentos que livraram a contabilidade dos piores excessos que caracterizaram a divulgação de dados financeiros na década de 1920. Durante sua existência, o CAP publicou 51 boletins, dos quais 8 foram consolidados posteriormente no ATB 1, *Review and Resume* (Anexo VII), e 31 foram consolidados no ARB - *Accounting Research Bulletin* 43.

Os principais motivos que levaram a extinção do CAP são citados por Zeff *apud* Evans (2003, p.46):

1. As divisões existentes no CAP sobre o número das soluções encontradas para os problemas contábeis;
2. Os membros da *Controllers Intitute of América* – CIA, atual FEI, ficaram descontentes devido não terem oportunidades de comentarem os boletins antes da emissão.
3. Muitos contadores viam o AAA como sendo mais progressivo na visão dos padrões contábeis do que o CAP;
4. As críticas frequentes do principal sócio da Arthur Andersen, Leonard Spacek;
5. Conflito existente entre a CAP e a SEC. (Tradução livre)

4.8 American Institute of Certified Public Accountants - AICPA

Devido às diversas críticas ocorridas, não só ao comitê, mas também ao Instituto, o AIA promoveu uma reestruturação em 1957, onde seu nome foi alterado para *American of Certified Public Accountants - AICPA*. O objetivo continuava a busca pela criação de um arcabouço conceitual pautado na investigação científica, que resultasse em conjunto de normas fundamentais para um bom desenvolvimento das práticas contábeis. Essa era a visão do seu presidente, Alvin R. Jennings.

4.8.1 Special Committee on Research Program – SCRCP

Comitê criado em 1958, tinha como objetivo viabilizar as propostas de Alvin R. Jennings. Como presidente do comitê foi designado Weldon Powell, uma autoridade em teoria da contabilidade. Os demais membros eram pessoas com grande experiência na área, professores, auditores e o ex-chefe de contabilidade da SEC.

Como resultado dos trabalhos do comitê, foi emitido um documento que apresentava as propostas do comitê. O SCRCP recomendou a criação de um conselho de procedimentos contábeis, *Accounting Principle Board – APB* em substituição ao CAP e a criação de um órgão que se dedica à pesquisa em contabilidade, ou seja, *Accounting Research Division – ARD*, essa comissão substituiria o *Committee on Terminology*. Uma mudança importante para a contabilidade foi o fato de que o pessoal da ARD deveria ter tempo integral para os trabalhos de pesquisa.

As propostas foram aprovadas pelo comitê executivo do AICPA e, em 1º de setembro de 1959, foram colocadas em funcionamento.

4.8.2 Accounting Research Division - ARD

Criada em 1959, com 9 (nove) membros, tendo como seu primeiro diretor Maurice Moonitz, funcionou até 1973, ano da reestruturação do AICPA.

O trabalho da divisão de pesquisa teve como foco os quatro níveis estabelecidos pelo *Report to the council of the Special Committee on Research Program*¹⁷, como sendo os principais problemas da contabilidade financeira:

- 1) Postulados;
- 2) Princípios;
- 3) Regras e outras orientações para aplicação dos princípios; e
- 4) Investigação.

Com essa visão, estabeleceu-se que o objetivo da ARD seria o de preparar estudos de cunho científico sobre os postulados e princípios contábeis.

Os estudos da Divisão seriam o suporte para os pronunciamentos do APB.

Durante sua existência, a ARD emitiu 15 estudos em diversas áreas da contabilidade. Os estudos foram convertidos em pronunciamentos denominados *Accounting Research Studies – ARS* - (Anexo IX).

Entre os estudos da Divisão de Pesquisa, o ARS 1, conduzido Por Maurice Moonitz que tratou dos postulados e o ARS 3 conduzido por Robert T. Sprouse e Moonitz que tratou dos princípios.

Os estudos da ARD contribuíram para o desenvolvimento da teoria da contabilidade, representando um avanço considerável na literatura contábil a partir desse período.

4.8.3 Accounting Principles Board – APB

O APB surgiu como resposta às inquietações do mundo empresarial relacionadas com as práticas contábeis.

De acordo com Hendriksen & Van Breda (1999, p.61), em 1959 o CAP fracassou em assuntos contemporâneos, como leasing, fusão de empresas, entre outros, e foi substituído pelo *APB*.

Segundo Ebrero & Lopez (1992, p. 59):

¹⁷ Publicado no Journal of Accounting, em dezembro de 1958.

O Comitê Executivo do AICPA outogou-lhe uma ‘responsabilidade primária’ para estabelecer normas profissionais na área de contabilidade financeira (*financial accounting and reporting*). O APB tinha autoridade para emitir pronunciamentos próprios e a responsabilidade, por meio de seu presidente, de revisar todas as declarações sobre *financial accounting and reporting* que fossem publicadas por qualquer comitê do AICPA. (Tradução livre)

Para a contabilidade representou dois passos importantes. Em primeiro lugar, os pronunciamentos eram respaldados por um grupo de pesquisa e, em segundo lugar, qualquer publicação obrigatoriamente seria revisada pelo APB.

O objetivo do APB era elaborar princípios contábeis geralmente aceitos, limitar as áreas de divergência em termos de prática apropriada e conduzir a discussão de questões controvertidas. Seus pronunciamentos oficiais deveriam basear-se em estudos aprofundados realizados pela ARD.

Durante sua existência, o APB emitiu 31 APB *Opinions* (*Accounting Principles Board Opinion*) – (Anexo VIII), 15 ARS (*Accounting Research Studies*) – (Anexo IX) - e 4 APB *Statements* – (Anexo X). Os *Statements* eram recomendações e as *Opinions* eram as declarações formais.

Os primeiros pronunciamentos do APB tinham como objetivo a solução de algumas controvérsias não solucionadas pelo CAP. Em novembro de 1962, foi emitido o primeiro pronunciamento, *Interpretative Opinion*, que visava explicar a aplicação do ARB nº 44 (revisado), que tratava do *Income Tax Allocation*, apresentando a depreciação pelo método do saldo decrescente.

No momento em que a contabilidade começava a buscar a construção de um referencial teórico que resultasse, conseqüentemente, na emissão de procedimentos consistentes, o país entrava num período de grande turbulência. Era os anos 60, época das revoltas jovens com a pregação da contra-cultura, dos hippies, dos embalos dos Beatles, de Elvis Presley. No meio desse cenário, assume a presidência John F. Kennedy (1961).

Na tentativa de impulsionar os investimentos em ativos produtivos, o governo criou um incentivo fiscal. Os investimentos nesses ativos poderiam ter uma redução em torno de 7% do custo do ativo quando o mesmo entrasse em serviço. O desafio para o APB era definir o procedimento adequado para sua contabilização. Foram colocados dois métodos em discussão, o primeiro seria uma dedução no mesmo ano do investimento, ou seja, ocorreria uma redução no imposto a pagar, esse método é conhecido como *Flow-*

Through method; o segundo método seria um diferimento, ou seja, a redução ocorreria ao longo da vida útil do ativo, esse método é conhecido como *deferral method*.

O APB, após muitas discussões, optou pelo método de diferimento e emitiu, em dezembro de 1962, seu segundo parecer, *Accounting for the Investment Tax Credit*. O próprio Instituto estava dividido quanto ao método que deveria ser aplicado. O receio era que as empresas não obedecessem à determinação do APB.

A SEC não concordou com o pronunciamento e em 16 de janeiro de 1963 emitiu o ASR 96, *Accounting for the Investment Credit Provided in the Revenue Act of 1962*, que permitiu o uso alternativo.

O pronunciamento da SEC colocou em dúvida a autoridade do APB relativa à emissão de normas contábeis. Um ano depois, o APB emitiu o pronunciamento de nº 04, *Accounting for the Investment Credit*, seguindo o mesmo caminho da SEC, permitindo o uso de qualquer um dos métodos. Esse tema voltou à discussão em 1967 quando o APB emitiu a Opinion 11, *Accounting for Income Taxes*. Voltando a defender o diferimento do benefício. O assunto só teve um desfecho quando a Receita Federal resolveu incluir na Lei Fiscal de 1971 um dispositivo referente ao registro contábil do benefício fiscal. Segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.62), a Lei Fiscal determinava que:

Nenhum contribuinte será obrigado a utilizar qualquer método de contabilização do crédito para fins de elaboração de demonstrações financeiras sujeitas à jurisdição de qualquer órgão do governo federal, ou de relatório a esse órgão.

Na tentativa de se estabelecer uma parceira, o APB buscou apoio da SEC, da *Financial Executives Institute – FEI*, da *Financial Analysts Federation – FAF*. O objetivo das reuniões era a emissão de pronunciamentos mais consistentes.

Como recomendação do APB, o AICPA passou a exigir a partir de 1965 que os demonstrativos contábeis deveriam ser ajustados aos princípios contábeis geralmente aceitos e aos pronunciamentos do APB. Se algumas empresas adotassem procedimento divergente deveriam explicar através de notas explicativas.

O APB continuou emitindo pronunciamentos abordando diversos temas específicos. Entre eles, a contabilização de Leasing, 07, 1962; de Plano de Pensão, 08, 1966; Ativos Intangíveis, 17, 1970. Esses pronunciamentos geraram muitas controvérsias.

Em 1970, o APB emitiu um *Statement* de grande contribuição para o estudo da teoria da contabilidade, tratava-se do *Basic concepts and accounting principles underlying*

financial statements of business enterprises, era o 4^o *statement*. Na declaração, o APB procurou elucidar alguns questionamentos relativos ao conceito de contabilidade, a existência ou não de fatores ambientais que envolvem a contabilidade, os tipos e informações que podem ser considerados úteis para divulgação por parte da contabilidade e quais são objetivos da contabilidade.

Ilustração: 04 - Pronunciamento número 4 do APB

1. Objetivos	
1. A. Gerais	Fornecer informação confiável sobre recursos e obrigações econômicas e alterações desses recursos e obrigações; ajudar a estimar o potencial de geração de lucro de uma empresa.
1.B. Qualitativos	Relevância; facilidade de compreensão; possibilidade de verificação; neutralidade; oportunidade; comparabilidade; inteireza.
2. Aspectos básicos	Entidade contábil; empresa em funcionamento; mensuração de recursos e obrigações econômicas; períodos de tempo; mensuração em termos monetários; regime de competência; preço de troca; aproximação; julgamento; informação financeira para uso genérico; demonstrações financeiras relacionadas; substância acima de forma; materiedade.
3. Elementos básicos	Ativos; passivos; patrimônio líquido; receita; despesa; lucro líquido.
1. Princípios:	
4A. Gerais	Registro inicial de ativos e passivos; realização de receitas; reconhecimento de despesa; causa e efeito, alocação sistemática e racional, reconhecimento imediato; unidade de medida.
4B. Convenções Modificadoras	Conservadorismo; ênfase no lucro; aplicação de julgamentos
4C. Operacionais Amplos	Seleção; análise; mensuração; classificação; registro; sumarização; ajuste; comunicação.
4D. Detalhados	Regras encontradas na prática

Fonte: Hendriksen & Van Breda (1999, p. 81)

Os pronunciamentos emitidos pelo APB geraram críticas, e conseqüentemente dúvidas sobre a autoridade do órgão na emissão de procedimentos contábeis. Devido a

esses problemas o AICPA, em dezembro de 1970, sob a presidência de Marshall M. Armstrong, reuniu-se para analisar os diversos questionamentos. O resultado da reunião saiu em abril de 1971, foram criados dois grupos de trabalhos que deveriam apresentar relatórios ao AICPA. Segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p. 63): “Um deles exploraria os meios pelos quais os princípios contábeis deveriam ser estabelecidos. O outro revelaria os objetivos das demonstrações financeiras.”

O primeiro grupo, denominado de *Study Group on the Establishment Accounting Principles*, tinha como objetivo o estabelecimento de princípios contábeis e teve como presidente Francis Wheat que já tinha sido presidente da SEC.

Em março de 1972, o grupo Wheat apresentou seu relatório conclusivo com as seguintes recomendações:

1. Criação da *Financial Accounting Foundation – FAF*, entidade privada independente;
2. Dissolução do APB;
3. Criação do *Financial Accounting Standards Board – FASB*, sendo seus membros designados pela FAF; e
4. Criação da *Financial Standards Advisory Council – FASAC*, que funcionaria como um órgão assessor do FASB. (Tradução livre)

O relatório foi aprovado e entrou em vigor em 1º de julho de 1973.

O segundo grupo, denominado de *Study Group Objectives*, teve como presidente Robert M. Trueblood.

O grupo tinha como objetivo resolver algumas questões relativas às informações contábeis. As questões básicas eram: Quais são as informações que deveriam fazer parte dos demonstrativos? Qual o método de mensuração que deve ser aplicado? O grupo procurou responder a essas questões tendo como ponto de partida o pronunciamento nº 04 do APB (Ebrero & Lopez, 1992, p. 71).

O Relatório Trueblood foi usado e aperfeiçoado pelo FASB através do SFAC 01, *Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises*, para estabelecer os objetivos da divulgação financeira, conseqüentemente os objetivos da contabilidade.

4.8.4 Financial Accounting Foundation – FAF

Constituída em junho de 1972, a FAF é uma entidade sem fins lucrativos sendo independente das demais organizações profissionais.

Os objetivos da Fundação foram estabelecidos no seu estatuto como sendo:

1. Avançar na contribuição da educação dos usuários da informação financeira, investidores, credores e provedores das informações financeiras, CPA e etc. sobre os padrões contábeis;
2. definir, emitir e promover a melhoria dos padrões contábeis;
3. impulsionar projetos de investigação; e
4. patrocinar conferências, congressos e seminários sobre contabilidade e informações financeiras.

Entre as funções da Fundação se encontra a responsabilidade de nomear os membros do FASB e do FASAC, bem como providenciar o levantamento de recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades, Hendriksen & Van Breda (1999, p. 63).

Do total dos membros da Fundação, 13 (treze) representam as organizações patrocinadoras, e três são vogais escolhidos entre personalidades de renome no âmbito profissional, sendo assim distribuídos:

Quadro 04 – Composição da FAF

<i>American Institute of Certified Public Accountants - AICPA - (1972)</i>	4 conselheiros
<i>American Accounting Association - AAA - (1972)</i>	1 conselheiro
<i>Financial Executive Institute - FEI - (1972)</i>	2 conselheiros
National Association of Accountants (NAA) (1972)	1 conselheiro
<i>Financial Analysts Federation - (1972)</i>	1 conselheiro
<i>Securities Industry Association - (1976)</i>	1 conselheiro
<i>Governmental Finance Officers Association - (1984)</i>	3 conselheiro
<i>Members-at-large</i>	3 conselheiros

Fonte: Ebreiro & Lopez (1992, p.126).

4.8.5 Financial Accounting Standards Board – FASB

Por gerar controvérsias através de seus pronunciamentos que, por vezes, contrariavam a SEC, o APB viveu sob ataque contínuo dos próprios contadores, da SEC e de outros órgãos do governo. Esses problemas levaram à sua extinção e à criação, em 1973, do *Financial Accounting Standards Board – FASB*.

O FASB é composto de 7 membros, sendo 4 com CPA em exercício e 3 pertencentes a setores afins. Todos são indicados pela FAF. Os membros são remunerados e trabalham em regime de dedicação exclusiva.

A principal missão do FASB, citada por Hendriksen & Van Breda (1999, p.64), é:

Estabelecer e aperfeiçoar padrões de contabilidade financeira e divulgação para orientação e educação do público, incluindo produtores de informação, auditores e usuários de informações financeiras.

Para manter sua missão, o FASB estabeleceu um plano de atuação que permanece até os dias atuais,¹⁸ contendo o seguinte:

1. melhorar a utilidade da informação financeira com enfoque nas características de relevância e confiabilidade e nas qualidades de consistência e comparabilidade;
2. Atualizar as normas para que reflitam as mudanças em métodos e procedimentos contábeis;
3. Detectar de forma eficaz as áreas deficientes das informações financeiras;
4. Promover a convergência internacional dos padrões de contabilidade, provendo de forma simultânea, a melhoria da qualidade da informação financeira; e
5. Melhorar o entendimento da natureza e motivos da informação financeira. (Tradução livre).

A SEC atribuiu, através do ASR 150, promulgado em dezembro de 1973, autoridade substantiva aos princípios, padrões e práticas promulgados pelo FASB em suas normas e interpretações.

No ASR 150, a SEC *Apud* Hendriksen & Van Breda (1999, p.65) afirma:

¹⁸ <http://accounting.rutgers.edu/raw/fasb.org/facts/>

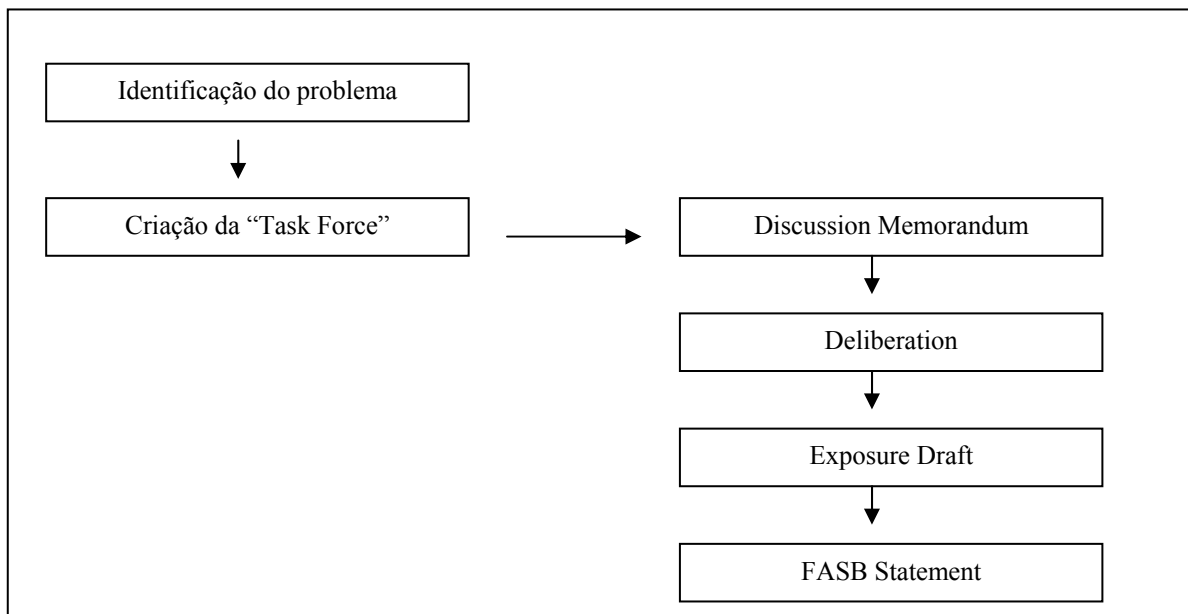
A Comissão pretende continuar sua política de buscar no setor privado a liderança e a contribuição para o aprimoramento de princípios e padrões de contabilidade. ... os princípios, padrões e práticas promulgados pelo FASB em suas normas e interpretações serão considerados pela Comissão como possuidores de autoridade substantiva, e aqueles que forem contrários aos promulgados pelo FASB serão considerados como destituídos de tal apoio.

O FASB, no início de suas atividades, decidiu que os pronunciamentos anteriormente editados, no caso, os ARBs e APB *opinions*, permaneceriam em vigor até que fossem substituídos pelos pronunciamentos do FASB – (Anexo XI).

Na elaboração dos pronunciamentos, o FASB designou uma força tarefa constituída de 14 membros, que tinha como responsabilidade proceder uma análise primária da identificação do problema e depois encaminhar para discussão em audiência pública.

O processo para produção de normas pelo FASB é demonstrado na ilustração abaixo:

Ilustração 05: Processo para produção de normas pelo FASB



Fonte: Ebrero & Lopez (1992, p.138)

Em 1984, a *Task Force* foi transformada em um grupo de trabalho específico e permanente passando a ser denominado *Emerging Issues Task Force – EITF*. A função do EITF é o assessoramento para solucionar as questões contábeis. A criação desse grupo possibilitou que alguns problemas fossem resolvidos de forma mais ágil.

Os tipos de pronunciamentos do FASB são, de acordo com Schroeder (1990, p.10):

- a) *Statements of Financial Accounting Standards* - SFAS – (Anexo XII) indicam métodos de contabilidade exigidos e procedimentos para assuntos de contabilidade específicos. Geram *Generally Accepted Accounting Principles* - GAAP oficialmente;
- b) *FASB Interpretations* - FASB I – são modificações ou extensões de assuntos relacionados a declarações do FASB previamente emitidas, opiniões do APB, ou boletins de pesquisa em contabilidade. O propósito das interpretações é clarificar ou explicar um SFAS existente, opinião do APB, ou ARB. Eles requerem o apoio da maioria dos membros do FASB e também criam os GAAP;
- c) *FASB Technical Bulletins* - FASB TB - orientam e informam sobre problemas contábeis. Não geram GAAP oficialmente e são usados principalmente para auxiliar na resolução de problemas de implementação; e
- d) *Statements of Financial Accounting Concepts* - SFAC – visam estabelecer os fundamentos nos quais a área de padrões de contabilidade financeira se fundamenta. Não criam GAAP e servem para fixar padrões, orientar os contadores em assuntos não resolvidos, e ajudar na educação de não-contadores. (Tradução livre)

Os *SFAC's* constituem o referencial conceitual do FASB. Um conjunto de 7 (sete) documentos que contemplam os diversos aspectos contábeis. O referencial é o resultado de estudos e pesquisas no decorrer de 7 anos, com a finalidade de constituir a base conceitual para emissão dos padrões contábeis.

O propósito dos *SFAC's* é a construção de um conjunto de conceitos interrelacionados que forma o arcabouço conceitual da teoria da contabilidade norte-americana (Costa Jr, 2002, p.3).

. A distribuição dos *SFAC's* são demonstrados na ilustração abaixo:

Quadro 05: *Statements of Financial Accounting Standards – SFAC's*

No	Title	Issue Date
1	Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises	November 1978
2	Qualitative Characteristics of Accounting Information	May 1980
3	Superseded by SFAC No. 6	December 1980
4	Objectives of Financial Reporting by Nonbusiness Organizations	December 1980
5	Recognition and Measurement in Financial Statements of Business Enterprises	December 1984
6	Elements of Financial Statements	December 1985
7	Using Cash Flow Information and Present Value in Accounting Measurements	February 2000

Fonte: <http://cpaclass.com/gaap/gaap-us-01a.htm#SFAC>

O *SFAC 1* aborda os objetivos da divulgação dos demonstrativos financeiros. Sendo estabelecido como objetivos de prover os usuários (credores e investidores) com informações úteis para tomada de decisões e para avaliação dos recursos econômicos.

O *SFAC 2* apresenta as características qualitativas da informação contábil. Para uma informação ser útil, ela precisa apresentar algumas características, que foram elencadas pelo pronunciamento como sendo a relevância, confiabilidade, comparabilidade e a consistência.

A abordagem feita pelo *SFAC 4* é similar ao *SFAC 1*, sendo sua aplicação para as organizações não financeiras.

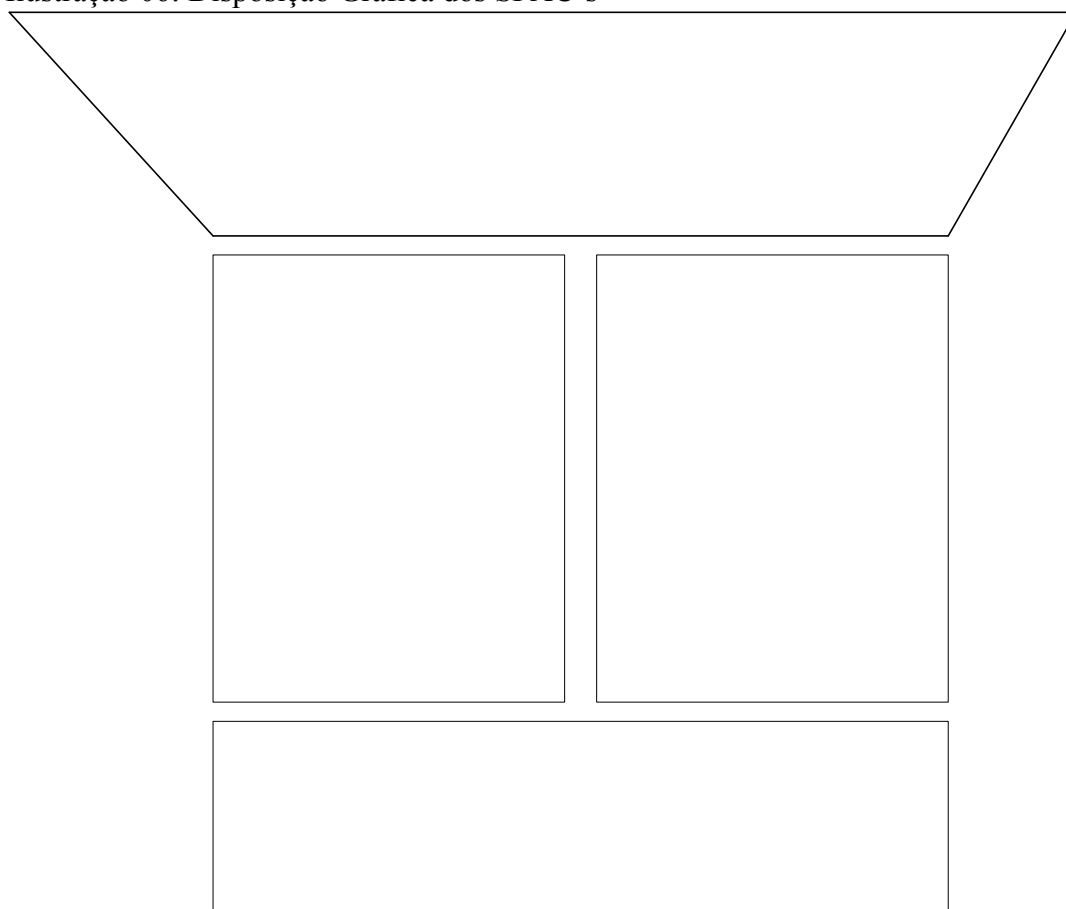
O *SFAC 5* aborda questões sobre o reconhecimento e mensuração contábeis. A estrutura do *SFAC 5* está substanciada em: premissas, princípios básicos e restrições (Kieso & Weygandt *apud* Costa Jr., 2002, p.6).

O papel do SFAC 6 relaciona e conceitua os elementos que devem fazer parte das demonstrações contábeis. O pronunciamento elenca como elementos: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receitas, Despesas, Ganhos e Perdas.

O mais recente SFAC, fevereiro de 2000, o SFAC 7, contribui para o arcabouço contábil ao trata da mensuração contábil tendo como base o fluxo de caixa e o valor presente.

Uma disposição gráfica dos SFAC's (SFAC 1, SFAC2, SFAC 5, e o SFAC 6) é apresentada por Kieso & Weygandt apud Costa Jr (2002, p.1):

Ilustração 06: Disposição Gráfica dos SFAC's



Fonte: IOP – Temática Contábil e Balanços Ano XXXVI – 3ª Semana – Março 2002, Nº 12

Esses órgãos foram importantes no desenvolvimento da teoria da contabilidade norte-americana. As pesquisas realizadas por eles contribuíram para a elaboração de um arcabouço teórico para a contabilidade.

5 TERMINOLOGIA CONTÁBIL

5.1 Terminologia

É comum a cada ramo do conhecimento a construção de um corpo de termos técnicos. Na contabilidade, essa necessidade é evidente em função da heterogeneidade de sua evolução. Alguns termos são oriundos da Itália, berço da contabilidade, passando pela Inglaterra, início do pragmatismo contábil, e finalmente chegando aos EUA.

Na construção dessa terminologia, a contabilidade lida com termos, definições e conceitos de outras áreas específicas do conhecimento. As áreas como direito, economia, finanças, administração, marketing, entre outras, contribuem com suas terminologias para a consolidação de uma terminologia contábil.

Para Sager *apud* Dias (2000, p.90), terminologia é:

Um conjunto de premissas, argumentos e conclusões necessário para explicar o relacionamento entre conceitos e termos especializados; ... como produto, é um conjunto de termos, ou vocabulário, de uma determinada especialidade.

Nesse contexto, a terminologia contábil tem como objetivo o uso de termos específicos, conceituá-los de forma apropriada e aplicá-los com o objetivo de discernir seu uso correto do incorreto, a fim de possibilitar uma comunicação isenta de viés.

O uso de termos específicos possibilita que o canal da informação existente entre o gerador da informação e seu usuário esteja sempre em sintonia.

Para Cabré *apud* Dias (2000, p.90), a expressão termo pode ser abordado em três diferentes concepções: a lingüística, a filosófica e a técnico-científica.

Uma explicação da abordagem de Cabré é pode ser visualizada na tabela abaixo:

Ilustração 07: Abordagem de Cabré sobre Terminologia

Área	Finalidade	Aplicação
Lingüística	Os termos são vistos como um conjunto de signos lingüísticos que constituem um subconjunto dentro do componente léxico da gramática de determinada pessoa.	Uma forma de saber
Filosófica	A terminologia é um conjunto de unidades cognitivas que representam o conhecimento especializado.	Uma forma de conhecer
Disciplinas técnico-científicas	A terminologia é um conjunto das unidades de expressão e comunicação que permitem transferir o pensamento especializado.	Uma forma de transferência de comunicar

Fonte: Adaptado do texto de Dias (2000, p.90-92)

Na perspectiva de uma transferência de conhecimento é necessário que os usuários da informação contábil tenham condições de entender os termos utilizados na comunicação. Nesse processo, qualquer ruído deve ser eliminado em função do risco de que a mesma não venha a alcançar o objetivo ao qual se destina.

A compreensão de como os termos evoluíram torna-se importante quando percebe-se que na medida em que o tempo passava, novos cenários econômico-financeiros eram construídos, gerando a necessidade de se rever conceitos e ampliar o entendimento para os diversos níveis de usuários.

A informação gerada tem como objetivo possibilitar aos usuários a tomada de decisão. Por essa razão, a contabilidade tem como desafio buscar gerar a informação que agregue valor na tomada de decisão. Para que isso aconteça é necessário que o usuário tenha um conhecimento, mesmo que mínimo, da terminologia aplicada.

Com relação à tomada das decisões, Hendriksen & Van Breda (1999, p.135, 141) apresentam alguns enfoques aplicados à teoria da contabilidade. Entre eles, merecem destaque dois: o prescritivo e o descritivo. No primeiro, a decisão é tomada partindo de modelos que são criados visando facilitar a tomada de decisões. Esse enfoque é normativo.

No segundo, a preocupação, de acordo com os autores acima, é **“compreender como as decisões são realmente tomadas.”**

Nesse aspecto, avalia-se a contabilidade comportamental e a contabilidade positiva.

5.2 O Papel da teoria

O termo “teoria” aplicado a um ramo do conhecimento pode ser entendido, de acordo com Braithwaite *apud* Kam (1990, p.486) “... um sistema dedutivo no qual conseqüências observáveis logicamente seguem da conjunção dos fatos observados com o conjunto das hipóteses fundamentais do sistema.”

Nesse sentido, a teoria tem como objetivo estabelecer o relacionamento entre o aspecto abstrato e o real da área do conhecimento em estudo.

Kam (1990, p.486) aborda três tipos de relacionamentos:

- a) Sintético → As regras da linguagem empregadas;
- b) Semântico → As regras de correspondência ou definições operacionais; e
- c) Pragmático → refere-se ao efeito das palavras e símbolos sobre as pessoas.

Nos EUA, a partir de 1930, teve início o desenvolvimento de uma teoria aplicada à Contabilidade. Eventos como o desenvolvimento da contabilidade de custo, o crescimento das corporações, o surgimento do imposto de renda, o início e o desenvolvimento do mercado financeiro, levaram necessariamente ao desenvolvimento de uma teoria que proporcionasse a base necessária para a formação dos pilares da Escola norte-americana.

Durante esse período, alguns estudiosos, chamados teóricos, contribuíram para o amplo desenvolvimento da teoria da contabilidade americana, começando por Paton, considerado o primeiro, seguido por A. C. Littleton, G. O. May, S. Paul Garner, John B. Canning, entre outros. A contribuição desses autores representou um divisor de águas entre a história da contabilidade e a teoria da contabilidade. A participação desses teóricos possibilitou o início do desenvolvimento de pesquisas no meio acadêmico, resultando em estudos que serviram de base para dar o suporte teórico necessário à contabilidade.

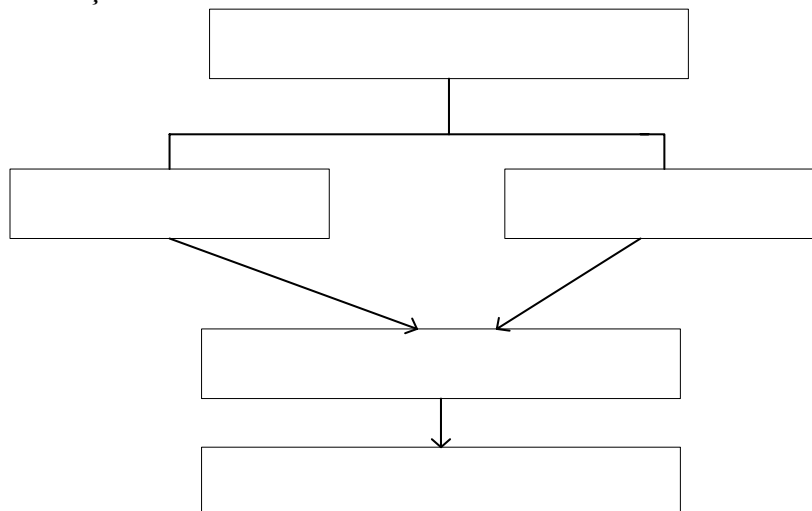
De acordo com Belkaoui (2000, p.162): a estrutura de uma teoria da contabilidade contem os seguintes elementos:

1. Uma declaração dos objetivos dos relatórios financeiros;
2. Uma declaração dos postulados e dos conceitos teóricos da contabilidade, associados ao ambiente e a natureza da unidade contábil. Esses postulados e conceitos teóricos são derivados dos objetivos;
3. Uma declaração dos princípios contábeis básicos com base nos postulados e nos conceitos teóricos;

4. Um corpo de técnicas contábeis derivadas dos princípios contábeis. (tradução livre).

A representação gráfica da estrutura de uma teoria da contabilidade:

Ilustração 08: Estrutura da teoria da contabilidade



Fonte: Belkaoui (2000, p. 162). (Tradução livre)

Aos poucos foram sendo formadas as características da chamada “Escola norte-americana de Teoria da contabilidade”, que são apresentadas (Most, 1977, p.49) como:

1. O envolvimento de um número relativamente grande de acadêmicos e profissionais na definição, pesquisa e debate de assuntos contábeis;
2. a existência de instituições que publicaram e focalizam a atenção nas visões dos teóricos contábeis, por exemplo a AICPA e o AAA;
3. a aceitação geral da teoria de investimento econômico neo-clássico, como adaptadas pelos eruditos nas finanças da corporação; e
4. uma abordagem experimental. A contabilidade destinada a produzir uma estrutura que justifique e explique um papel social mais significativo ao contador, do que o papel que ele desempenhou no passado. (Tradução livre)

Dessa forma, a teoria da contabilidade americana foi ganhando forma e constituindo um corpo doutrinário que possibilitasse a sustentação das práticas contábeis. A participação de estudiosos principalmente no estabelecimento de pesquisas alavancou o aspecto teórico-científico da contabilidade. A consequência natural desses estudos foi a criação de órgãos que tinham a missão de difundir o pensamento doutrinário que estava sendo formado.

Na formação desse pensamento, visando à construção de uma teoria consistente, fez-se necessário que as terminologias associadas a essa teoria apresentassem uma base sólida que possibilitasse a construção de argumentos em torno dos objetos, objetivos e características da área em estudo.

O FASB, segundo Kam (1990, p.45), “...reconhece que uma teoria geral poderia conduzir a padrões consistentes e... prescrever a natureza, função e limite da contabilidade financeira e relatórios financeiros.” (tradução livre)

Se essa teoria for, na visão do FASB, compreensiva e ajustada poderá trazer benefícios para a profissão. Kam (1990, p.45) enumera esses benefícios:

1. guiar o responsável para a criação de padrões contábeis;
2. providenciar uma forma de orientação para solucionar questões contábeis na ausência de padrão específico promulgado;
3. determinar limites para julgamento na preparação de relatórios financeiros;
4. aumento da compreensão pelos usuários dos relatórios financeiros e da segurança desses relatórios; e
5. aumentar a comparabilidade. (Tradução livre)

À medida que a sociedade avança, as transações e os eventos são aperfeiçoados, e o grau de complexidade para a Contabilidade constitui um desafio para os profissionais. A consequência tem sido criar procedimentos sólidos em busca de uma melhor evidenciação das informações. Nesse contexto, o uso de uma terminologia contábil exerce um papel importante na construção de um arcabouço para a teoria da contabilidade.

5.3 Terminologia - Postulado

Termo originário do latim *Postulatu* que, de acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p.2272), é definido como sendo “afirmação ou fato admitido sem necessidade de demonstração.”

Para Evans (2003, p.50): “Postulados são amplamente descritivos do ambiente particular de uma disciplina.”

Nesse contexto, os postulados são proporções básicas sobre o ambiente econômico, político e sociológico onde a contabilidade opera.

No entender de Belkaoui (2000, p.162):

Postulados são declarações evidentes ou axiomas, geralmente aceitos em virtude da conformidade com os objetivos dos relatórios financeiros, isso retrata o ambiente econômico, político, social e legal no qual a contabilidade deve operar. (Tradução livre).

Observa-se que a a definições de Evans e de Belkaoui são similares.

Em uma abordagem filosófica, o postulado é visto como sendo uma expressão verbal de um juízo não necessariamente demonstrável, aceito como princípio de qualquer sistema, inclusive em um sistema de normas práticas.

Para o *AICPA*, em 1958, citado Hendriksen & Van Breda (1999, p.77):

Postulados são pouco numerosos e representam as premissas básicas nas quais se apoiam os princípios. Decorrem necessariamente do ambiente econômico e político e dos modos de raciocínio e dos costumes de todos os segmentos da comunidade dos negócios. Os profissionais, entretanto, devem deixar claros seu entendimento e sua interpretação do que são, para que haja uma base apropriada para a formulação de princípios e o desenvolvimento de regras ou outras normas visando a aplicação de princípios em situação específicas.

Sendo os postulados verdades que não precisam de demonstração, diferentemente dos princípios, eles são considerados como premissas básicas para a contabilidade.

O questionamento relativo à aplicação de postulados para a contabilidade: é possível a criação de um sistema de normas que não necessariamente tivesse que ser demonstrado?

Os primeiros estudos visando encontrar a solução surgiram na Inglaterra no final do século XIX, com a Teoria da Entidade “*Entity theory*”, que segregava o patrimônio pertencente à entidade do patrimônio pertencente ao proprietário (Ebrero & Lopez 1992, p.17).

Nos EUA, uma obra relevante para o período, a tese de doutorado de Paton, escrita em 1922 e intitulada *Accounting theory*, é citada por Hendriksen & Van Breda (1999, p.74) como sendo um livro radical, mesmo sendo comparado com os atuais. Na obra, Paton escreveu sobre a Teoria da Entidade, expondo a idéia de que a entidade, empresa de negócios, tem personalidade distinta da personalidade de seus administradores.

Paton, em sua obra, enumerou os postulados que serviram de base para sustentar a sua teoria da contabilidade (Most, 1977, p. 52):

- 1) A existência separada da entidade de negócios e de seus proprietários ou gerentes;
- 2) A suposição do interesse vigente de continuidade como o caso normal;
- 3) A equação do balanço, Ativos=Equidade;
- 4) A natureza exhaustiva da condição financeira, na qual todo fator significativo é expresso em dólares;
- 5) A estabilidade das unidades de medidas (dólares);
- 6) A equivalência de custo e valor no lançamento original;
- 7) A transitividade do custo, que “passa e vincula”; e
- 8) O acúmulo de custos, sua expiração além do tempo e vinculabilidade à produção. (Tradução livre).

A.C. Littleton foi outro historiador que contribuiu com os estudos de cunho teórico para a contabilidade moderna. Littleton morreu em 1974. De 1925 a 1974, Paton e Littleton escreveram diversos trabalhos sobre os aspectos teóricos. Os dois publicaram em 1940 uma obra intitulada *An Introduction to Corporate Accounting Standards* que constituiu um referencial para a teoria da contabilidade. Nessa obra, pela primeira vez, o termo princípio é trocado por padrões.

No entender de Belkaiu (2000, p.163), os postulados contábeis são:

1. *The entity postulates* - Postulados da entidade – As operações da entidade são distintas das operações dos proprietários;
2. *The going-concern postulate* - Postulado da continuidade – As atividades da entidade são realizadas em condições de continuidade;
3. *The Unit-of-measure postulate* - Unidade de Medida – Uma unidade de troca e de medida é necessária para a realização das transações.

4. *The accounting-period postulate* - Postulado do período contábil – As transações realizadas pela entidade serão informadas em um intervalo de tempo. (Tradução livre).

Outra contribuição na busca pela identificação dos postulados foi dada pela *ARD*, quando incluiu em seus estudos a pesquisa voltada para os postulados contábeis. Em 1959, Maurice Moonitz, seu primeiro diretor, produziu e publicou um trabalho intitulado *The Basic Postulates of Accounting*, apresentando os postulados básicos para a contabilidade. Esse estudo passou a ser o primeiro pronunciamento emitido pela Divisão, o *ARS 1*.

O trabalho é composto de 55 páginas, sendo uma exposição sobre a interação das atividades econômicas com as atividades humanas. O resultado dessa interação é a produção de mercadorias e serviços. Nessa expectativa, a atividade econômica constitui um processo que busca encontrar a melhor alternativa para a aplicação dos recursos, visando geração de riqueza. A contabilidade passa a desenvolver um papel importante na mensuração da riqueza gerada. Nessa mensuração, era necessário o uso de instrumentos que possibilitasse não apenas conhecer o passado e o presente, mas ter condição de estimar o futuro. No dizer de Moonitz (1966, p.16): “Contabilidade é uma forma de expressão quantitativa que é extensamente usada.” O autor ainda afirma que a “contabilidade é e sempre será identificada com a riqueza e com a entidade.” A conclusão de Moonitz identifica-se claramente com o desenvolvimento natural da evolução do pensamento contábil. No entanto, a identificação da contabilidade com a entidade necessitava de uma melhor compreensão, e esse era o objetivo do *ARS 1*.

As recomendações do *ARS 1* apresentam três grupos de postulados que deveriam ser observados pelos profissionais contábeis. Os três grupos são divididos em postulados relativos ao ambiente da contabilidade, postulados relativos ao processo contábil e os postulados normativos.

O primeiro grupo, denominado de Grupo A, faz parte do Capítulo III que aborda uma análise do ambiente da contabilidade, contém 5 (cinco) princípios (Moonitz, 1966, p.16,17):

Postulate A-1 – Quantification (Quantificação). Refere-se ao uso de dados quantitativos para a tomada de decisões econômicas racionais.

- Postulate A-2 – Exchange* (troca). As mercadorias e os serviços produzidos pelas entidades são, na sua maioria, usados no processo de troca.
- Postulate A-3 – Entities* (Identificação da Entidade). As atividades econômicas são desenvolvidas por empresas. Qualquer informação que for divulgada sobre respectiva atividade econômica deve fazer referência à entidade envolvida.
- Postulate A-4 – Time period* (Período de tempo). Toda atividade econômica ocorre em um intervalo de tempo específico. Qualquer informação que for divulgada sobre respectiva atividade econômica, além de fazer referência à entidade envolvida, deve também fazer referência ao período.
- Postulate A-5 – Unit of measure* (Unidade de medida). As atividades econômicas necessitam de um denominador monetário para se estabelecer a grandeza de valor para mercadorias, serviços, capital e outros recursos. Qualquer informação que for divulgada sobre respectiva atividade econômica obrigatoriamente deve indicar a moeda da transação. (Tradução livre)

O segundo grupo, denominado de Grupo B, faz parte do Capítulo IV onde é abordado os aspectos contábeis que são válidos em qualquer circunstância, contém 4 (quatro) postulados (1966, p.17):

- Postulate B-1 – Financial Statement* (*Relatórios financeiros*). Relacionado com o A-1. O resultado das transações econômicas, mensurado pela contabilidade será divulgado via um conjunto de relatórios financeiros.
- Postulate B-2 – Marker prices* (*Preços de mercado*). Relacionado com o A-2. Os dados contábeis são baseados geralmente em preço de troca podendo refletir o passado, presente e futuro.
- Postulate B-3 – Entities* (*Entidades*). Relacionado com o A-3. Os dados da contabilidade devem fazer referência a uma unidade econômica específica.
- Postulate B-4 – Tentativeness* (*Provisionalidade*). Relacionado com o A-4. O resultado econômico em função da determinação de um período de tempo é um provisionado visando uma melhor distribuição do passado, presente e futuro. (Tradução livre)

O terceiro grupo, denominado de Grupo C, faz parte do Capítulo IV e aborda os postulados normativos, contém 5 (cinco) postulados (1996, p.17):

- Postulate C-1 – Continuity* (*Continuidade*). Relacionado à noção de que uma entidade tem vida limitada. A operação econômica de determinada entidade não pode ser vista em termos de perpetuidade.

Postulate C-2 – Objectivity (Objetividade). Os registros contábeis devem ser reconhecidos quando forem objetivos. Os ativos, passivos, receitas e despesas só seriam reconhecidos em determinado período de tempo; precisam ser mensurados de forma objetiva para que se possa efetuar o registro contábil.

Postulate C-3 – Consistency (Consistência). Relacionado aos procedimentos adotados pela contabilidade em determinado período de tempo. Eles têm que ser consistentes. Este postulado está associado à uniformidade de procedimento.

Postulate C-4 – Stable Unit (Unidade estável). Os demonstrativos contábeis deverão ser apresentados em uma medida unitária estável.

Postulate C-5 – Disclosure (Publicação). As informações contábeis deverão ser publicadas para possibilitar a tomada de decisão. (Tradução livre).

O ARS 1 apresentou ainda dois critérios básicos para que um postulado fosse escolhido, são eles:

1) ser relevante para o desenvolvimento da lógica contábil...; 2) ser aceito como válido pelos participantes da discussão como sendo verdadeiro ou criador de um ponto de partida útil como premissa de lógica contábil... (Hendriksen & Van Breda 1999, p.78).

Para Evans (2003, p.50), os critérios básicos indicados pelo ARS 1, são, na realidade, características dos postulados. Além dos dois apresentados pelo ARS 1 – ser relevante e ser aceito como válido – ele apresenta um terceiro: ser fértil, ou seja, eles devem ser produtivos como fonte dos princípios.

Os estudos, na tentativa de estabelecer postulados, tinham como objetivos a explicação dos fatos relacionados entre a entidade e o ambiente em que a mesma está inserida.

Uma entidade sempre estará recebendo influência do ambiente no qual se encontra inserida. O objetivo da entidade é procurar transformar os recursos obtidos do ambiente em bens e serviços para devolvê-los em troca de uma recompensa pelo trabalho. Cabe à contabilidade estabelecer os procedimentos de mensuração das operações de obtenção dos recursos, a transformação dos mesmos e a devolução ao ambiente.

Nesse contexto, a contabilidade exerce basicamente dois objetivos, apresentados por Kieso & Weigandt (1995, p.1301): “a) medir os eventos e transações econômicas; e b) comunicar a informação econômica para as partes envolvidas.”

O ASR 1 buscou explicar os postulados envolvidos na mensuração das transações econômicas, bem como o papel da comunicação do resultado dessas transações para possibilitar ao usuário tomar decisões.

O estudo desenvolvido por Moonitz logo teve repercussão no meio profissional e, conseqüentemente, no meio empresarial. A rejeição foi superior à aceitação do trabalho. Posições contrárias da auditoria Arthur Andersen, dos membros do Conselho, e de professores. As principais críticas eram: a falta de ligação entre os postulados apresentados e os princípios aceitos na época, e o fato de que a abordagem de Moonitz era composta meramente por observações práticas do que ocorria no meio ambiente em que a contabilidade estava inserida.

O quadro abaixo, baseado na posição dos autores pesquisados, demonstra um comparativo cronológico da formulação dos postulados:

Quadro 06: Comparativo dos Postulados

Paton 1922	Moonitz (ARD) 1959	APB 1970	FASB (*) 1973	Belkaiu 2000
Entidade	Entidade	Entidade	Entidade	Entidade
Continuidade	Continuidade	Continuidade	Empresa em Funcionamento	Continuidade
Unidade de medida	Unidade de Medida	Mensuração em termos monetários	Unidade monetária	Unidade de Medida
-	Período de tempo	Período de tempo	Periodicidade	Período contábil
-	Quantificação	-	-	-
-	Relatórios Financeiros	-	-	-
-	Preços de Mercado	-	-	-
-	Provisionalidade	-	-	-
-	Troca	Preço de troca	-	-
-	Objetividade	-	-	-
-	Consistência	-	-	-
-	Unidade estável	-	-	-
-	Publicação	Informação Financeira para uso genérico	-	-
Custo	-	-	-	-
Equação do balanço	-	-	-	-
Condição financeira onde todo fator significativo é expresso em dólar	-	-	-	-
-	-	Mensuração de Recursos e obrigações econômicas	-	-
-	-	Regime de competência	-	-
-	-	-	-	-
-	-	Aproximação	-	-
-	-	Julgamento	-	-
-	-	Demonstrações financeiras relacionadas	-	-
-	-	Substância acima da forma	-	-
-	-	Materialidade	-	-
-	-	-	Conservadorismo	-

Fonte: Própria

(*) O FASB não trata como postulado e sim como fundamentos (Hendriksen & Van Breda, 1999, p.225)

No quadro comparativo acima, observa-se que os Postulados Entidade, Continuidade e Unidade de Medida são unânimes entre os autores pesquisados. Ao mesmo tempo em que se observa uma grande diversidade de postulados que não apresentam consenso entre os autores pesquisados.

Sendo os postulados premissas básicas sobre o ambiente onde opera a contabilidade, a percepção desse ambiente pelos pesquisadores é fator importante na formulação dos mesmos.

Tendo em vista que os “postulados são premissas básicas nas quais se apóiam os princípios” e que “seu entendimento e sua interpretação é a base apropriada para formulação dos princípios...” (Hendriksen & Van Breda, 1999, p.77), a diversidade de entendimentos, entre os autores pesquisados, sobre quais sejam os postulados dificultou a formulação de corpo dos princípios contábeis como será visto no tópico a seguir.

5.4 Terminologia - Princípio

A terminologia “princípio” tem sido, ao longo do tempo, motivo de debates sobre a sua aplicabilidade e sua essencialidade no campo da contabilidade.

A palavra princípio origina-se do latim *principium*. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p.2299) apresenta alguns conceitos para o que seja princípio. Dentro de um aspecto geral seria “o que serve de base para a alguma coisa; causa primeira, raiz, razão”; ou uma “...regra, lei, preceito”; podendo ainda ser considerado como “proposição elementar e fundamental que serve de base a uma ordem de conhecimento”; em uma linha mais conceitual, “lei de caráter geral com papel fundamental no desenvolvimento de uma teoria e da qual outras leis podem ser derivadas”; em uma visão estritamente filosófica, “proposição filosófica que serve de fundamento a uma dedução”.

De acordo com Evans (2003, p.50): “Princípios são regras gerais ou leis adotadas como guia para as ações.”

Nos EUA, antes da busca pelo estabelecimento de Princípios Geralmente Aceitos de contabilidade, o AIA, na década de 20, já apresentava preocupações com a necessidade da elaboração de um conjunto de princípios contábeis que estabelecesse regras claras de auditoria no mercado acionário, que crescia de forma contagiante com o surgimento de novas empresas.

O temor do AIA tornou-se fato quando ocorreu a crise de 1929. A comprovação da falta de uma política contábil, resultando na ausência de uniformidade, levou a uma crise sem precedentes para os profissionais da área contábil. Diante do ocorrido, os órgãos reguladores buscaram estabelecer critérios na divulgação dos demonstrativos contábeis.

A partir deste ponto é importante estabelecer as fases e os respectivos eventos que contribuíram para a evolução da terminologia princípio contábil aplicável à teoria da contabilidade.

Most (1977, p.63) observa a existência de três fases nessa evolução, são elas:

- 1) Primeira fase, 1932-1938, foi uma tentativa de se identificar um corpo de conhecimento designado de princípios contábeis;

2) Segunda fase, 1938-1973, o surgimento de regras que foram impostas pelos diversos órgãos reguladores de profissionais de contabilidade; e

3) Terceira fase, 1973 aos dias atuais, o abandono da busca de princípios em favor do estabelecimento de padrões contábeis.

Para Belkaoui (2000, p. 6-12) essa evolução ocorreu em 4 fases distintas, são elas:

1) Primeira fase (1900-1933), importante devido à contribuição dos administradores na elaboração de procedimentos para solucionar os problemas e controvérsias.

2) Segunda fase (1933-1959), caracterizada pela contribuição dada pelos órgãos que tinham como missão a elaboração dos princípios contábeis.

3) Terceira Fase (1959-1973), norteadas pela contribuição dos profissionais de contabilidade na busca, através das pesquisas, de se estabelecer quais os princípios contábeis.

4) Quarta fase (1973 aos dias atuais), politização dos padrões de contabilidade.

Uma exploração das fases expostas por Belkaoui possibilita uma compreensão do processo da terminologia em estudo. A importância da segregação feita por Belkaoui é que ela abrange um período (1900-1933) anterior ao das pesquisas contábeis iniciados após a Grande Depressão.

5.4.1 Primeira Fase: Contribuições dos administradores

O desenvolvimento econômico nos EUA, no início do século XX, motivado principalmente pelo avanço das novas tecnologias e pela expansão do processo industrial resultou no surgimento de novos acionistas na economia americana.

A falta de uma padronização contábil levou os administradores a estabelecerem a formatação e o conteúdo dos demonstrativos contábeis. A situação levou as empresas a usarem procedimento diferente para para transações da mesma natureza, isso dificultava a comparabilidade entre as empresas (Costa Jr., 2002, p.1).

De acordo com Belkaoui (2000, p.6), as conseqüências dessa dependência incluem:

1. O caráter pragmático das soluções adotadas, a maioria das técnicas contábeis eram desprovida de um suporte teórico.
2. O foco estava na determinação do lucro tributável e na minimização do imposto de renda.
3. As técnicas adotadas estavam motivadas pelo desejo do lucro.
4. Foram evitados problemas complexos e foram adotadas soluções oportunas.
5. Diferentes empresas adotaram técnicas contábeis diferentes para alguns problemas. (Tradução livre).

Os problemas se agravaram quando a economia americana, pós I Guerra Mundial , expandiu-se com o surgimento das diversas indústrias. Essas novas empresas surgiam em um mercado desprovido de uma normatização contábil.

Preocupado com esse cenário o AIA deu início - 1917 - ao processo de normatização contábil. A preocupação do AIA foi estabelecer uma uniformização para divulgação das informações contábeis por partes das empresas.

5.4.2 Segunda Fase: Contribuição dos órgãos

A segunda fase teve início logo após a Grande Depressão. Motivada a partir das diversas críticas atribuídas aos profissionais de contabilidade, principalmente em função da falta de uniformidade na divulgação das informações contábeis, e evidentemente na falta de uniformidade nas práticas contábeis.

Na tentativa de solucionar esses problemas, alguns estudiosos da teoria da contabilidade buscaram ao longo desses anos uma resposta clara e objetiva. Segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.74): “O pioneiro... foi a Associação Americana de Contabilidade... liderada por William Paton... [que] publicou... uma série de breves monografias sobre princípios contábeis.”

No decorrer da crise, o AIA em parceria com a NYSE formaram um comitê, o *Special Committee on Cooperation with Stock Exchange*, composto com membros das firmas de auditorias, sendo presidido por George May, presidente do AIA. A partir dessa data, era necessário encontrar os preceitos básicos para o estabelecimento de normas e regras na elaboração e divulgação dos demonstrativos contábeis.

Apropriando-se da definição do dicionário Oxford, George May *apud* Hendriksen & Van Breda (1999, p.73) afirma que princípio é: “uma lei ou regra geral adotada ou considerada como diretriz de ação; uma base aceita de conduta ou prática.”

O conceito de May procura criar ou estabelecer procedimento, “... lei ou regra...”, para o uso contábil com a função de ser útil na “... diretriz de ação...”.

Tomando como base o conceito de May, o comitê procurou elencar um conjunto de princípios úteis para o arcabouço contábil. Isso aconteceu quando, em 22 de setembro de 1932, o comitê apresentou seu relatório, sendo esta a primeira tentativa efetiva de se estabelecer padrões contábeis. O relatório apresentou três planos de ação que deveriam ser colocados em prática pela NYSE. Esses planos foram elaborados visando uma melhor qualidade na divulgação das demonstrações contábeis. Os três planos, de acordo com Hendriksen & Van Breda (1999, p.157), foram:

- a) as companhias abertas deveriam ser obrigadas a divulgar um relatório detalhado dos métodos contábeis utilizados;
- b) as empresas deveriam declarar que têm seguido esses métodos regulamente; e
- c) os auditores deveriam confirmar que a empresa estava seguindo os métodos que relatavam.

Ainda como proposta, o comitê propôs a observância de cinco princípios (Ebreiro & Lopes, 1992, p.41,42):

- a) Benefícios não realizados. As contas de renda não deveriam incluir o lucro não realizado, a realização ocorria como consequência da venda.;
- b) Superávit de capital. O excesso de capital não deveria ser usado para item tributável da receita;
- c) Balanços consolidados. Os excessos de ganhos (reservas de lucros) da subsidiária criada antes da aquisição não era parte da consolidação;
- d) Ações em tesouraria. Que os dividendos pagos por uma companhia a si mesma não deveriam ser creditados a renda; e
- e) Valores a receber de funcionários e empregados de companhias afiliadas. Esses valores deveriam ser mostrados separadamente. (Tradução Livre)

Apesar de se constituírem em avanço para a contabilidade, os princípios recomendados pelo comitê estão mais para a determinação de procedimentos contábeis do que propriamente, na essência da palavra, para princípios. Princípios, segundo Franco

(1982, p.183), “quando entendidos como preceitos básicos e fundamentais de uma doutrina, são imutáveis, quaisquer que sejam as circunstâncias de tempo ou lugar em que a doutrina é estudada.”

Seriam esses cinco itens os preceitos básicos da doutrina contábil? Como preceito, entende-se como sendo uma determinação, uma norma ou guia para qualquer procedimento. No entender de Franco, esses preceitos são os pilares de uma doutrina. O fato da aplicação de um determinado preceito não implica que o mesmo seja básico ou até mesmo fundamental para o desenvolvimento da doutrina.

A preocupação de May foi apresentar um conjunto de normas que possibilitasse estabelecer regras claras para evitar novos transtornos no cenário financeiro americano. Com isso, os cinco princípios são abordados na visão pragmática, abordando basicamente a determinação de que os custos de resultados não deveriam incluir o lucro ainda não realizado. A realização ocorreria apenas com o ato da venda; não deveriam ser usados como excesso de capital os itens que se comportam como receitas; as reservas de uma filial criada antes da aquisição não deve fazer parte das reservas consolidadas da matriz; a empresa que tiver direito a receber dividendos de suas próprias ações, ações em tesouraria, não deve computá-los como receita; e os valores a receber de diretores e empregados das empresas afiliadas devem ser apresentados em separado.

O relatório, apresentado pelo comitê, foi aprovado e, a partir de 1º de julho de 1933, as sociedades que solicitassem o registro na NYSE obrigatoriamente deveriam seguir essas regras. A decisão tomada pela NYSE foi seguida por outras bolsas, como a *New York Curb Market*, *The Chicargo Stock Exchange*, que tiveram seus nomes posteriormente alterados para *American Stock Exchange* e a *Midwest Stock Exchange*.

A aprovação do relatório do comitê exigiu que os dois grupos, os contadores e usuários da informação contábil, fossem orientados para a leitura dos demonstrativos contábeis e principalmente para a importância que os mesmos representam. O primeiro grupo, aos contadores, deveria ter a liberdade para emitir juízo sobre os procedimentos contábeis, ou seja, não deveria ser estabelecida regra rígida que impedisse a prática do julgamento por parte desses profissionais; o segundo, aos usuários, deveria ser treinado para a compreensão da extensão e limitação dos demonstrativos contábeis.

Outro fato importante nesse período foi a criação da SEC em 1934, órgão independente, que entre suas atribuições, segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.59),

“...detém amplos poderes para determinar procedimentos contábeis e a forma das demonstrações financeiras a ela entregues.”

De acordo com Costa Jr (2002, p.3):

Antes da criação da Securities and Exchange Commission (SEC)..., as demonstrações contábeis de companhias norte-americanas (se é que podiam ser consideradas como tais) eram apresentadas conforme o desejo de seus administradores, sem o mínimo de padronização.

A principal função da SEC era assegurar que os investidores tivessem informações úteis para tomada de decisão. Passando a ser requerido, periodicamente, a publicação e o registro dos relatórios financeiros (Parker & Nobes, 1998, p.127).

Após a criação da SEC, a Fundação Haskins e Sells decidiu assessorar na identificação de princípios contábeis (Most 1977, p. 69). No processo de assessoramento a Fundação trabalhou com um comitê acadêmico constituído pelos professores de contabilidade Thomas Menry Sanders, da Harvard University Graduate School of Business Administration e Henry Rand Hatfield, da University of Califórnia. O comitê ainda tinha como membro, Underhill Moore, um erudito legal, da Yale University.

Em 1938, a AAA publicou o relatório do comitê intitulado *A Statement of Accounting Principle*.

No processo de elaboração do relatório, o comitê, de acordo com Most (1977, p.69): “havia feito uma investigação em quatro regulamentos.”, sendo esses regulamentos:

- Entrevistas pessoais, suplementadas por correspondência com pessoas competentes;
- Revisão da literatura contábil;
- Estudo dos estatutos e decisões judiciais; e
- Exame dos relatórios atuais das companhias.

Os estudos avançaram e, em 1937, Gilbert R. Byrne deu sua contribuição quando apresentou um trabalho sobre o tema em pauta. O trabalho foi ganhador de um prêmio no quinquagésimo aniversário do AIA.

Gilbert Byrne *apud* Most (1977, p.68) definiu princípio como sendo:

Uma verdade fundamental; lei ou doutrina compreensiva, da qual se originam outras, ou sobre a qual se baseiam outras; uma proposição

elementar ou suposição fundamental; uma máxima; um axioma; um postulado. (tradução livre)

Essa definição aproxima-se do pensamento filosófico de verdade imutável.

Semelhantemente à posição de May, a lista dos princípios geralmente aceitos divulgados por Byrne são oriundos de observações pragmáticas das transações comerciais. Sua lista apresentava os seguintes princípios (Most, 1977, p.68):

- a) a depreciação sobre a fábrica deve ser encargo da produção;
- b) todas as despesas incorridas na produção de renda deverá ser provisionada;
- c) prováveis perdas também devem ser provisionadas;
- d) as contribuições dos proprietários de capital consistem de capital social e ágio de capital; e
- e) o lucro acumulado deve representar os ganhos acumulados menos a distribuição aos acionistas. (Tradução livre)

Um passo importante foi a conscientização dos profissionais de contabilidade no sentido de utilizar os órgãos de classe na realização dos estudos voltados para os aspectos conceituais da disciplina e na determinação de procedimentos contábeis para serem observados pelos profissionais membros e pelas auditorias.

Buscando cumprir a determinação da SEC, o *AIA* criou um comitê com o objetivo de pesquisar sobre os princípios e pronunciamentos contábeis. Esse comitê, o *CAP*, criado em 1936, permaneceu até 1959.

5.4.3 Terceira Fase: Contribuição dos Profissionais

O CAP não conseguiu sobreviver em meio às críticas oriundas de diversos segmentos da profissão e em 1959 foi substituído pelo APB, que tinha a autoridade para a emissão das normas contábeis e revisar todas as declarações pertinentes à contabilidade publicadas pelos demais comitês.

A busca pela determinação de princípios intensificou-se após a II Guerra Mundial com a realização de diversos eventos visando o aprofundamento do tema. Esses eventos eram realizados, em sua maioria, com a presença dos EUA. Um desses eventos ocorreu em 1965, na Argentina, Mar del Prata, com o título de VII Conferência Interamericana de Contabilidade, com o tema “Princípios e Normas Técnico-Contábeis

geralmente aceitos para a preparação das Demonstrações Contábeis.” O principal objetivo do encontro era identificar e conceituar os princípios básicos que norteiam a doutrina contábil.

O resultado dessa Conferência foi a apresentação de um relatório onde constava a conceituação e a identificação dos princípios e dos postulados.

Com relação aos princípios (Franco, 1993, p. 520), o relatório destacava os seguintes pontos:

1 – A expressão “princípios e normas” possuem em contabilidade um significado específico e convencional, cuja extensão conceitual se refere concretamente àquele conjunto de conceitos básicos e regras pressupostos, que condicionam a validade técnica do processo contábil e sua expressão final traduzida na demonstração contábil;

2 – Deste conjunto de conceitos básicos e regras pressupostos, cabem distinguir os seguintes, em ordem de sua graduação do geral para o particular:

- a) o princípio fundamental, ou postulado básico, que orienta toda a ação dos contadores e subordina todo o resto dos princípios gerais e normas particulares que se enunciam;
- b) os princípios gerais constituídos por conceitos básicos que fazem a estrutura geral da demonstração contábil; e
- c) as normas particulares, constituídas por regras que fazem ou se referem a cada um dos aspectos particulares que compreendem essas demonstrações. É conveniente destacar que essas normas particulares constituem somente um guia de ação. Na prática se apresentam casos em que situações similares são tratadas contabilmente de forma distinta em entidades diferentes, obedecendo estas diferenças, em muitos casos, a prática normal de cada atividade específica.

Como princípio fundamental, que foi chamado de postulado, o relatório concluiu que a equidade ocuparia esse posto. A lista dos Princípios Gerais foi detalhada como sendo:

- a) entidade;
- b) bens econômicos;
- c) moedas de conta;

- d) empresa em andamento (continuidade);
- e) avaliação pelo “custo”;
- f) exercício;
- g) competência;
- h) objetividade;
- i) realização;
- j) prudência;
- k) uniformidade;
- l) materialidade; e
- m) revelação.

Com o final da II Guerra Mundial, em 1945, afirma Hendriksen & Van Breda (1999, p.57), houve a liberação de uma demanda reprimida de bens e serviços por consumidores, que provocou uma grande expansão na economia mundial. Houve crescimento na oferta de emprego e crescimento de riqueza. O fornecimento de informações adequadas para as decisões de investimento tornou-se imprescindível, o que transformou a Contabilidade, tornando-a importante no apoio a essas tomadas de decisões.

Porém, esse período de expansão foi acompanhado de uma inflação relativamente alta, que afetou a comparabilidade dos dados e propiciou um debate a respeito da perda de poder aquisitivo da moeda. Não obstante o problema da perda de poder aquisitivo da moeda, a discussão foi deixada de lado e só foi retomada pela SEC, segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.61), 20 anos depois.

No entanto, em 1957, a AAA manifestou seu apoio à luta pela busca da comparabilidade, publicando sua terceira revisão de *Tentative Principles* (hoje intitulada *Accounting and Reporting Standards - ARS*), na qual apresentava como barreiras à comparabilidade de dois problemas: a flutuação de preços e as diferenças entre métodos contábeis.

Em 1962, Moonitz e Sprouse publicaram o ASR 3 (Anexo XIV), onde deduziram princípios dos postulados descritos no ASR 1.

No ASR 3, os princípios de A a D tratam do lucro; classificação das mudanças ocorridas nos recursos (mudança no dólar, mudança no custo de reposição, venda e outras transferências; e/ou outras causas); o registro dos ativos; e o problema da mensuração dos ativos.

Os princípios de E a H tratam de exigibilidades, patrimônio líquido e direitos de acionistas e do resultado das operações.”

Alguns comentários sobre os princípios de A a D do ASR 3 são apresentados por Gergull (2000, p.206), de acordo com o autor, esses princípios apresentam maior diversidade em relação aos demais:

- A. O lucro é atribuível a todo processo da atividade de negócios.
Portanto, qualquer norma ou procedimento que atribua lucro para uma parte do processo, deve ser continuamente reexaminada para determinar a extensão em que introduzem viés na divulgação do montante do lucro atribuído a um período de tempo específico.
 - B. As transformações nos recursos devem ser classificadas de acordo com os montantes atribuíveis a:
 - 1. Mudanças no dólar (flutuação no nível de preço) direcionadas à recomposição do capital, mas não à receitas ou despesas.
 - 2. Mudanças nos custos de reposição (acima ou abaixo do efeito das flutuações no nível de preço) direcionados para elementos de ganhos ou perdas.
 - 3. Vendas e outras transferências, ou reconhecimento do valor líquido realizável, cada qual direcionados para receitas ou ganhos
 - 4. Outras causas, como o crescimento ou a descoberta de recursos naturais previamente desconhecidos.
 - C. Todos os ativos da empresa, quer sejam obtidos por investimentos dos proprietários, de credores ou ainda por outros meios, devem ser reconhecidos nas contas e relatados nos demonstrativos financeiros. A existência de um ativo é independente dos meios pelos quais foram adquiridos.
 - D. O problema da mensuração (precificar, valorizar) um ativo é o problema da mensuração de serviços futuros, e envolve, basicamente três passos:
 - a. A determinação se os serviços futuros de fatos existem.
(...)
 - b. Uma estimativa da quantidade de serviços...
 - c. A escolha de um método, base ou fórmula para precificar (valorizar) a quantidade de serviços determinada em b, acima. No geral a escolha da base de preço é feita de acordo com os seguintes preços de troca: (1) Um preço passado de troca ou outra base inicial. (...) (2) Um preço corrente de troca, p.ex., custo de reposição. (...) (3) Um preço futuro de troca, p.ex., preço de venda antecipado.
- A precificação (avaliação) apropriada dos ativos e a alocação do lucro por períodos contábeis são dependentes, em grande parte, de estimativas da existência de benefícios futuros, independentemente da base usada para o preço dos ativos. A necessidade de estimativa é inevitável e não pode ser eliminada pela adoção de qualquer fórmula de avaliação.

Outra experiência, foi a formação de parceria entre países para se estabelecer procedimentos comuns entre os mesmos. Em 1967, os EUA, a Grã-Bretanha e o Canadá

formaram um grupo de estudo, denominado Grupo Internacional de Trabalho, envolvendo os profissionais de contabilidade, com a finalidade de encontrar as divergências entre os princípios adotados nesses países (Franco, 1993, p.519).

A busca pelos princípios ganhou espaço além das fronteiras americanas. Em 1972 foi criado o *International Accounting Standard Committee - IASC*, com a finalidade de estabelecer princípios internacionais. O IASC teve seu nome alterado em janeiro 2001 para *International Accounting Standards Board - IASB*.

A resposta americana ocorreu em 1973 com a criação do FASB, órgão com a finalidade de determinar quais os padrões contábeis deveriam ser seguidos pelas empresas americanas.

5.4.4 Quarta fase: A Politização

Essa fase tem como característica uma mudança de foco. Até 1973, a tentativa foi estabelecer um conjunto de princípios contábeis.

A obra de Paton e Littleton, escrita em 1940, *An introduction to corporate accounting standards*, com o objetivo de apresentar um referencial para a teoria da contabilidade que correspondesse a uma doutrina coerente, coordenada e consistente, apoiou-se na obra de 1936. Nesse novo trabalho, evitaram utilizar a palavra “princípio” e usaram o termo “padrão” (Hendriksen & Van Breda, 1999, p.74). São destaques dessa nova obra:

- a) o confronto das despesas com as receitas;
- b) o ativo medido pela potencialidade de produção de receita futura;
- c) o problema fundamental da contabilidade visto como sendo dissecar um fluxo contínuo de custos e atribuir corretamente partes desse fluxo contínuo de custos ao presente e ao futuro.

O professor William Vatter, de Berkeley, questionou¹⁹ a busca por princípios como um todo. Segundo ele, as pedras fundamentais na construção de uma teoria da contabilidade são os objetivos, não os postulados. Segundo sua visão, os princípios eram os meios pelos quais os objetivos poderiam ser alcançados.

¹⁹ Vatter, William J. Postulates and Principles. *Journal of Accounting Research*, p. 179-197, outono 1963.

Para Belkaoui (2000, p.163) os princípios contábeis derivam dos objetivos e dos conceitos teóricos da contabilidade. São constituídos de:

1. *The cost principle* - Princípio do custo - De acordo com esse princípio, o valor do custo histórico é a base apropriada para o reconhecimento da aquisição de todas as mercadorias, bens e serviço, despesas, custos e patrimônio. A justificativa para aplicação desse princípio e a sua característica de objetividade e o postulado da continuidade (going-concern). Com relação ao primeiro, o custo de aquisição é objetivo e verificável; Já o segundo concentra-se na natureza inerente de continuidade da entidade. O postulado da continuidade possibilita aplicação de uma medida de mensuração padrão para a entrada dos itens que compõem o relatório financeiro da entidade, nesse caso o custo histórico. Essa prática permite que a entidade não recorra ao uso do valor corrente nem ao valor de liquidação para mensuração de suas entradas.
2. *The revenue principle* – Princípio da receita – Esse princípio especifica a natureza da receita, sua mensuração e o tempo do reconhecimento.
3. *The matching principle* – O princípio do reconhecimento das receitas relacionados às despesas que as geram – Esse princípio também é conhecido como princípio da competência.
4. *The objectivity principle* – Princípio da objetividade – A utilidade da informação financeira depende da confiança da medida usada.
5. *The consistency principle* – Princípio da consistência – O evento econômico deve ser tratado de forma consistente em todos os períodos.
6. *The full disclosure principle* – Princípio da divulgação plena – A divulgação financeira deverá ser plena, justa e adequada. A divulgação plena requer que o relatório financeiro seja concebido e preparado para retratar com exatidão dos eventos econômicos. Para que uma informação seja plena ela deve ser completa e compreensível quando for divulgada; com relação a ser justa, a informação deverá levar em conta a equidade entre os usuários; e o termo “adequado”, refere-se uma quantidade mínima de informação que deve ser divulgada.
7. *The conservatism principle* – Princípio do conservadorismo – Tem como premissa que no momento de uma escolha entre duas ou mais técnicas contábeis aceitáveis, seja escolhida a opção que causar menor impacto positivo no Patrimônio Líquido da entidade.
8. *The materiality principle* – Princípio da materialidade – Esse princípio preceitua que os eventos que sejam insignificantes economicamente não têm necessidade de serem divulgados nos relatórios financeiros. A principal dificuldade na aplicação desse princípio é saber a quem cabe o julgamento de determinar o que seja ou não um evento insignificante do ponto de vista econômico. Esse princípio foi tratado pelo FASB, através do SFAS 2 - *Qualitative characteristic of accounting information*, como uma Característica Qualitativa da Informação.
9. *The uniformity principle* – Princípio da uniformidade – A diferença entre esse princípio e o princípio da consistência encontra-se no fato da consistência aplicar-se a utilização do mesmo procedimento para um evento econômico em todos os períodos, enquanto a uniformidade

aplica-se ao uso de uma mesma técnica contábil por parte das entidades para um evento econômico de mesma natureza.

10. *The comparability principle* – Princípio da comparabilidade. Esse princípio mantém uma relação intrínseca com o princípio da uniformidade. Observa-se que só possível haver comparabilidade com a uniformidade dos procedimentos. Esse princípio foi tratado pelo FASB, através do SFAS 2 - *Qualitative characteristic of accounting information*, como uma Característica Qualitativa da Informação. (Tradução livre).

Essa busca para determinar um conjunto de princípios contábeis que fossem aplicados a contabilidade perdurou até 1973, quando foi criado o FASB, que substituiu a busca de princípio por padrões de contabilidade.

Em 1973, Paul Grady publicou o ASR 7. Nesse estudo, Grady discutiu o conceito básico de princípios contábeis aceitos, resumiu os princípios e práticas aceitos e resumiu os pronunciamentos do conselho de princípios contábeis e de seu predecessor. Foi dada ênfase em métodos indutivos e pragmáticos, em lugar do método dedutivo. Rejeitou a imposição de um sistema uniforme único de contabilidade, enfatizando, ao contrário, a diversidade na contabilidade como conceito básico.

A busca por princípios tem sido demorada, frustrante e até mesmo inútil (Hendrikisen & Van Breda, 1999, p.83). A conclusão que se chega é que a aplicação da terminologia princípio, aplicada à contabilidade, não se configura com mesmo sentido que essa terminologia é aplicada em outros ramos como a física, matemática, química, entre outras. “Por esta razão os esforços de inúmeros profissionais talentosos e dedicados têm produzido pouco mais do que algumas frases retumbantes para acompanhar um sistema inventado 500 anos atrás.” (Hendriksen & Van Breda, 1999, p.83).

Como consequência disso, afirma Hendriksen & Van Breda (1999, p.83), a expressão Princípios Contábeis Geralmente Aceitos - GAAP, presentes em todas as demonstrações financeiras auditadas, “é tão desprovida de significado atualmente quanto na época em que foi criada.”

O principal motivo das controvérsias ocorreu devido à falta de consenso relacionado à constituição de um princípio, como também o relacionamento entre princípios e postulados.

O quadro abaixo, baseado na posição dos autores pesquisados, demonstra um comparativo cronológico da formulação dos princípios contábeis:

Quadro 07: comparativo dos princípios

George May 1932	Gilbert R. Byrne 1937	VII Conferência Interamericana 1965	APB 1970	Belkoui 2000
Benefícios não realizados	-	-	-	-
Superávit de capital	-	-	-	-
Balancos consolidados	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-
Valores a receber de funcionários e empregados de companhias afiliadas	-	-	-	-
-	Provisionamento das despesas incorridas	Competência	Reconhecimento de Despesa	Competência
-	Provisionamento de prováveis perdas	-	-	-
-	-	Objetividade		Objetividade
-	-	Avaliação pelo custo		Custo
-	-	Realização	Realização de receitas	Da receita
-	-	-	-	-
-	-	Uniformidade	-	Uniformidade
-	-	Materialidade	-	Materialidade
-	-	Revelação	-	Divulgação Plena
-	-	-	-	Comparabilidade
-	-	Prudência	Conservadorismo	Conservadorismo
-	-	-	-	Consistência
-	-	Entidade	-	-
-	-	Continuidade	-	-
-	-	Bens econômicos	-	-
-	-	Moeda de conta	-	-
-	-	Exercício	-	-
-	Depreciação como encargo da Produção	-	-	-
-	Ingresso de contribuições dos proprietários consiste em capital e ágio de capital	-	-	-
-	Lucro acumulado representa ganhos acumulados menos distribuição aos acionistas	-	-	-
-	-	-	Registro inicial de Ativos e passivos	-
-	-	-	Reconhecimento imediato	-
-	-	-	Unidade de Medida	-
-	-	-	Ênfase no Lucro	-
-	-	-	Aplicação de julgamentos	-

Fonte: Própria

A formulação dos princípios tinha como pré-requisito “o entendimento e a interpretação dos postulados...” (Hendriksen & Van Breda, 1999, p.77).

De acordo com Evans (2003, p.60): “Os estudos realizados não mostraram como os princípios derivaram dos postulados.”(Tradução livre). A argumentação de Evans procede pelo fato de não se ter encontrado princípio específico associado a um ou mais postulados específico.

Evans (2003, p.60) ainda aborda outro problema com relação a deficiência dos estudos na determinação dos princípios. Segundo ele: “Os estudos não conseguiram mostrar como uma transição de uma prática corrente para um princípio seria realizada.” (Tradução livre)

A mesma problemática ocorrida nos postulados ocorre com os princípios, ou seja, não há consenso entre os autores e/ou órgãos pesquisados. Observa-se que alguns itens, ex. materialidade, foi tratado como diretriz, pelo ASOBAT, postulado, pelo APB e princípio pela VII Conferência Interamericana e por Belkaiu. O mesmo problema é encontrado no item comparabilidade, tratada como objetivo pelo APB e como objetivo por Belkaiu.

A diversidade de princípios, conforme demonstrado no quadro acima, dificultou a formação de um referencial teórico consistente que tivesse a terminologia princípios como base.

A terminologia princípio, embora incluída na sigla USGAAP, atualmente em vigor, representa em essência padrões e não princípios.

5.5 Terminologia - Padrões

A obra de Paton e Littleton, escrita em 1940, *An introduction to corporate accounting standards*, apesar dos estudos que estavam sendo realizados para elaboração de um conjunto de princípios aplicáveis à contabilidade, evitaram o uso da terminologia princípios contábeis e em seu lugar usaram o termo padrão. (Hendriksen & Van Breda, 1999, p.74).

O período que abrange a década de 30 até a década de 60 foi dedicado a pesquisas tendo como objetivo a busca dos princípios, essa busca foi intensificada quando da criação do APB em 1957. Durante toda a sua existência, o APB procurou estabelecer diretrizes para a elaboração de um conjunto de princípios que pudesse suportar as decisões contábeis.

No entanto, as tentativas do APB foram frustradas e, em 1973, o mesmo foi dissolvido e em seu lugar foi criado o *FASB*.

Após diversas tentativas para se estabelecer uma definição para o termo princípio, na década de 60 a teoria da contabilidade deslocou seu foco para a busca de padrões contábeis.

Para o Conselho, *apud* Hendriksen & Van Breda (1999, p.82):

”Princípios contábeis” tem provado ser um termo extraordinariamente fugidio [efêmero]. [...], tem a conotação de coisas básicas e fundamentais, de uma espécie que pode ser expressada em poucas palavras, de natureza relativamente atemporal, e independente das condições empresariais ou das necessidades dinâmicas da comunidade de investidores [...]

A razão pela qual o Conselho defendia que a terminologia princípio fosse substituída pela terminologia padrão decorria, segundo a Comissão Wheat – Comissão liderada por Francis M. Wheat - *apud* Hendriksen & Van Breda (1999, p.82), em virtude de que:

A palavra “princípio” era um termo ligeiramente pretencioso [pretensioso] em contabilidade. Acho que sabemos o que é um princípio nas ciências naturais. Mas, os mecanismos contábeis são claramente de criação humana. Não há um único modo “correto” de proceder...

Uma definição geral para o termo padrão é apresentada pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p.2102) como sendo: “base de comparação, algo que o consenso geral ou um determinado órgão oficial consagrou como um modelo aprovado.”

A mudança de foco permitiu que a busca por leis ou regras gerais imutáveis fossem substituída pela busca de regras, “padrões”, que representassem soluções gerais aplicadas à contabilidade.

No entender do Conselho, o termo Padrão seria mais apropriado aos pronunciamentos que seriam emitidos.

Tomando como premissa que os padrões são gerados a partir do consenso geral, observa-se a necessidade dos agentes do processo, (profissionais contábeis, usuários, administradores, acionistas, investidores e etc.), possuírem um grau de compreensibilidade da terminologia aplicada à contabilidade.

O impacto que a informação pode causar a determinado segmento de usuários; o uso da informação para a tomada de decisão; os efeitos de uma informação que não seja confiável e etc. Essas inquietações constituem desafios para a elaboração de padrões no ambiente social.

No processo de elaboração de padrões contábeis, o ambiente político desenvolver um papel fundamental. No dizer de Watts e Zimmerman, após realização de estudo, os administradores têm forte razões para desejarem certos procedimentos contábeis em detrimento de outros. (Kam, 1990, p.540).

A flexibilidade e as questões alternativas constituem riscos na elaboração de um padrão contábil. Os padrões, em sua essência, devem ser neutros com relação aos interesses dos que serão atingidos com sua abrangência; outro aspecto importante diz respeito ao risco de um entendimento dúbio, por parte dos usuários e administradores, quanto a sua aplicação.

A preocupação com a elaboração de padrões contábeis, levou em 1976, ao Deputado John Moss, presidente do *Subcommittee of the House Interstate and Foreign Commerce Committee*, conduzir um estudo sobre a *Federal Regulation and Regulatory Reform* (Regulamento Federal e a Reforma regulatória). Em seu relatório conclusivo, Moss exigiu da SEC um papel mais ativo na formulação e na implementação de padrões contábeis.(Kam, 1990, p.546).

Essa mesma preocupação teve o senador Lee Metcalf, presidente do *Senate Subcommittee on Reports, Accounting and Management of the Committee on Government*

Operations, quando publicou em 1976 um estudo sobre a profissão contábil. Ele afirmou, (Kam 1990, p.547):

A falta da SEC exercer sua autoridade em relação a assuntos contábeis tem levado a muitos problemas que tem causado uma séria erosão na confiança pública da precisão e da utilidade das informações divulgadas por corporações. (Tradução livre).

O Subcomitê de Metcalf *apud* Kam (1990, p.547), ainda afirmou que:

O congresso e o público tem pouca convicção que os relatórios financeiros das corporações retratam precisamente os resultados de atividades comerciais por causa de padrões contábeis flexíveis e alternativos. (Tradução livre).

A preocupação com essa situação era a perda de qualidade da informação para a tomada de decisão.

Dois outros pontos no relatório dos Subcomitês colocavam em xeque a SEC e o FASB, são eles:

1. A recomendação de que o governo federal deveria assumir o controle sobre as práticas contábeis e fosse o responsável pelo estabelecimento de padrões contábeis.
2. Especificamente no relatório de Metcalf foi feita menção a uma possível dependência do FASB das grandes empresas e que o mesmo não atendia a necessidade do usuário médio ou do público. (Kam, 1990, p.548). (Tradução livre)

As críticas efetuadas levaram conseqüentemente a falta de credibilidade com as informações financeiras geradas e disponibilizadas pelas empresas. Diante desse fato, dois questionamentos foram feitos: com relação a responsabilidade pela elaboração dos padrões contábeis e qual o setor seria o responsável. Esses questionamentos de acordo com Kam (1990, p.549) eram:

(I) Os padrões contábeis devem ser formulados basicamente por órgãos competentes ou deixado para o “mercado livre”? (II) os padrões contábeis devem ser formulados no setor privado ou no setor público? (Tradução livre)

Com relação ao primeiro, o questionamento concentra-se no fato de saber de quem é a responsabilidade pela elaboração dos padrões contábeis. Dois pontos precisam

ser levados em conta relacionados com a informação: a) a informação é um bem “público”, ela se torna pública no momento que a empresa a disponibiliza; b) o monopólio existente pela empresa em relação a divulgação de informações sobre si mesma, podendo dificultar a disponibilização dessas informações (Kam, 1990, p. 551). Esses argumentos são utilizados em prol da existência de órgãos competentes para elaboração dos padrões contábeis.

No entanto, a abordagem do “mercado livre” atribui ao usuário a responsabilidade de gerar os padrões contábeis. De acordo com essa abordagem as forças de mercados são capazes de determinar que informação deve ser divulgada e os padrões necessários para elaborá-la. (Kam 1990, p.532).

Com relação ao segundo questionamento, qual setor responsável: privado ou público? Em 1978, pesquisa realizada pelos professores Ronen e Schiff envolvendo executivos de grandes corporações, contadores, acadêmicos e banqueiros. Os pesquisadores obtiveram 1329 respostas. O resultado da pesquisa foi que 91,9% dos entrevistados foram favoráveis que o setor privado ficasse responsável pela elaboração dos padrões contábeis (Kam, 1990, p.553).

As razões pela escolha do setor privado são apresentadas por Kam (1990, p.553):

- 1) As pessoas no Conselho teriam maior experiência. Uma razão é que um Conselho governamental não poderia oferecer salários alto suficientes para atrair aqueles que na prática privada tem a experiência e o conhecimento técnico. Baseado no processo de seleção de outros Conselhos semelhantes no governo, os fatores políticos parecem desempenhar um papel mais importante que o conhecimento e a experiência;
- 2) Um Conselho no setor público estaria mais sujeito a pressões para ajudar a alcançar os objetivos sócio-econômicos do governo;
- 3) Um Conselho no setor privado comanda maior prestígio e aceitação pela comunidade comercial; e
- 4) A estipulação de padrões pelo CAP, o APB e o FASB tem funcionado razoavelmente bem. (Tradução livre)

As razões consideradas pelos defensores do setor público argumentam que (Kam, 1990, p. 553):

- 1) Um órgão governamental teria mais poder para fazer cumprir padrões sobre as companhias. Sanções podem ser impostas sobre empresas que desviarem dos GAAP's.
- 2) Um Conselho governamental estaria menos sujeito às influências dos administradores corporados e de grandes firmas de auditoria e

contabilidade e trabalharia por melhores divulgações para os investidores.

3) As decisões podem ser tomadas mais rapidamente. (Tradução livre)

Atualmente o FASB, órgão privado, é o responsável pela elaboração e divulgação dos padrões contábeis. Através do SFAC de 01 - *Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises* - que compõe a Estrutura Conceitual da contabilidade, em seu primeiro parágrafo afirma que: “... *Statements of Financial Accounting Concepts are intended to establish the objectives and concepts that the Financial Accounting Standards Board will use in developing standards of financial accounting and reporting.*”²⁰”

O documento visa o estabelecimento de conceitos e objetivos para a contabilidade financeira, buscando com isso construir um Referencial Conceitual que servirá de base para o desenvolvimento de padrões.

²⁰ “... Pronunciamentos de Conceitos de Contabilidade Financeira visam estabelecer os objetivos e conceitos, que serão usados pelo FASB no desenvolvimento de padrões para contabilidade financeira e para divulgação.”

5.7 Terminologia – Características Qualitativas²¹

Na elaboração do SFAC 2, o FASB trabalhou com o pronunciamento da AAA, o ASOBAT e com o pronunciamento do APB 4.

Segundo Hendriksen & Van Breda (1999, p.90) no SFAC 2, “características qualitativas são atributos de informações contábeis que tendem a ampliar sua utilidade”, os autores afirmam ainda que: “Acredita-se que essas características qualitativas sejam: a) Duração, ou sobrevivência à passagem do tempo. b) Generalidade – aplicabilidade a todas as entidades contábeis. c) Viabilidade – ou seja, capacidade de aplicação e suscetibilidade de verificação objetiva.

As informações contábeis, quando divulgadas, deverão conter algumas características que tornem as informações úteis para a tomada de decisões. Kam (1990, p.515) apresenta essas características como sendo:

- 1) Relevância
 - a) Valor Preditivo
 - b) Valor de Retorno
 - c) Oportunidade
- 2) Confiabilidade
 - a) Verificabilidade
 - b) Neutralidade
 - c) Fidelidade de Representação
- 3) Qualidades secundárias são comparabilidade e consistência que interagem com relevância e confiabilidade.
- 4) Custos/benefícios e materialidade são restrições sobre a utilidade das informações. (Tradução livre)

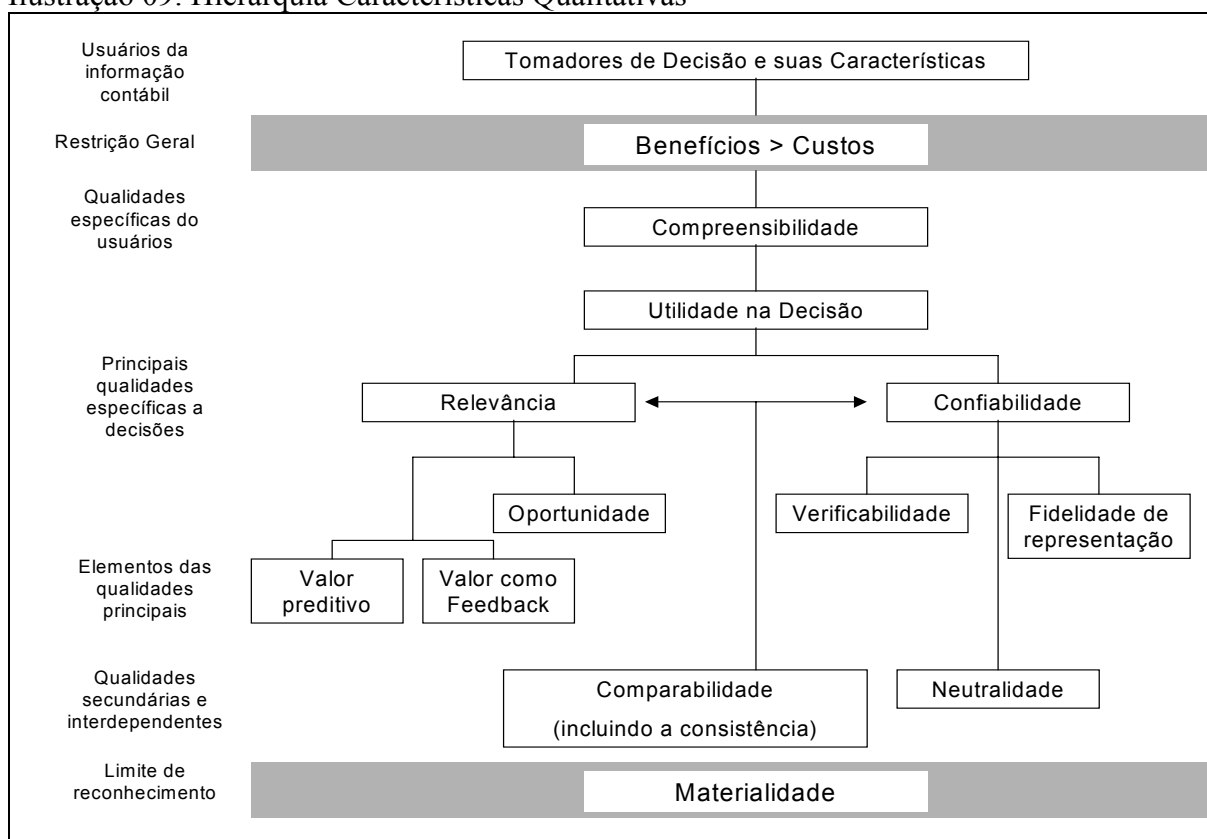
O Relatório Trueblood, utilizado posteriormente pelo FASB através do SFAC 2, mencionou sete características qualitativas (Belkaoui, 2000, p.125): “1. Relevância e materialidade; 2. Essência sobre a forma; 3. Confiabilidade; 4. Imparcial; 5. Comparabilidade; 6. Consistência; e 7. Compreensibilidade.” (Tradução livre)

²¹ No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através da Resolução 785 de 28 de julho de 1995, NBCT T-1 – Das Características da Informação Contábil. Elencou as características como: confiabilidade; tempestividade; compreensibilidade; e comparabilidade. Para o IASB, as Características Qualitativas são: Compreensibilidade, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Representação Fidedigna, Primazia da Essência sobre a Forma, Neutralidade, Prudência Integridade, Comparabilidade.

A preocupação do grupo que emitiu o relatório era que a necessidade do usuário por informações úteis, para tomada de decisão, fosse atendida. Uma informação útil deveria ter em sua essência as características elencadas acima.

O SFAC 02 apresenta uma hierarquia das características qualitativas, distinguindo o que sejam qualidades voltadas para os usuários e as qualidades utilizadas na tomada de decisões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ilustração 09: Hierarquia Características Qualitativas



Fonte: FASB – SFAC: Accounting Standards in CON2: *Qualitative characteristic of accounting information*, p.44, 1998/1999. (Tradução livre)

Na visão de Hendriksen & Van Breda (1999, p.95), características qualitativas são propriedades da informação que são necessárias para torná-la útil. Em sua obra, ele destaca que há uma distinção entre qualidades específicas para usuários e qualidades específicas para decisões. As primeiras seriam as qualidades concernentes a um usuário ou grupo de usuários como, por exemplo, a inteligibilidade. As últimas seriam as características que independem do usuário, sendo úteis a todos como, por exemplo, a oportunidade.

Uma leitura da hierarquia apresenta o usuário ocupando o papel do tomador da decisão, independentemente do posto que ocupe. Em função disso, o mesmo deve avaliar o custo, benefício da informação. Essa é a restrição geral, ou seja, o benefício gerado pela informação deve ser superior ao custo de produzi-la. A qualidade específica do usuário é a compreensibilidade de que o mesmo deve ter das terminologias que envolvem os demonstrativos. As principais qualidades que envolvem a tomada de decisão são a relevância e a confiabilidade. Kam (1990, p.516) relata que o FASB, através do SFAC 2, define que: “relevância e confiabilidade são as duas qualidades primárias que tornam as informações contábeis úteis na tomada de decisões”. (Tradução livre)

5.7.1 Relevância

O SFAC 2, parágrafo 47, define relevância, para o investidor, credores e outros interessados da informação contábeis, como sendo: “a informação relevante é a informação pertinente à questão que está sendo analisada”. (Tradução livre). Kam (1990, p.516) é mais objetivo ao definir o que seja uma informação relevante, segundo ele: “A informação é relevante quando ela tem o poder de minimizar a incerteza decorrente do processo decisório.” Uma informação relevante também tem o papel de fazer previsões de resultado, bem como ter um *feedback* das transações efetuadas.

O glossário do SFAC 2 define valor preditivo como: “A qualidade da informação que ajuda os usuários a aumentarem a probabilidade de prever corretamente o resultado de eventos passados ou presentes.” E o valor como feedback é conceituado como sendo “a qualidade da informação que permite ser usada para confirmar ou corrigir expectativas anteriores.”

A informação, para ser relevante, precisa ser oportuna. A oportunidade da informação tem a capacidade de influenciar as decisões. A oportunidade relaciona-se diretamente com a tempestividade, ou seja, para que a informação possa influenciar na decisão, o fator tempo é de suma importância.

5.7.2 Comparabilidade

A comparabilidade como característica da informação exerce papel importante no processo decisório. Através do processo de comparabilidade, a entidade pode avaliar de forma comparativa, com outras entidades e com ela mesma em datas diferenciadas, sua situação no cenário econômico.

O glossário do SFAC 2 define comparabilidade como “a qualidade da informação que permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos econômicos.” Para que a aplicação da comparabilidade seja possível é necessário que dois outros termos sejam observados: a uniformidade e a consistência. A uniformidade naturalmente exige que se estabeleçam procedimentos contábeis para a mensuração, registro e divulgação dos demonstrativos. Em função da uniformidade, o uso de uma terminologia própria para a disseminação do conhecimento é relevante. A consistência, que configura o uso do mesmo procedimento, conceito e métodos de mensuração durante um intervalo de tempo, possibilita que as entidades realizem comparação com outras entidades. As diversas variáveis que influenciam o cenário econômico que envolve a entidade causam impactos nas decisões por parte dos usuários. A consistência dos procedimentos reduz a possibilidade de erros nas decisões. A consistência deve ser revista sempre que venha prejudicar a compreensibilidade pelo usuário da informação divulgada; sempre que ocorrer mudanças na consistência deve ser divulgada de forma clara e objetiva para que os usuários possam analisar o efeito em suas decisões.

5.7.3 Confiabilidade

A noção de confiabilidade dada pelo FASB é comparável àquela na psicologia educacional. Tanto psicólogos quanto contadores demonstram que estão principalmente preocupados com a confiabilidade dos resultados, o que implica que os resultados devem estar dentro de um limite de erros aceitável. Os psicólogos têm desenvolvido procedimentos para testar por confiabilidade, utilizando meios estatísticos. Os profissionais de contabilidade estão interessados na possibilidade de medir o grau de confiabilidade.

Segundo Kam (1990, p.522), “o FASB afirma que a confiabilidade de uma medida tem a ver com quanta fidelidade a medida representa o que pretende representar.” (Tradução livre)

Nesse contexto, a fidelidade da informação está diretamente associada à dependência que o processo decisório tem da mesma. Para averiguar se uma medida é confiável, deve ser observado se ela espelha de forma fidedigna o evento que a mesma representa.

Para o FASB, três componentes compõem a confiabilidade:

- a) fidelidade de representação – refere-se à correspondência entre uma medida e o que ela representa;
- b) capacidade de verificação – refere-se à possibilidade de verificar se a medida representa bem aquilo que propõe representar; e
- c) neutralidade – refere-se à imparcialidade na representação. (Tradução livre)

Esses componentes são importantes na avaliação da fidelidade da informação que está sendo colocada à disposição do usuário. No entanto, não se deve confundir fidelidade com exatidão. Uma informação, para ser relevante, deve ser uma informação fiel, sem obrigatoriamente ser exata. Preocupado com essa questão, o FASB, através do SFAC 2, parágrafo 64, afirma que as informações são resultados de: “medidas aproximadas, ao invés de exatas, envolvendo numerosas estimativas, classificações, resumos, julgamentos e alocações”.

5.7.4 Materialidade

Com relação à materialidade, o FASB no *Concepts Statement 2*, parágrafo 125, aborda a materialidade como uma restrição à relevância e à confiabilidade. Kam (1990, p.517) trabalha a idéia de que se a informação não for material, logo ela não é relevante. Isso fica claro no conceito atribuído por ele à materialidade: “se realmente não importa, não se dê ao trabalho de divulgar”.

A SEC define materialidade em termos das informações que “um investidor prudente médio deve ser razoavelmente informado” (*Regulation S-X, Rule 1-02, apud Kam (1990, p.517)*).

No glóssario do SFAC 2, o FASB define materialidade como sendo:

A magnitude de uma omissão ou declaração errônea de informações contábeis, que face às circunstâncias, torna provável que o julgamento de uma pessoa racional dependente das informações teria sido alterado ou influenciado pela omissão ou declaração errônea. (Tradução livre)

O APB 4, parágrafo 25, apresentou alguns parâmetros para considerar a materialidade ou não das informações. As *Opinions* que tratam do assunto são:

- a) nº 15 – “...uma redução de menos de 3% do lucro global não precisa ser considerada...”;
- b) nº 16 – “...a troca de ações deve ser por, pelo menos, 90% das ações com direito a voto da companhia...”;
- c) nº 17 – “o período de amortização dos ativos intangíveis não excederá 40 anos”; e
- d) nº 18 – “...um investimento de 20% ou mais das ações com direito a voto leva à suposição de influência significativa”. (Tradução livre).

Os parâmetros estabelecidos pelo FASB para que seja possível a determinação, em situações específicas, da materialidade são quantitativos. Em algumas Declarações esses parâmetros são claros:

- a) Declaração nº 13 – “...os critérios para determinação que um arrendamento é arrendamento de capital incluem a regra que o prazo seja 75% ou mais da vida útil econômica do ativo...”;
- b) Declaração nº 14 – “...um segmento é considerado significativo... se ele satisfizer a um dos seguintes testes: (1) a receita é 10% ou mais da receita composta por todos os segmentos da indústria... (3) os ativos identificáveis são 10% ou mais dos ativos identificáveis compostos de todos os segmentos”;
- c) Declaração nº 30 – “...se 10% das receitas são derivadas de vendas a um único cliente, esse fato deve ser evidenciado...”;
- d) Declaração nº 45 – “...o teste por equivalência de títulos... é baseado em 66,67% da média de rendimentos sobre letras de câmbio...”;
- e) Declaração nº 66 – “...os pagamentos cumulativos do principal e dos juros iguala ou excede 10% do preço de venda do contrato...”. (Tradução livre).

Na visão de Hendriksen & Van Breda (1999, p.103), os tipos de itens nos quais pode haver materialidade para a decisão de divulgar ou não:

- a) Dados quantitativos, tais como os itens que afetam o lucro líquido e avaliação de ativos.
- b) o grau de agregação ou itemização de dados quantitativos nas demonstrações;

- c) dados quantitativos que não podem ser estimados com precisão suficiente para incluir nas demonstrações;
- d) dados quantitativos que devem ser divulgados por meio de frases descritivas;
- e) relações existentes entre a empresa e grupos de indivíduos, afetando direitos e interesses; e
- f) previsões, planos e expectativas da administração.

5.7.5 Objetividade

O termo objetividade não é tratado pelo FASB em seu referencial. Não obstante, o termo é freqüentemente utilizado pela literatura contábil.

O CAP em seu boletim nº 43, que tratava das opções em ação, *apud* Kam (1990, p. 524), já se preocupava com a objetividade. De acordo com o Comitê, não “existe nenhum meio objetivo de medir o valor de uma opção que não seja transferível.”

A mesma preocupação apresentou o APB na Opinion 29, que tratava da *Accounting for Nonmonetary Transactions*, quando expressou que, *apud* Kam (1990, p.524): “certas transferências não recíprocas de ativos não-monetários devem ser contabilizados pelo valor justo “se o valor justo for objetivamente mensurável””.

O problema reside na aplicação do termo em si. É impossível dissociar um juízo de valor da influência do processo cultural, das tradições e da educação de quem o emite. Apesar dessas limitações, a contabilidade deve perseguir um critério de objetividade. O alvo na busca desse critério a tentativa de amenizar as influências externas ao processo decisório.

A busca por controles práticos configurados nos padrões de divulgação, nos critérios de comparabilidade e pela materialidade das informações contábeis reflete na realidade o anseio, por parte da contabilidade, por objetividade (Kam 1990, p.526).

Os dispositivos aplicados a esses controles práticos, de acordo com Kam (1990, p.525), assumiu três formatos na literatura contábil:

- a) tornar específicos e precisos os conceitos e procedimentos da contabilidade e obter acordo geral sobre eles;
 - b) determinar um consenso na medida entre um número de especialistas;
 - e
 - c) aprimorar os padrões de competência e de ética da profissão.
- (Tradução livre)

5.7.6 Conservadorismo

Da mesma forma que a objetividade, o termo conservadorismo não é abordado pelo FASB como elemento de informação.

O organismo contábil que reconheceu a importância do conservadorismo foi o APB através do *Statement* 4, parágrafo 171. A preocupação do APB era com o cenário de incertezas que estava presente na valorização dos ativos e passivos.

A aplicação do conservadorismo está baseado no fato da divulgação de menor valor possível para o ativo e receita e maior valor possíveis de passivos e despesas (Hendriksen & Van Breda, 1990, p.105).

A consequência do uso do conservadorismo é que o reconhecimento da despesa ocorrerá sempre mais cedo, e o reconhecimento da receita mais tarde.

As principais críticas ao conservadorismo são apresentadas por Kam (1990, p.528):

- a) Inconsistência: quando um ativo é declarado a menor, ele causará uma maior de receita quando o ativo for vendido ou usado;
- b) Capricho: a extensão do conservadorismo nos relatórios contábeis é uma questão de política interna da empresa. Pode ser grande ou pequena. As perdas antecipadas, por exemplo, podem ou não ser registradas, porque as expectativas podem ser sempre revisadas;
- c) Encobrimento: Apesar de ser do conhecimento geral que os relatórios contábeis são conservadores, é difícil para investidores determinar o valor real dos ativos;
- d) Contradição de princípios contábeis: Sterling mostra que sempre que o conservadorismo se choça com um princípio contábil, ele prevalece sobre o princípio;
- e) Inclinação: o conservadorismo causa uma inclinação sistemática nos relatórios financeiros ao invés de uma avaliação realística; e
- f) Estado de espírito: o conservadorismo está tão entrincheirado na contabilidade que ele tem se tornado uma atitude, um estado de espírito, do que simplesmente um mecanismo usado em resposta a incertezas. (Tradução livre).

Os argumentos favoráveis ao conservadorismo são apresentados por Hendriksen & Van Breda (1999, p.105):

- a) A tendência do profissional de contabilidade para o pessimismo é considerada necessária para contrabalançar o excesso de otimismo dos administradores;
- b) A superestimação de lucros e avaliações é mais perigosa para a empresa e seus proprietários do que a subestimação; e
- c) Baseia-se na hipótese de que o profissional de contabilidade tem acesso a muito mais informações do que aquela que pode ser transmitida a investidores e credores, e que o contador defronta-se com dois tipos de risco ao fazer uma auditoria. De um lado, há o risco de que aquilo que é divulgado acabe sendo demonstrado como incorreto. De outro lado, o risco de que aquilo que não é divulgado acabe sendo correto.

Apesar de discorrer sobre as vantagens do conservadorismo, os autores são defensores de que o conservadorismo não tem lugar na teoria da contabilidade Hendriksen & Van Breda (1999, p.106).

Os argumentos favoráveis ao conservadorismo não apresentam conteúdos sólidos. O mesmo torna-se conflitante com uma das qualidades específicas da informação, a relevância. O princípio básico da relevância é que toda informação que seja relevante deve ser divulgada.

As Características Qualitativas denominadas pelo FASB, geradas a partir de outros trabalhos existentes (ASOBAT, APB e etc.), desempenham função importante na elaboração dos padrões de contabilidade.

Abaixo, quadro comparativo demonstrando o tratamento dado pelo ASOBAT, APB e pesquisadores aos itens que atualmente são chamados de Características Qualitativas pelo FASB.

Quadro 08: Características Qualitativas de acordo com o FASB

Descrição	ASOBAT		Objetivos	Postulados		Princípios		Características Qualitativas
	Padrões	Diretrizes		APB	APB	Pesquisadores (*)	APB	
			FASB					
Compreensibilidade			X					X
Relevância	X		X					X
Confiabilidade			X					X
Oportunidade			X					X
Verificabilidade	X		X					X
Fidelidade			X					X
Neutralidade	X		X					X
Comparabilidade			X				X	X
Materialidade		X		X			X	X

Fonte: Própria

Legenda: Pesquisadores: George May, Gilbert R. Byrne, Belkaiou, Paton, Maurice Moonitz

Observa-se, no quadro acima, que alguns itens que foram tratados anteriormente como Padrões, Diretrizes, Objetivos da informação, postulados e/ou princípios pelo ASOBAT, pelo APB, bem como alguns pesquisadores, o FASB passou a denominá-los de Características Qualitativas da informação contábil.

6 CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho é a realização do estudo da evolução da terminologia princípio contábil no contexto de mudanças e evoluções no cenário econômico-financeiro dos EUA. No desenvolvimento da pesquisa outras terminologias foram abordadas em virtude das mesmas manterem uma relação com os princípios contábeis. São elas: Postulados, Padrões e as Características Qualitativas

A pesquisa demonstrou que a contabilidade evoluiu atrelada à própria evolução da sociedade. À medida que surgia a necessidade por maior controle, o homem criava mecanismos que pudessem responder às suas indagações. Em decorrência do avanço das relações de trabalho sociais e comerciais, o homem aperfeiçoava os métodos para os registros contábeis. O ápice foi alcançado em 1494 d.C. com a divulgação do método que ficou consagrado como o “Método de Veneza”.

Foi demonstrado ao longo do trabalho o surgimento dos órgãos de contabilidade, responsáveis pela normatização, que exerceram um papel importante na construção do arcabouço teórico.

Alguns estudiosos – Perry Mason, W. A. Paton, A. C. Littleton, Maurice Moonitz, etc - da teoria da contabilidade contribuíram com a publicação de monografias, teses e outros trabalhos científicos, frutos de pesquisas para a elaboração de uma teoria contábil norte-americana.

Nesse processo, foi fundamental a pesquisa para a elaboração de um conjunto de termos que servissem de base para a construção do referencial teórico. Essa

terminologia constitui, atualmente, o Referencial Conceitual da Contabilidade utilizada pelo FASB.

A expansão da economia americana, no período de abrangência da pesquisa, constituiu-se em um desafio para a consolidação de um conjunto de terminologias aplicadas à contabilidade. Duas fases foram importantes para a economia dos EUA: a primeira ocorreu no final do século XIX, quando a economia passou de uma produção agrícola para uma produção industrial; a segunda fase teve início após a I Guerra Mundial, quando foi implantada no país a *Política do Big Business*, representando um mínimo de intervenção do governo na economia. Nessa fase, deu-se início à implantação de uma economia pautada no mercado financeiro.

Observou-se que o desenvolvimento da economia americana contribuiu no desenvolvimento de estudos voltados para elaboração de um referencial aplicado à contabilidade. Essa busca pela elaboração do mesmo teve início na Escola norte-americana, na década de 30 do século XX.

Nesse ambiente tiveram início os estudos visando detectar os postulados que foram conceituados como proposições básicas sobre o ambiente econômico, político e sociológico onde a contabilidade opera.

Alguns pesquisadores, analisados durante a pesquisa, procuraram identificar os postulados associados ao ambiente da contabilidade. No entanto, os pesquisadores não chegaram a um consenso relacionado com o número de postulados existentes.

A mesma preocupação foi atribuída na busca da elaboração de um conjunto de princípios derivados dos postulados. Observou-se que os estudos não atingiram os objetivos propostos e, como consequência, surgiu uma diversidade de princípios. Esses princípios surgiram ao longo das fases estabelecidas para o estudo da evolução da terminologia. Nessas fases destacam-se os estudos desenvolvidos pelos órgãos responsáveis pela normatização e pelos estudiosos que contribuíram com pesquisas específicas.

Verificou-se ainda que alguns itens foram tratados de forma distinta no processo evolutivo. Em determinado momento o item foi tratado como diretriz por um órgão, postulado por outro, princípio por outro e por fim, como característica qualitativa pelo FASB. Esse processo demonstra a falta de uniformidade por parte dos estudos realizados.

Conclui-se que na evolução da terminologia princípio ocorreu um problema lógico estrutural. Esse problema originou-se quando da tentativa de se construir o

referencial teórico da contabilidade americana tendo como base o estabelecimento de postulados e princípios aplicados à contabilidade. Com os postulados, os teóricos pretendiam estabelecer premissas básicas, ou seja, verdades que não precisariam ser demonstradas. O estabelecimento de postulados, segundo as críticas, não passou de observações práticas do ambiente da entidade. Da mesma forma, a tentativa de elaboração de um conjunto de princípios para o referencial teórico não teve aplicação prática. O principal motivo ocorreu devido à abrangência do termo. Sendo que a terminologia princípio não tem a mesma conotação quando aplicada a outro ramo do conhecimento, como a física, química, matemática e etc.

A terminologia princípio não era suficiente para o entendimento, por parte dos usuários da informação, dos procedimentos contábeis exigidos para atender as transações econômico-financeiras de uma economia em desenvolvimento. Por esta razão, mostrou-se insuficientes para a aplicação da normatização.

Objetivando o desenvolvimento de outros trabalhos na mesma linha da pesquisa, recomenda-se que:

- a. seja efetuado estudos visando aprofundar pesquisas na busca da relação existente entre a terminologia princípio e os demais termos que não fizeram parte do escopo desse trabalho (ativo, passivo, receitas, despesas, ganhos e perdas).
- b. aprofundar a pesquisa, efetuando a comparação entre a escola norte-americana e outras escolas, visando detectar se a conclusão da pesquisa é similar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AQUINO, R.S.L. de, *et al.* **História das Sociedades**: Das Sociedades Modernas às Sociedades Atuais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990.

BELKAOUI, Ahmed R. **Accounting Theory**. Londres: Business Press, 4ª ed., 2000.

BORGES, Vavy Pacheco. **CPP - O que é História**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BURNS, Edward McNall; LERNER, Robert E. MEACHAM, Standish. **História da Civilização Ocidental**: do homem das cavernas às naves espaciais. V.2. 40. Ed. São Paulo: Globo, 2001.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**/Conselho Federal de Contabilidade. – 2ª ed., Brasília:CFC, 2000.

CHANCELLOR, Edward. **Salve-se Quem Puder**: uma história da especulação financeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHERNOW, Ron. **A Morte dos Banqueiros**: o declínio e queda das grandes dinastias financeiras e o triunfo do pequeno investidor. São Paulo: Makron Books, 1999.

COSTA Jr, Jorge Vieira. **As Estruturas Conceituais do FASB e do IASB** (1ª. Parte). In IOB- Temática Contábil. Ano XXXVI – 3ª Semana, mar. 2002, No 11. São Paulo.

_____. **As Estruturas Conceituais do FASB e do IASB** (2ª. Parte). In IOB- Temática Contábil. Ano XXXVI – 3ª Semana, mar. 2002, No 12. São Paulo.

CROSBY, Alfred W. **A Mensuração da Realidade**: a quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DELOITTE & Co.: **1845-1956**. Oxford: Deloitte, Plender, Griffiths & Co., 1958.

DEMO, Pedro. **Metodologia em Ciências Sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, Atlas, 1995

DIAS, Cláudia Augusto. **Terminologia: Conceitos e aplicações**. In CI: Inf.; Brasília, v.29, n.1, p.90-92, jan/abr. 2000. Brasília: DF.

Duarte, Emeide Nóbrega, *et al.* **Manual Técnico para Realização de Trabalhos Monográficos**. Dissertações e Teses. 4. ed., atualizado. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

EBREIRO, Amparo Cuadrado. LOPEZ, Maria Lina Valmayor. **Organismos contables americanos emissores de normas**. Madri: Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas, 1992.

EVANS, Thomas G. **Accounting Theory: Contemporary Accounting Issues**. Ohio: Thomson South-Western, 2003.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

História. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Séc XXI**: minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 366.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - FASB. Statements of Financial Accounting Concepts. New York: John Wiley & Sons, 1998/99.

_____. **SFAC: Accounting Standards in CON1: Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises**, p.44. New York: John Wiley & Sons, 1998/99.

_____. **SFAC: Accounting Standards in CON2: Qualitative characteristic of accounting information**, p.44. New York: John Wiley & Sons, 1998/99.

_____. **SFAC: Accounting Standards in CON5: Recognition and Measurement in Financial Statement of Business Enterprises**, p.44. New York: John Wiley & Sons, 1998/99.

_____. **SFAC: Accounting Standards in CON6: Elements of Financial Statements**, p.44. New York: John Wiley & Sons, 1998/99.

_____. **Statements of Financial Accounting Standards**. 2001. Disponível em: <<http://accounting.rutgers.edu/raw/fasb/facts>> acesso em 13 fev. 2002.

FRANCO, Hilário. **Harmonização Internacional das Normas Contábeis**: Um grande desafio para a profissão contábil. In: Congresso Brasileiro de contabilidade, Goiânia, 15 a 20 de outubro. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia: CFC, 2000, p.4.

_____. **50 anos de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1993.

GERGULL, Aberto Weimann. **Teoria da Contabilidade - uma análise epistemológica**. 2000. 310 f. Dissertação (Mestrado). FEA/USP, Universidade da São Paulo, São Paulo.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HOURAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

<http://cpaclass.com/gaap/gaap-us-01a.htm#SFAC>. **Generally Accepted Accounting Principles in the United States**. Acesso em 20/03/2003.

<http://fasb.org>, acesso em 20/08/2003

http://www.univ.com.br/acmm/Public/Livro_Inflacao/132.htm. **A Inflação Brasileira: Uma abordagem prática e moderna antes e depois do choque**, acesso em 20/03/2003.

HUBERMAN, L. **Nós, o Povo**, 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

ISRAEL, Fred L. **Os Grandes Líderes: Franklin Roosevelt**. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

IASB - International Accounting Standards Board. **Normas Internacionais de Contabilidade 2001**: Texto Completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretação SIC existente em 1º de janeiro de 2001/Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – São Paulo: IBRACON, 2002.

JAY, Peter. **A Riqueza do Homem: uma história econômica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KAM, Vernon. **Accounting Theory**. 2.ed. USA: John Wiley & Sons, 1990.

KIESO, Donald & Weigandt, Jerry J. **Intermediate Accounting** 8. ed. John Wiley & Sons, Inc. New York, 1995.

KINDLEBERGER, Charles P. **Manias, Pânico e Crashes: Um histórico das crises financeiras**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**_3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LINK, A.S. **História Moderna dos Estados Unidos**. Volumes II e III. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1965.

MARKHAM, Lois. **Os Grandes Líderes: Thodore Roosevelt**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MEDEIROS, João Bosco; ANDRADE, Maria Margarida de. **Manual de Elaboração de Referências Bibliográficas: A Nova NBR 6023:2000 da ABNT: Exemplos e Comentários**. São Paulo: Atlas, 2001

MOONITZ, Maurice. **Accounting Postulates**. Garner, Paul; Berg, Kenneth B. (org.). Reading in accounting theory. Houghton Mifflin Company-Boston, 1996. Part one, cap 3. P.16,17.

MOST, Kenneth S. **Accounting Theory**. Ohio, Grid Inc, 1982.

- NEVIS, A. & Commager, H.S. **História dos EUA**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1969.
- PARKER, Robert; NOBES, Christopher. **Comparative International Accounting**. Londres: Prentice Hall Europe, 5ª ed., 1998.
- PERROUX, François. **O Capitalismo**. São Paulo: Difusão, 1970.
- ROSENBERG, Nathan; BIRDZELL, Jr L. E. **A História da Riqueza do Ocidente: A transformação econômica do mundo industrial**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.
- SCHMIDT, Paulo. **Uma Contribuição ao Estudo da História do Pensamento Contábil**. 1996. 506 f. Tese (Doutoramento). FEA/USP, Universidade da São Paulo, São Paulo.
- SCHIRATO, Maria Aparecida. **Iniciação à Filosofia: Viva a Filosofia Viva**. 2 ed. São Paulo: Editora Morais, 1990.
- SCHROEDER, Richard G.; CLARK, Myrtle W. **Accounting Theory: text e readings** 6.ed. New York: John Wiley & Sons, 1998.
- TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro. **A Evolução do Pensamento Contábil – Crítica de Alguns Aspectos Contábeis da Legislação Brasileira**. 1980. 115 f. Dissertação (Mestrado). FEA/USP, Universidade da São Paulo, São Paulo.
- TRIPODI, Tony, *et al.* **Análise da Pesquisa Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- VICENTINO, Cláudio. DORIGO, Gianpaolo. **História para o Ensino Médio: História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2001.

ANEXOS

Anexo I - Título IX do Tratado XI da obra de Pacioli de acordo com Schmidt (1996, p. 71-92):

Tratado I – *De societibus* (da carta 150 a 159).

Pacioli faz a separação entre os comerciantes com base na contribuição de dinheiro, de mercadoria ou de pessoas.

O Capital Social é definido como a soma das contribuições de cada um dos participantes da companhia. O lucro deveria ser distribuído na mesma proporção da formação do Capital Social.

Tratado II – *De soccidis et domorum a pensionibus* (da carta 159 a 161).

Tratava do contrato existente entre proprietários e tratadores de gado, onde era prevista a repartição em partes iguais dos lucros e prejuízos.

Tratado III – *De barattis sive commutationibus* (da carta 161 a 168).

Trata da operação de câmbio entre mercadorias.

Pacioli cita três tipos de câmbio:

- a) simples: mercadoria/mercadoria com ou sem acréscimo em dinheiro;
- b) composto: mercadoria/dinheiro à vista; e
- c) a tempo: mercadoria/dinheiro a prazo.

Tratado IV – *De cambiis seu cambitionibus* (da carta 168 a 173).

Nesse Tratado, Pacioli explica o câmbio como sendo uma troca, ou seja, ocorre pelo ato de dar e receber.

O câmbio é classificado como:

- câmbio muito pequeno ou comum: era o ato simples que não se efetuava emissão de uma letra de câmbio. Chamado de câmbio manual ou de praça.
- câmbio real: era o câmbio onde ocorria a emissão da letra de câmbio envolvendo quatro pessoas:
 - quem recebe a letra e desembolsa o dinheiro;
 - quem recebe o dinheiro e torna-se sacador;
 - o beneficiário; e

- o sacado (recebe a ordem de pagar).
- câmbio seco: era o câmbio onde ocorria a emissão da letra de câmbio envolvendo duas pessoas:
 - quem recebe a letra e desembolsa o dinheiro; e
 - quem recebe o dinheiro e torna-se sacador.
- câmbio fictício: era o câmbio onde ocorria a emissão da letra de câmbio chamada “de *comodato*”, que é representado por uma transação onde qualquer coisa emprestada que deve ser restituída no mesmo estado.

Tratado V – *De meriti, resti, saldi, sconti e modo de recare a un di* (da carta 173 a 182).

Pacioli explora o conceito de juros simples, desconto simples, juros compostos, desconto composto, conta corrente de juros, entre outros.

- Juros simples: é o fruto do capital.

Para Pacioli, o cálculo do juros simples de uma moeda é dado pelo tempo que envolve a transação e o seu resultado deve ser multiplicado pela quantidade das moedas que compõem o capital. A fórmula seria:

$$I = C. m. im$$

$$I = \text{juros}$$

$$C = \text{capital}$$

$$m = \text{tempo em meses}$$

$$im = \text{taxa unitária mensal}$$

- Descontos simples: Pacioli faz uma analogia com os juros, quando ocorrem juros o capital aumenta, quando ocorre o desconto, o capital diminui.
- Juros compostos: para Pacioli, anualmente ou em uma data determinada deveriam ser adicionados os juros ao capital.
- Desconto composto: mesma metodologia adotada para o cálculo dos juros simples.

- Conta corrente de juros: Pacioli dividiu o ano, para uso comercial, em 360 dias, sendo os meses de 30 dias. A conta corrente de juros era representada pela diferença entre as contas de juros haver e dever.

Tratado VI – *Del modo a legare e consolare le monete* (da carta 182 a 186).

Nesse tratado, é abordada a necessidade da unificação da moeda. O objetivo de Pacioli era uma única base monetária para as transações comerciais.

Tratado VII – *De viaggiis* (da carta 186 a 188).

Aborda-se o tratamento dos ganhos ou perdas nas transações efetuadas pelos mercadores.

Tratado VIII – (não possui título) (da carta 188 a 192)

Expõe sobre as operações com dinheiro entre duas pessoas.

Tratado IX – (não possui título) (da carta 192 a 194)

Expõe sobre as operações com dinheiro entre duas pessoas.

Tratado X – *De straordinariis* (da carta 194 a 197).

Expõe sobre salários, preço de mercadorias e despesas e ganhos.

Tratado XI – *De computis et scripturis* (da carta 197 a 210).

Sob a ótica da Contabilidade, é o Tratado mais significativo. Ele aborda a sistematização de uma prática que já era adotada em toda a Europa. Ele é o divisor de águas entre a contabilidade antiga e a contabilidade moderna, era a consagração do Método das Partidas Dobradas, Método de Veneza, que influenciaria toda a contabilidade possibilitando uma melhor compreensão dos registros das transações comerciais.

Capítulo 1: apresenta os requisitos essenciais para qualquer pessoa que deseje montar um negócio, são eles:

- a) dinheiro ou propriedades;
- b) habilidades em cálculos mercantis; e
- c) conhecimento em Contabilidade.

Capítulo 2: definiu inventário.

Capítulo 3: apresentou um exemplo prático.

Capítulo 4: tratou de como seria o registro dos itens no inventário.

Capítulo 5: a forma de organização dos lançamentos contábeis.

Capítulo 6: trata do “*memoriale*”, livro que registrava as operações à medida em que as mesmas ocorriam. Os lançamentos feitos no “*memoriale*” seriam lançados no “*giornale*”, livro diário. Um fato interessante é que o capítulo apresenta procedimentos para marcar com o sinal da cruz os livros contábeis.

Capítulo 7: aborda a necessidade da autenticação oficial para os livros contábeis. A preocupação de Pacioli era com a possibilidade de fraude nos registros das transações comerciais.

Capítulo 8: demonstra o procedimento de como registrar no livro “*memoriale*”.

Capítulo 9: demonstra as formas usadas para pagamentos de compras efetuadas pelos comerciantes.

Capítulos 10, 11 e 12: apresenta os procedimentos para utilização do “*giornale*”. As partidas tinham apenas um devedor e um credor. Registrava-se o capital contra os valores ativos ou passivos que o constituíram.

Capítulos 13, 14, 15, e 16: trata dos procedimentos para lançamento no livro “*quaderno*”, livro razão.

Capítulo 17: trata dos registros de transações específicas. Essas transações eram com órgãos públicos, bancos, entre outras.

Capítulo 18: registros de transações feitas por corretores.

Capítulo 19: registros de transações efetuadas por ordens de pagamentos.

Capítulo 20: registros com operações de permuta.

Capítulo 21: registros de transações feitas em parceria.

Capítulo 22: registros das despesas e receitas. As despesas deveriam ser lançadas a débito e as receitas a crédito. O saldo final, devedor ou credor deveria ser transferido para a conta de capital.

Capítulo 23: contabilidade do negócio principal de uma entidade.

Capítulo 24: registros de depósitos bancários.

Capítulo 25: registro em contas extraordinárias.

Capítulo 26: registro de transação de negócios realizados em viagens.

Capítulo 27: proposta de mensurar o resultado financeiro da operação.

Capítulo 28: encerramento do saldo das contas do razão por folha. Na realidade, era a transferência do saldo para a folha seguinte.

Capítulo 29: caso não fosse efetuado o encerramento do livro razão no final do ano, esse capítulo apresenta o procedimento que deveria ser adotado para mudança de anos.

Capítulo 30: apresenta a formatação das contas quando for solicitada pelos clientes.

Capítulo 31: trata dos erros registrados nos livros contábeis.

Capítulo 32: demonstra a confrontação dos lançamentos efetuados no razão com os lançamentos efetuados no diário.

Capítulo 33: aborda o procedimento contábil para a abertura do livro razão.

Capítulo 34: abertura de contas no livro razão.

Capítulo 35: aborda o procedimento para guarda e arquivamento dos documentos.

Capítulo 36: revolucionou a forma de fazer contabilidade, demonstra, detalha e estabelece procedimentos para o registro contábil utilizando o método das partidas dobradas.

Tratado XII – *De tariffa* (da carta 211 a 224).

Aborda informações que facilitariam aos comerciantes desempenharem suas atividades. O Tratado apresenta as regras utilizadas em outros lugares, além das cidades italianas, foram pesquisadas Lisboa, Paris, Londres, Barcelona, Montpellier, Valência, Damasco e Constantinopla.

Anexo II - Reconhecimento legal da contabilidade Estado Americano

Estado	Ano
New York	1896
Pennsylvania	1889
Califórnia	1901
Illinois	1903
New Jersey	1904
Washington	1903
Flórida	1905
Michigan	1905
Rhodes Island	1906
Connecticut	1907
Colorado	1907
Utah	1907
Geórgia	1908
Ohio	1908
Lousiana	1908
Massachusetts	1909
Missouri	1909
Nebraska	1909
Montana	1909
Minnesota	1910
Virgínia	1910
West Virgínia	1911
Wyoming	1911
Vermont	1912
Maine	1913
North Carolina	1913
Delaware	1913
Tennessee	1913
Wisconsin	1913
North Dakota	1913
Nevada	1913
Oregon	1913
South Carolina	1915
Indiana	1915
Arkansas	1915
Lowa	1915
Kansas	1915
Texas	1915
Kentucky	1916
New Hampsire	1917
South Dakota	1917
Oklahoma	1917
Arizona	1917
Idaho	1917
Alabama	1919
Mississippi	1920
New México	1921
Dist. Of Columbia	1923
Alaska	1923
Hawaii	1923
Philippines	1923
Porto Rico	1927

Fonte: Ebrero & Lopez (1992, p.32).

Anexo III: Regulamentação S-X

Artigos	Regulamentação
Art. 1	<i>Âmbito de aplicação da Regulamentação S-X.</i> <i>“Rule 1-02” Definições dos diversos conceitos utilizados.</i>
Art. 2	<i>Certificação e Codificações contábeis</i>
Art. 3	<i>Regras de aplicação geral.</i> <i>“Rule 3-12” Contém o formato, contendo a terminologia a utilizar.</i>
Art. 4	<i>Regras relacionadas com as informações consolidadas</i> <i>“Rule 4-02” descreve as informações da matriz e suas filiais</i>
Art. 5	<i>Informações financeiras sobre as companhias comerciais e industriais.</i> <i>Companhias comerciais ou industriais em fase pré-operacional</i>
Art. 5A	
Art. 6	<i>Sociedade de investimento</i>
Art. 6A	<i>“Unit Investment Trust”</i>
Art. 6B	<i>Sociedade de investimento que emite certificado</i>
Art. 6C	<i>Compras de ações por empregados e outros planos semelhantes</i>
Art. 7	<i>Companhias de seguros, exceto os de vida</i>
Art. 7A	<i>Companhias de Seguro de Vida</i>
Art. 8	<i>Comitês que emitem certificados de depósitos</i>
Art 9	<i>Bancos e “holdings”</i>
Art. 10	<i>Pessoas físicas</i>
Art. 11	<i>Informações sobre capital dos acionistas</i>
Art. 11A	<i>Requisito para incluir informações sobre o fluxo e aplicação de fundos nos demonstrativos financeiros.</i>
Art. 12	<i>Informações complementares que serão apresentadas com as demonstrações financeiras.</i>

Fonte: . Ebrero & Lopez (1992. p. 219,218).

Anexo IV: Accounting Series Releases – ASR

Nº	Título	Ano
	Treatment of federal income and excess profits taxes and surtax on undistributed profits	1937
1	Company revaluation of assets; charging of losses	1937
2	Independence of accounting firm; ownership of registrant's stock	1937
3	Write-ups in consolidation of accounts; elimination of only portion of investment account	1937
4	Administrative policy on financial statements	1938
5	Treatment of dividends on a corporation's own capital stock held in sinking fund	1938
6	Treatment of excess of proceeds from sale of treasury stock over cost thereof	1938
7	Analysis of deficiencies commonly cited by Commission in connection with financial statements	1938
8	Creation of surplus by appraisal in balance sheets representing accounts of promotional companies	1938
9	Balance sheet presentation of senior classes of capital stock having preferences on involuntary liquidation in excess of the par or stated value	1938
10	Treatment of unamortized bond discount and expenses applicable to bonds which, prior maturity, have been retired out of proceeds of sale of capital stock	1938
11	Inclusion of foreign subsidiaries in consolidation with domestic corporations	1940
12	Adoption of Regulation S-X	1940
13	Form of accountant's certificates; registrant's book of account inadequate or not maintained	1940
14	Amendment of Regulation S-X	1940
15	Description of surplus accruing subsequent to the effective date of a quasi-reorganisation	1940
16	Disclosures in financial statements when deficits are charged to capital surplus	1940
17	Change from calendar-year basis to fiscal-year basis for financial statements	1940
18	Consolidation of financial statement of totally-held insurance company subsidiary with parent	1940
19	In the Matter of McKensson and Robbins Inc.	1940
20	Amendment of Regulation S-X	1940
21	Amendment of Regulation S-X	1941
22	Independence of accountants indemnified against losses arising from certification	1941
23	Manner in which federal income and excess profit taxes should be reflected in income statements	1941
24	Amendment of Regulation S-X	1941
25	Implications of term "quasi-reorganisation"	1941
26	Analysis of registrant's surplus account	1941
27	Nature of examination and certificate required where registered management investment companies retain custody of portfolio investments or place them in the custody of a member of a national securities exchange	1941
28	Findings and opinion of the Commission in Rule 2(e) proceedings involving accountant	1942
29	Amendment of Regulation S-X	1942
30	Announcement of liberalized policy regarding inventory of war materials	1942
31	Amendment of Regulation S-X	1942
32	Requirements as to disclosure of principle followed in including or excluding subsidiaries in consolidated statements	1942
33	Amendment of Regulation S-X	1942
34	Rescinds Form 15-K	1942
35	Surplus (arising out of indenture, treasury stock, etc)	1942
36	Interest on defaulted bonds	1942
37	Accountant's independence-will be judged in light of all the work done by the accountant for his client	1942
38	Post-war refund of excess profits taxes	1942
39	Revision in Uniform System of Accounts for public holding companies	1942
40	Revision in Regulation S-X	1942
41	Defines substantial compliance with Regulation S-X	1942
42	War reserves	1943

Anexo IV: Accounting Series Releases – ASR (continuação)

Nº	Título	Ano
43	Original cost in public utility statements	1943
44	Amendment Regulation S-X	1943
45	Treatment of premiums paid upon the redemption of preferred stock	1943
46	Amendment of Regulation S-X	
47	Independence of certifying accountants: Compilation of representative examples of cases in which an accountant was considered not to be independent with respect to a particular company	1944
48	Findings and opinion of Commission in Rule 2(e) proceedings involving accountant	1944
49	Amendment of Regulation S-X	1944
50	Opinion re: Propriety of writing down goodwill by means of charges to capital surplus	1945
51	Rule 2(e) proceedings involving accountant	1945
52	Presentation in financial statements of federal income tax excess profits taxes in cases where a company for which individual statements are filed pay its tax as a member of consolidated group of companies	1945
53	Opinion regarding “Charges in Lieu of Income Tax” and “Provision for income Taxes” in the Income Statement	1945
54	Amendment of Regulation S-X	1946
55	Announcement of public conference to consider proposed revision of Regulation S-X	1946
56	Outlines of certain procedures which may be followed by management investment companies in allocating past dividends so as to arrive at (1) the balance of undistributed net income (excluding gain or loss on investments); and (2) accumulated net realized gain or loss on investments	1946
57	General revision of requirements as to form and content of financial statements	1946
57A	Filed by management investment companies other than those which are issuers of periodic payment plan certificates	1946
58	Amendment of Regulation S-X	1946
59	Findings and opinion of the Commission in Rule 2(e) proceedings involving accountants.	1947
60	Amendment of Regulation S-X	1947
61	Note of proposal to issue a release (and text of proposed release) regarding the use of public accountant’s names in connection with summary earning table	1947
62	Certification of earning summaries	1947
63	Proposal to amend rules	1947
64	Drayer-Hanson case; overstatement of inventory	1948
65	Proposal to amend Regulation S-X	1948
66	Amendment of Regulation S-X	1948
67	Rule 2(e) proceedings involving accountants	1949
68	Rule 2(e) proceedings involving accountants	1949
69	Proposal to amend Regulation S-X	1950
70	Amendment of Regulation S-X	1950
71	Amendment of Regulation S-X	1950
72	Revision of Form U5S	1951
73	Rule 2(e) proceedings involving accountants	1952
74	Amendment of Regulation S-X	1953
75	Amendment of Regulation S-X	1953
76	Amendment of Regulation S-X	1953
77	Rule 2(e) proceedings in case of unnamed auditor	1954
78	Findings and opinion of the Commission in Rule 2(e) proceedings involving accountants	1957
79	Amendment of Rule 2-01 of Regulation S-X	1958
80	Amendment of Regulation S-X	1958
81	Independence of certifying accountants; compilation of representative administrative rulings in representative cases involving independence of accountants	1958
82	Findings and opinion of the Commission in Rule 2(e) proceedings involving accountants	1959

Anexo IV: Accounting Series Releases – ASR (continuação)

Nº	Título	Ano
83	Amendment of minimum audit requirements prescribed in Form X-17A -5	1959
84	Revision of Uniform System of Accounts for public utility holding companies under the Public Utility Holding Company Act of 1935 governing the preservation and destruction of books and records of registered holding companies	1959
85	Balance sheet treatment of credit equivalent to reduction in income taxes	1960
86	Sames	1960
87	Commission order readmitting accountant to practice before the Commission	1961
88	Findings and opinion of the Commission in Rule 2(e) proceedings involving na accountant	1961
89	Revision of Articles 7 and 12 of Regulation S-X relating to insurance companies other than life and title insurance companies	1961
90	Certification of income statement in “first time” audits	1962
91	Findings and opinion of the Commission in Rule 2(e) proceedings involving an accountant	1962
92	Findings and opinion of the Commission in Rule 2(e) proceedings involving an accountant	1962
93	Amendment of Regulation S-X by addition of Article 6C relating to employee stock purchase, saving, and similar plans	1962
94	Commission order discontinuing Rule 2(e) proceedings against na accounting	1962
95	Accounting for real estate transactions (including sales and leasebacks) where circumstances indicate that profits were not earned at the time the trasactions were recorded	1962
96	Accounting for the “Investment Credit” provided in the Revenue Act of 1962	1963
97	Findings and opinion of the Commission in Rule 2(e) proceedings involving an accountant	1963
98	Maintenance of records of transactions by brokers and dealers acting as underwriters of shares of investment companies	1963
99	Rule 2(e) proceedings involving accountants dismissed due to lack of quorum of commissioners qualified to act in matter	1964
100	Amendment of Regulation S-X by addition of Article 7A relating to kife insurance companies	1964
101	SEC order reinstating the privilege of appearing and practicing before the Commission	1965
102	Balance sheet classification of deferred income taxes arising from instalment sales	1965
103	The nature of the examination and certificate required by paragraph (a) (5) of Rule 206 (4)-2 under the Investment Advisers Act of 1940	1966
104	Discontinuance of proceedings with respect to accountant who may not have adhered to auditing standards, based on his resignation and agreement not to practice before the Commission	1966
105	Rule 2(e) proceedings with respect to na accountant terminated following the accountant’s withdrawal from practice and agreement not to practice before the Commission, the report, however, of the staff investigation being released by the Commission	1966
106	Revision of Uniform System of Accounts for mutual Service Companies and Subsidiary Companies	1966
107	Staff interpretation of and guide to computations under “net capital” Rule 15c3-1 under the 1934 Act	1967
108	Discontinuance of proceedings with respect to na accountant who may not have adhered to generally accepted auditing standards and the SEC’s minimum audit requirements, based on his resignation and agreement not to practice before the Commission	1967
109	Similar to ASR N° 108	1967
110	Similar to ASR N° 108	1968
111	Minor amendment to Regulation S-X regarding applicability thereof	1968
112	Independence of accountants who examine a non-material segment of na interinational business	1968

Anexo IV: Accounting Series Releases – ASR (continuação)

Nº	Título	Ano
113	Problems of investment company ownership of restricted securities including disclosure problems	1969
114	Amendment of Regulation S-X with respect to provision for Federal income taxes by registered investment companies	1969
115	Certification of financial statements where there is a question as to the appropriateness of the “going concern” concept	1970
116	Extends the rationale of ASR 113 to documents other than prospectuses	1970
117	Adoption of Articles 11A amending Regulation S-X relating to content of statement of source and application of funds	1970
118	Accounting for investment securities by registered investment companies	1970
119	Interpretation with respect the computation of the ratio of earnings to fixed charges	1971
120	Announcement of revision of Form N-1R (annual report under Investment Company Act) and the report of independent public accountants with respect to certain items in the form	1971
121	Revision of exemption from certification of financial statements of banks filed under 1933 and 1934 Acts	1971
122	Inclusion of unconsolidated subsidiaries and certain other persons in computation of ratio of earnings to fixed charges	1971
123	Establishment of standing audit committees composed of outside directors	1972
124	Pro rata distributions of stock to shareholders	1972
125	Adoption of amendments to Regulation S-X	1972
126	Guides to interpretations of accountant’s independence	1972

Fonte: Organismo contables americanos emissores de normas. Ebrero & Lopez (1992. p. 227-238)¹⁷.

¹⁷ Dado o grande número de ASRs, os autores não apresentaram todos, informando que a relação completa pode ser encontrada em publicação feita pela SEC intitulada “*Coodification of Financial Reporting Policies*”.

Anexo V: Financial Reporting Releases (FRRs)

N°	Título
1	<i>Codification of Financial Reporting Policies</i>
2	<i>Instructions for the Presentation and Preparation of Pro Forma Financial Information and Requirements for Financial Statements of Business Acquired or to be Acquired</i>
4	<i>Public Availability of Correspondence About Accountants' Independence</i>
5	<i>Accountants' Liability for Reports on Unaudited Supplementary Financial Information</i>
6	<i>Interpretative Release About Disclosure Considerations Relating to Foreign Operations and Foreign Currency Translation Effects</i>
7	<i>Adoption of Foreign Issues Integrated Disclosure System</i>
8	<i>Financial Statement Requirements for Registered Investment Companies</i>
9	<i>Supplemental Disclosure of Oil and Gas Producing Activities</i>
10	<i>Qualification and Reports of Accountants; Amendment of Rules Regarding Accountants Independence</i>
11	<i>Revision of Financial Statement Requirements and Industry Guide Disclosure for Bank Holding Companies</i>
12	<i>Accounting for Cost of Internally Developing Computer Software for Sale or Lease to Others</i>
13	<i>Revision of Industry Guide Disclosure for Bank Holding Companies</i>
14	<i>Oil and Gas Producers-Full Cost Accounting Practices; Amendment of Rules</i>
15	<i>Interpretative Release Relating to Accounting for Extinguishment of Debt</i>
16	<i>Rescission of Interpretation Relating to Certification of Financial Statements</i>
17	<i>Oil and Gas Producers-Full Cost Accounting Practices</i>
18	<i>Business Combination Transactions-Adoption of Registration Form</i>
19	<i>Business Combination Transactions-Adoption of Registration Form-Foreign Registrants</i>
20	<i>Rules and Guide for Disclosure Concerning Reserves for Unpaid Claims and Claim Adjustment Expenses of Property-Casualty Underwriters</i>
21	<i>Technical Amendments to Rules and Forms</i>
22	<i>Technical Amendments to Rules and Forms</i>
23	<i>The Significance of Oral Guarantee to the Financial Reporting Process</i>
24	<i>Disclosure Amendments to Regulation S-X Regarding Repurchase and Reverse Repurchase Agreements</i>
25	<i>Technical Amendments to Rule</i>
26	<i>Interpretative Release About Disclosure of the Effects of the Tax Reform Act 1986</i>
27	<i>Amendments to Industry Guide Disclosure by Bank Holding Companies</i>
28	<i>Accounting for Loan Losses by Registrants Engaged in Lending Activities</i>
29	<i>Accounting for Distribution Expenses</i>
30	<i>Disclosure of the Effects of Inflation and Other Changes in Prices</i>
31	<i>Disclosure Requirements Concerning Changes in Accountants</i>
32	<i>Disclosure by the Commission regarding Disclosure Obligations of Companies Affected by the Government's Defense Contract Procurement Inquiry and Related Issues</i>

Fonte: Ebrero & Lopez (1992 p. 240-241)

Anexo VI: Accounting Research Bulletins – ARB

Nº	Ano	Título
1	1939	<i>General Introduction and Rules Formerly Adopted</i>
2	1939	<i>Unamortized Discount and Redemption Premium on Bonds Refunded</i>
3	1939	<i>Quasi-Reorganization of Corporate Readjustment – Amplification of Institute Rule n° 2 of 1934</i>
4	1939	<i>Foreign Operations and Foreign Exchange</i>
5	1940	<i>Depreciation on Appreciation</i>
6	1940	<i>Comparative Statements</i>
7	1940	<i>Reports of Committee on Terminology</i>
8	1941	<i>Combined Statement of Income and Earned Surplus</i>
9	1941	<i>Reports of Committee on Terminology</i>
10	1941	<i>Real and Personal Property Taxes</i>
11	1941	<i>Corporate Accounting for Ordinary Stock Dividends</i>
12	1941	<i>Reports of Committee on Terminology</i>
13	1942	<i>Accounting for Special Reserves Arising Out of the War</i>
14	1942	<i>Accounting for United States Treasury Tax Notes</i>
15	1942	<i>The Renegotiation of War Contracts</i>
16	1942	<i>Report of Committee on Terminology</i>
17	1942	<i>Post-War Refund of Excess-Profits Tax</i>
18	1942	<i>Unamortized Discount and Redemption Premium in Bonds Refunded (Supplement)</i>
19	1942	<i>Accounting Under Cost-Plus-Fixed-Fee Contracts</i>
20	1943	<i>Reports of Committee on Terminology</i>
21	1943	<i>Renegotiation of War Contracts (Supplement)</i>
22	1944	<i>Reports of Committee on Terminology</i>
23	1944	<i>Accounting for Income Taxes</i>
24	1944	<i>Accounting for Intangible Assets</i>
25	1945	<i>Accounting Terminated War Contracts</i>
26	1946	<i>Accounting for Use of Special War Reserves</i>
27	1946	<i>Emergency Facilities</i>
28	1947	<i>Accounting Treatment of General Purpose Contingency Reserves</i>
29	1947	<i>Inventory Pricing</i>
30	1947	<i>Current Assets and Current Liabilities – Working Capital</i>
31	1947	<i>Inventory Reserves</i>
32	1947	<i>Income and Earned Surplus</i>
33	1947	<i>Depreciation and High Costs</i>
34	1948	<i>Recommendation of Committee on Terminology – Use of Term “Reserve”</i>
35	1948	<i>Presentation of Income and Earned Surplus</i>
36	1948	<i>Pension Plans – Accounting for Annuity Costs Based on Past Services</i>
37	1948	<i>Accounting for Compensation in the Form of Stock Options</i>
38	1949	<i>Disclosure of Long-Term Leases in Financial Statements of Lessees</i>
39	1949	<i>Recommendations of Subcommittee on Terminology – Discontinuance of the Use of the Term “Surplus”</i>
40	1950	<i>Business Combinations</i>
41	1951	<i>Presentation of Income and Earned Surplus (Supplement to Bulletin n°35)</i>
13	1951	<i>Limitation of Scope of Special War Reserves (Addendum)</i>
26	1951	<i>Limitation of Scope of Special War Reserves (Addendum)</i>
42	1952	<i>Emergency Facilities – Depreciation, Amortization, and Income Taxes</i>
11	1952	<i>Accounting for Stock dividends and Stock Split-Ups (Revised)</i>
37	1953	<i>Accounting for Compensation Involved in Stock Option and Stock Purchase Plans (Revised)</i>
43	1953	<i>Restatement and Revision of Accounting Research Bulletins</i>
44	1954	<i>Declining-balance Depreciation</i>
45	1955	<i>Long-term Construction-type Contracts</i>

Anexo VI: Accounting Research Bulletins – ARB (Continuação)

Nº	Ano	Título
46	1956	<i>Discontinuance of Dating Earned Surplus</i>
47	1956	<i>Accounting for Costs of Pension Plans</i>
48	1975	<i>Business Combinations</i>
49	1958	<i>Earning per Share</i>
50	1958	<i>Contingencies</i>
44	1959	<i>Declining-balance Depreciation (Revised)</i>
51	1959	<i>Consolidated Financial Statements</i>

Fonte: Schmidt (1996, p.180-182)

Anexo VII: Accounting Terminology Bulletins -ATB

Nº	Ano	Título
		<i>Review and Résumé</i>
		<i>Proceeds, Revenue, Income, Profit, and Earnings</i>
		<i>Book Value</i>
		<i>Cost, Expense, and Loss</i>

Fonte: Schmidt (1996, p.182)

Anexo VIII: APB Opinions

Nº	Ano	Título
1	1962	New Depreciation Guidelines and Rules
2	1962	Accounting for the Investment Credit
3	1963	The Statement of Source and Application of Funds
4	1964	Accounting for the Investment Credit
5	1964	Financial Reporting of Leases in Financial Statement of Lessee
6	1965	Status of Accounting Research Bulletins
7	1966	Accounting for Leases in Financial Statements of Lessors
8	1966	Accounting for Cost of Pension Plans
9	1966	Reporting the Results of Operations
10	1966	Omnibus Opinion – 1966
11	1967	Accounting for Income Taxes
12	1967	Omnibus Opinion – 1967
13	1969	Amending Paragraph 6 of APB Opinion Nº 9, Application to Commercial Banks
14	1969	Accounting for Convertible Debt and Issued with Stock Purchase Warrants
15	1969	Earning per Share
16	1970	Business Combinations
17	1970	Intangible Assets
18	1971	The Equity Method of Accounting for Investments in Common Stock
19	1971	Reporting Changes in Financial Position
20	1971	Accounting Changes
21	1971	Interest on Receivables and Payables
22	1972	Disclosure of Accounting Policies
23	1972	Accounting for Income Taxes – Special Areas
24	1972	Accounting for Income Taxes – Investments in Common Stock Accounted for by the Equity Method
25	1972	Accounting for Stock Issued to Employees
26	1972	Early Extinguishments of Debt
27	1972	Accounting for Lease Transactions by Manufacturer or Dealer Lessors
28	1973	Interim Financial Reporting
29	1973	Accounting for Nonmonetary Transactions
30	1973	Reporting the Results of Operations
31	1973	Disclosure of Lease Commitments by Lessees

Fonte: Schmidt (1996, p.184-185)

Anexo IX: APB Statements

<i>Nº</i>	<i>Ano</i>	<i>Título</i>
1	1962	<i>Sem título. Representou uma reação da comunidade contábil aos ARSs nos. 1 e 3</i>
2	1967	<i>Disclosure of Supplemental Financial Information by Diversified Companies</i>
3	1969	<i>Financial Statements Restated for General Price-Level Changes</i>
4	1970	<i>Basic Concepts and Accounting Principles Underlying Financial Statements of Business Enterprises</i>

Fonte: Schmidt (1996, p.187)

Anexo X: Accounting Research Studies - ARS

N°	Ano	Autor	Título
1	1961	Maurice Moonitz	The Basic Postulates of Accounting
2	1961	Perry Mason	Cash Flow Analysis and The Funds Statement
3	1962	Robert T. Sprouse Maurice Moonitz	A Tentative Set of Broad Accounting Principles for Business Enterprises
4	1962	John H. Myers	Reporting of Leases in Financial Statements
5	1963	Arthur R. Wyatt	A Critical Study of Accounting for Business Combinations
6	1963	Staff of Accounting Research Division of the CPA	Reporting the Financial Effects Price-Level Changes
7	1965	Paul Grady	Inventory of Generally Accepted Accounting Principles for Business Enterprises
8	1965	Ernest L. Hicks	Accounting for the Cost of Pension Plans
9	1966	Homer A. Black	Interperiod Allocation of Corporate Income Taxes
10	1968	George R. Catlett Norman O. Olson	Accounting for Goodwill
11	1969	Robert E. Field	Financial Reporting in the Extraction Industries
12	1972	Leonard Lorensen	Reporting Foreign Operations of U.S. Companies in U.S. Dollars
13	1973	Horace G. Barden	The Accounting Basis of Inventories
14	1973	Oscar S. Gellein	Accounting for Research and Development Expenditures
15	1973	Beatrice Melcher	Stockholder' Equity

Fonte: Schmidt (1996, p.184-185)

Anexo XI: Posição do FASB diante dos pronunciamentos do APB

Nº	Ano	Pronunciamento Original	Alterações promovidas pelo FASB
1	1962	New Depreciation Guidelines and Rules	Substituído pelo FAS-96 e 109
2	1962	Accounting for the Investment Credit	Partes modificadas e substituídas pelo APB 4 e posteriormente substituído pelos FAS 71 e 109.
3	1963	The Statement of Source and Application of Funds	Substituído pelo APB 19.
4	1964	Accounting for the Investment Credit	
5	1964	Financial Reporting of Leases in Financial Statement of Lessee	Substituído pelo FAS 13.
6	1965	Status of Accounting Research Bulletins	Partes modificadas ou substituídas pelo APB 11, 16, 17, 26, 28, FAS 8, 52, 71, 96, 109 e 111.
7	1966	Accounting for Leases in Financial Statements of Lessors	Substituído pelo FAS 13.
8	1966	Accounting for Cost of Pension Plans	Substituído pelo FAS 87
9	1966	Reporting the Results of Operations	Partes modificadas ou substituídas pelo APB 13, 15, 20, 30, FAS 16 e 111
10	1966	Omnibus Opinion – 1966	Partes modificadas ou substituídas pelo APB 12, 14, 16, 18, FAS 111 e 129.
11	1967	Accounting for Income Taxes	Substituído pelo FAS 96 e FAS 109.
12	1967	Omnibus Opinion – 1967	Partes modificadas ou substituídas pelo APB-14, FAS 87, 106 e 111.
13	1969	Amending Paragraph 6 of APB Opinion N° 9, Application to Commercial Banks	
14	1969	Accounting for Convertible Debt and Issued with Stock Purchase Warrants	
15	1969	Earning per Share	Substituído pelo FAS 128
16	1970	Business Combinations	Partes modificadas ou substituídas pelo FAS 10, 38, 71, 79, 87, 96, 106, 109 e 121
17	1970	Intangible Assets	Partes modificadas ou substituídas pelo APB 30, FAS 71, 72, 96, 109 e 121
18	1971	The Equity Method of Accounting for Investments in Common Stock	Partes modificadas ou substituídas pelo FAS-13, 23, 30, 58, 94, 115, 121 e 128
19	1971	Reporting Changes in Financial Position	Substituído pelo FAS 95
20	1971	Accounting Changes	Partes modificadas ou substituídas pelo FAS 16, 32, 58, 71, 73, 95, 111 e 128.
21	1971	Interest on Receivables and Payables	Partes modificadas ou substituídas pelo FAS-23, 96 e 109.
22	1972	Disclosure of Accounting Policies	Partes modificadas pelo FAS 2, 8, 52, 95 e 111
23	1972	Accounting for Income Taxes – Special Areas	Partes modificadas ou substituídas pelo FAS 9, 60, 71, 96 e 109
24	1972	Accounting for Income Taxes – Investments in Common Stock Accounted for by the Equity Method	Substituído pelo FAS 96 e 109
25	1972	Accounting for Stock Issued to Employees	Partes modificadas ou substituídas pelo FAS 96, 109 e 123
26	1972	Early Extinguishments of Debt	Partes modificadas ou substituídas pelo APB 30, FAS 4, 13, 15, 71, 76, 84 e 125.
27	1972	Accounting for Lease Transactions by Manufacturer or Dealer Lessors	Substituído pelo FAS 13
28	1973	Interim Financial Reporting	Partes modificadas ou substituídas pelo FAS 3, 95, 96, 109 e 128
29	1973	Accounting for Nonmonetary Transactions	Partes modificadas ou substituídas pelo FAS 71, 96, 109 e 123.
30	1973	Reporting the Results of Operations	Partes modificadas ou substituídas pelo FAS 4, 16, 60, 83, 96, 97, 101, 109 e 128
31	1973	Disclosure of Lease Commitments by Lessees	Substituído pelo FAS 13

Fonte: 1998-1999 - Guia Miller de PCGA Williams. (1999, p. xxxvii).

Anexo XII: FASB Statements of Financial Accounting Standards - SFAS

Nº	Ano	Título
1	1973	<i>Disclosure of Foreign Currency Translation Information</i>
2	1974	<i>Accounting for Research and Development Costs</i>
3	1974	<i>Reporting Accounting Changes in Interim Financial Statements--an amendment of APB Opinion No. 28</i>
4	1975	<i>Reporting Gains and Losses from Extinguishment of Debt--an amendment of APB Opinion No. 30</i>
5	1975	<i>Accounting for Contingencies</i>
6	1975	<i>Classification of Short-Term Obligations Expected to Be Refinanced--an amendment of ARB No. 43, Chapter 3A</i>
7	1975	<i>Accounting and Reporting by Development Stage Enterprises</i>
8	1975	<i>Accounting for the Translation of Foreign Currency Transactions and Foreign Currency Financial Statements</i>
9	1975	<i>Accounting for Income Taxes: Oil and Gas Producing Companies--an amendment of APB Opinions No. 11 and 23</i>
10	1975	<i>Extension of "Grandfather" Provisions for Business Combinations--an amendment of APB Opinion No. 16</i>
11	1975	<i>Accounting for Contingencies: Transition Method--an amendment of FASB Statement No. 5</i>
12	1975	<i>Accounting for Certain Marketable Securities</i>
13	1976	<i>Accounting for Leases</i>
14	1976	<i>Financial Reporting for Segments of a Business Enterprise</i>
15	1977	<i>Accounting by Debtors and Creditors for Troubled Debt Restructurings</i>
16	1977	<i>Prior Period Adjustments</i>
17	1977	<i>Accounting for Leases: Initial Direct Costs--an amendment of FASB Statement No. 13</i>
18	1977	<i>Financial Reporting for Segments of a Business Enterprise: Interim Financial Statements--an amendment of FASB Statement No. 14</i>
19	1977	<i>Financial Accounting and Reporting by Oil and Gas Producing Companies</i>
20	1977	<i>Accounting for Forward Exchange Contracts--an amendment of FASB Statement No. 8</i>
21	1978	<i>Suspension of the Reporting of Earnings per Share and Segment Information by Nonpublic Enterprises--an amendment of APB Opinion No. 15 and FASB Statement No. 14</i>
22	1978	<i>Changes in the Provisions of Lease Agreements Resulting from Refundings of Tax-Exempt Debt--an amendment of FASB Statement No. 13</i>
23	1978	<i>Inception of the Lease--an amendment of FASB Statement No. 13</i>
24	1978	<i>Reporting Segment Information in Financial Statements That Are Presented in Another Enterprise's Financial Report--an amendment of FASB Statement No. 14</i>
25	1979	<i>Suspension of Certain Accounting Requirements for Oil and Gas Producing Companies--an amendment of FASB Statement No. 19</i>
26	1979	<i>Profit Recognition on Sales-Type Leases of Real Estate--an amendment of FASB Statement No. 13</i>
27	1979	<i>Classification of Renewals or Extensions of Existing Sales-Type or Direct Financing Leases--an amendment of FASB Statement No. 13</i>
28	1979	<i>Accounting for Sales with Leasebacks--an amendment of FASB Statement No. 13</i>
29	1979	<i>Determining Contingent Rentals--an amendment of FASB Statement No. 13</i>
30	1979	<i>Disclosure of Information about Major Customers--an amendment of FASB Statement No. 14</i>
31	1979	<i>Accounting for Tax Benefits Related to U.K. Tax Legislation Concerning Stock Relief</i>
32	1979	<i>Specialized Accounting and Reporting Principles and Practices in AICPA Statements of Position and Guides on Accounting and Auditing Matters--an amendment of APB Opinion No. 20</i>
33	1979	<i>Financial Reporting and Changing Prices</i>
34	1979	<i>Capitalization of Interest Cost</i>
35	1980	<i>Accounting and Reporting by Defined Benefit Pension Plans</i>
36	1980	<i>Disclosure of Pension Information--an amendment of APB Opinion No. 8</i>
37	1980	<i>Balance Sheet Classification of Deferred Income Taxes--an amendment of APB Opinion No. 11</i>

Anexo XII: FASB Statements of Financial Accounting Standards - SFAS (continuação)

Nº	Ano	Título
38	1980	<i>Accounting for Preacquisition Contingencies of Purchased Enterprises--an amendment of APB Opinion No. 16</i>
39	1980	<i>Financial Reporting and Changing Prices: Specialized Assets-Mining and Oil and Gas--a supplement to FASB Statement No. 33</i>
40	1980	<i>Financial Reporting and Changing Prices: Specialized Assets-Timberlands and Growing Timber--a supplement to FASB Statement No. 33</i>
41	1980	<i>Financial Reporting and Changing Prices: Specialized Assets-Income-Producing Real Estate--a supplement to FASB Statement No. 33</i>
42	1980	<i>Determining Materiality for Capitalization of Interest Cost--an amendment of FASB Statement No. 34</i>
43	1980	<i>Accounting for Compensated Absences</i>
44	1980	<i>Accounting for Intangible Assets of Motor Carriers--an amendment of Chapter 5 of ARB No. 43 and an interpretation of APB Opinions 17 and 30</i>
45	1981	<i>Accounting for Franchise Fee Revenue</i>
46	1981	<i>Financial Reporting and Changing Prices: Motion Picture Films</i>
47	1981	<i>Disclosure of Long-Term Obligations</i>
48	1981	<i>Revenue Recognition When Right of Return Exists</i>
49	1981	<i>Accounting for Product Financing Arrangements</i>
50	1981	<i>Financial Reporting in the Record and Music Industry</i>
51	1981	<i>Financial Reporting by Cable Television Companies</i>
52	1981	<i>Foreign Currency Translation</i>
53	1981	<i>Financial Reporting by Producers and Distributors of Motion Picture Films</i>
54	1982	<i>Financial Reporting and Changing Prices: Investment Companies--an amendment of FASB Statement No. 33</i>
55	1982	<i>Determining whether a Convertible Security is a Common Stock Equivalent--an amendment of APB Opinion No. 15</i>
55	1982	<i>Determining whether a Convertible Security is a Common Stock Equivalent--an amendment of APB Opinion No. 15</i>
56	1982	<i>Designation of AICPA Guide and Statement of Position (SOP) 81-1 on Contractor Accounting and SOP 81-2 concerning Hospital-Related Organizations as Preferable for Purposes of Applying APB Opinion 20--an amendment of FASB Statement No. 32</i>
57	1982	<i>Related Party Disclosures</i>
58	1982	<i>Capitalization of Interest Cost in Financial Statements That Include Investments Accounted for by the Equity Method--an amendment of FASB Statement No. 34</i>
59	1982	<i>Deferral of the Effective Date of Certain Accounting Requirements for Pension Plans of State and Local Governmental Units--an amendment of FASB Statement No. 35</i>
60	1982	<i>Accounting and Reporting by Insurance Enterprises</i>
61	1982	<i>Accounting for Title Plant</i>
62	1982	<i>Capitalization of Interest Cost in Situations Involving Certain Tax-Exempt Borrowings and Certain Gifts and Grants--an amendment of FASB Statement No. 34</i>
63	1982	<i>Financial Reporting by Broadcasters</i>
64	1982	<i>Extinguishments of Debt Made to Satisfy Sinking-Fund Requirements--an amendment of FASB Statement No. 4</i>
65	1982	<i>Accounting for Certain Mortgage Banking Activities</i>
66	1982	<i>Accounting for Sales of Real Estate</i>
67	1982	<i>Accounting for Costs and Initial Rental Operations of Real Estate Projects</i>
68	1982	<i>Research and Development Arrangements</i>
69	1982	<i>Disclosures about Oil and Gas Producing Activities--an amendment of FASB Statements 19, 25, 33, and 39</i>
70	1982	<i>Financial Reporting and Changing Prices: Foreign Currency Translation--an amendment of FASB Statement No. 33</i>
71	1982	<i>Accounting for the Effects of Certain Types of Regulation</i>
72	1983	<i>Accounting for Certain Acquisitions of Banking or Thrift Institutions--an amendment of APB Opinion No. 17, an interpretation of APB Opinions 16 and 17, and an amendment of FASB Interpretation No. 9</i>

Anexo XII: FASB Statements of Financial Accounting Standards - SFAS (continuação)

Nº	Ano	Título
73	1983	<i>Reporting a Change in Accounting for Railroad Track Structures--an amendment of APB Opinion No. 20</i>
74	1983	<i>Accounting for Special Termination Benefits Paid to Employees</i>
75	1983	<i>Deferral of the Effective Date of Certain Accounting Requirements for Pension Plans of State and Local Governmental Units--an amendment of FASB Statement No. 35</i>
76	1983	<i>Extinguishment of Debt--an amendment of APB Opinion No. 26</i>
77	1983	<i>Reporting by Transferors for Transfers of Receivables with Recourse</i>
78	1983	<i>Classification of Obligations That Are Callable by the Creditor--an amendment of ARB No. 43, Chapter 3^A</i>
79	1984	<i>Elimination of Certain Disclosures for Business Combinations by Nonpublic Enterprises--an amendment of APB Opinion No. 16</i>
80	1984	<i>Accounting for Futures Contracts</i>
81	1984	<i>Disclosure of Postretirement Health Care and Life Insurance Benefits</i>
82	1984	<i>Financial Reporting and Changing Prices: Elimination of Certain Disclosures--an amendment of FASB Statement No. 33</i>
83	1985	<i>Designation of AICPA Guides and Statement of Position on Accounting by Brokers and Dealers in Securities, by Employee Benefit Plans, and by Banks as Preferable for Purposes of Applying APB Opinion 20--an amendment FASB Statement No. 32 and APB Opinion No. 30 and a rescission of FASB Interpretation No. 10</i>
84	1985	<i>Induced Conversions of Convertible Debt--an amendment of APB Opinion No. 26</i>
85	1985	<i>Yield Test for Determining whether a Convertible Security is a Common Stock Equivalent--an amendment of APB Opinion</i>
86	1985	<i>Accounting for the Costs of Computer Software to Be Sold, Leased, or Otherwise Marketed</i>
87	1985	<i>Employers' Accounting for Pensions</i>
88	1985	<i>Employers' Accounting for Settlements and Curtailments of Defined Benefit Pension Plans and for Termination Benefits</i>
89	1986	<i>Financial Reporting and Changing Prices</i>
90	1986	<i>Regulated Enterprises--Accounting for Abandonments and Disallowances of Plant Costs--an amendment of FASB Statement No. 71</i>
91	1986	<i>Accounting for Nonrefundable Fees and Costs Associated with Originating or Acquiring Loans and Initial Direct Costs of Leases--an amendment of FASB Statements No. 13, 60, and 65 and a rescission of FASB Statement No. 17</i>
92	1987	<i>Regulated Enterprises--Accounting for Phase-in Plans--an amendment of FASB Statement No. 71</i>
93	1987	<i>Recognition of Depreciation by Not-for-Profit Organizations</i>
94	1987	<i>Consolidation of All Majority-owned Subsidiaries--an amendment of ARB No. 51, with related amendments of APB Opinion No. 18 and ARB No. 43, Chapter 12</i>
95	1987	<i>Statement of Cash Flows</i>
96	1987	<i>Accounting for Income Taxes</i>
97	1987	<i>Accounting and Reporting by Insurance Enterprises for Certain Long-Duration Contracts and for Realized Gains and Losses from the Sale of Investments</i>
98	1988	<i>Accounting for Leases: Sale-Leaseback Transactions Involving Real Estate, Sales-Type Leases of Real Estate, Definition of the Lease Term, and Initial Direct Costs of Direct Financing Leases--an amendment of FASB Statements No. 13, 66, and 91 and a rescission of FASB Statement No. 26 and Technical Bulletin No. 79-11</i>
99	1988	<i>Deferral of the Effective Date of Recognition of Depreciation by Not-for-Profit Organizations--an amendment of FASB Statement No. 93</i>
100	1988	<i>Accounting for Income Taxes--Deferral of the Effective Date of FASB Statement No. 96--an amendment of FASB Statement</i>
101	1988	<i>Regulated Enterprises--Accounting for the Discontinuation of Application of FASB Statement No. 71</i>
102	1989	<i>Statement of Cash Flows--Exemption of Certain Enterprises and Classification of Cash Flows from Certain Securities Acquired for Resale--an amendment of FASB Statement No. 95</i>

Anexo XII: FASB Statements of Financial Accounting Standards - SFAS (continuação)

Nº	Ano	Título
103	1989	<i>Accounting for Income Taxes-Deferral of the Effective Date of FASB Statement No. 96— an amendment of FASB Statement</i>
104	1989	<i>Statement of Cash Flows-Net Reporting of Certain Cash Receipts and Cash Payments and Classification of Cash Flows from Hedging Transactions--an amendment of FASB Statement No. 95</i>
105	1990	<i>Disclosure of Information about Financial Instruments with Off-Balance-Sheet Risk and Financial Instruments with Concentrations of Credit Risk</i>
106	1990	<i>Employers' Accounting for Postretirement Benefits Other Than Pensions</i>
107	1991	<i>Disclosures about Fair Value of Financial Instruments</i>
108	1994	<i>Accounting for Income Taxes-Deferral of the Effective Date of FASB Statement No. 96— an amendment of FASB Statement No. 96</i>
109	1992	<i>Accounting for Income Taxes</i>
110	1992	<i>Reporting by Defined Benefit Pension Plans of Investment Contracts--an amendment of FASB Statement No. 35</i>
111	1992	<i>Rescission of FASB Statement No. 32 and Technical Corrections</i>
112	1992	<i>Employers' Accounting for Postemployment Benefits--an amendment of FASB Statements No. 5 and 43</i>
113	1992	<i>Accounting and Reporting for Reinsurance of Short-Duration and Long-Duration Contracts</i>
114	1993	<i>Accounting by Creditors for Impairment of a Loan--an amendment of FASB Statements No. 5 and 15</i>
115	1993	<i>Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities</i>
116	1993	<i>Accounting for Contributions Received and Contributions Made</i>
117	1993	<i>Financial Statements of Not-for-Profit Organizations</i>
118	1994	<i>Accounting by Creditors for Impairment of a Loan-Income Recognition and Disclosures-- an amendment of FASB Statement No. 114</i>
119	1994	<i>Disclosure about Derivative Financial Instruments and Fair Value of Financial Instruments</i>
120	1995	<i>Accounting and Reporting by Mutual Life Insurance Enterprises and by Insurance Enterprises for Certain Long-Duration Participating Contracts--an amendment of FASB Statements 60, 97, and 113 and Interpretation No. 40</i>
121	1995	<i>Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets and for Long-Lived Assets to Be Disposed Of</i>
122	1995	<i>Accounting for Mortgage Servicing Rights--an amendment of FASB Statement No. 65</i>
123	1995	<i>Accounting for Stock-Based Compensation</i>
124	1995	<i>Accounting for Certain Investments Held by Not-for-Profit Organizations</i>
125	1996	<i>Accounting for Transfers and Servicing of Financial Assets and Extinguishments of Liabilities</i>
126	1996	<i>Exemption from Certain Required Disclosures about Financial Instruments for Certain Nonpublic Entities--an amendment to FASB Statement No. 107</i>
127	1996	<i>Deferral of the Effective Date of Certain Provisions of FASB Statement No. 125--an amendment to FASB Statement No. 125</i>
128	1997	<i>Earnings per Share</i>
129	1997	<i>Disclosure of Information about Capital Structure</i>
130	1997	<i>Reporting Comprehensive Income</i>
131	1997	<i>Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information</i>
132	1998	<i>Employers' Disclosures about Pensions and Other Postretirement Benefits--an amendment of FASB Statements No. 87, 88, and 106</i>
133	1998	<i>Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities</i>
134	1998	<i>Accounting for Mortgage-Backed Securities Retained after the Securitization of Mortgage Loans Held for Sale by a Mortgage Banking Enterprise—an amendment of FASB Statement No. 65</i>
135	1999	<i>Rescission of FASB Statement No. 75 and Technical Corrections</i>
136	1999	<i>Transfers of Assets to a Not-for-Profit Organization or Charitable Trust That Raises or Holds Contributions for Others</i>

Anexo XII: FASB Statements of Financial Accounting Standards - SFAS (continuação)

Nº	Ano	Título
137	1999	<i>Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities—Deferral of the Effective Date of FASB Statement No. 133—an amendment of FASB Statement No. 133</i>
138	2000	<i>Accounting for Certain Derivative Instruments and Certain Hedging Activities—an amendment of FASB Statement No. 133</i>
139	2000	<i>Rescission of FASB Statement. 53 and amendments to FASB Statements No. 63, 89, and 121</i>
140	2000	<i>Accounting for Transfers and Servicing of Financial Assets and Extinguishments of Liabilities—a replacement of FASB Statement No. 125</i>
141	2001	<i>Business Combinations</i>
142	2001	<i>Goodwill and Other Intangible Assets</i>
143	2001	<i>Accounting for Asset Retirement Obligation</i>
144	2001	<i>Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets</i>
145	2002	<i>Rescission of FASB Statement No. 4, 44, and 64, Amendment of FASB Statement No. 13, and Technical Corrections</i>
146	2002	<i>Accounting for Costs Associated with Exit or Disposal Activities</i>
147	2002	<i>Acquisitions of Certain Financial Institutions—an amendment of FASB Statements No. 72 and 144 and FASB Interpretation No. 9</i>
148	2002	<i>Accounting for Stock-Based Compensation—Transition and Disclosure—an amendment of FASB Statement No. 123</i>
149	2003	<i>Amendment of Statement 133 on Derivative Instruments and Hedging Activities</i>
150	2003	<i>Accounting for Certain Financial Instruments with Characteristics of both Liabilities and Equity.</i>

Fonte: www.fasb.org

Anexo XII-A: Exposure Draft - SFAS

Nº	Ano	Título
XX	2003	Qualifying Special-Purpose Entities and Isolation of Transferred Assets—an amendment of FASB Statement No. 140 (Proposed Statement of Financial Accounting Standards)
XX	2003	Proposed AICPA Statement of Position, Accounting for Real Estate Time-Sharing Transactions and proposed Statement of Financial Accounting Standards, Accounting for Real Estate Time-Sharing Transactions—an amendment of FASB Statements No. 66 and 67
XX	2002	Accounting for Stock-Based Compensation: A Comparison of FASB Statement No. 123, Accounting for Stock-Based Compensation, and Its Related Interpretations, and IASB Proposed IFRS, Share-based Payment
XX	2001	Proposed AICPA Statement of Position, Accounting for Certain Costs and Activities Related to Property, Plant, and Equipment and proposed Statement of Financial Accounting Standards, Accounting in Interim and Annual Financial Statements for Certain Costs and Activities Related to Property, Plant, and Equipment—an amendment of APB Opinions No. 20 and 28 and FASB Statements No. 51 and 67 and a rescission of FASB Statement No. 73 (Permission has been granted by the AICPA to include the proposed SOP at this website.)
XX	2000	Proposed Amendment to FASB Concepts Statement No. 6 to Revise the Definition of Liabilities-an amendment of FASB Concepts Statement No. 6
XX	2000	Accounting for Financial Instruments with Characteristics of Liabilities, Equity, or Both (Proposed Statement of Financial Accounting Standards)
XX	1999	Reporting Financial Instruments and Certain Related Assets and Liabilities at Fair Value (Preliminary Views)
XX	1999	Consolidated Financial Statements: Purpose and Policy (Proposed Statement of Financial Accounting Standards)

Fonte: www.fasb.org/draft

XIII – Summary of Principles from ARS

- A. Profit is attributable to the whole process of business activity.
- B. Changes in resources should be classified among the amounts attributable to:
 - 1. changes in the dollar (price level changes);
 - 2. changes in replacement costs;
 - 3. sale or other transfer; and or
 - 4. other causes.
- C. All assets of the enterprise should be recorded in the accounts and reported in the financial statements.
- D. The problem of measuring (pricing, valuing) an asset is the problem of measuring the future services, and involves at least three steps:
 - 1. a determination if future services do in fact exist;
 - 2. an estimate of the quantity of services; and
 - 3. the choice of a method or basis or formula for pricing the quantity of services arrived at under 2 above. In general, the choice is to be made from the following:
 - a. a past exchange price, e.g. acquisition cost;
 - b. a current exchange price. e.g. replacement cost;
 - c. a future exchange price. e.g. anticipated selling price.
- 4. All assets in the form of money or claims to money should be shown at their discounted present value or equivalent.
- 5. Inventories which are readily salable at known prices with readily predictable costs of disposal should be recorded at net realizable value and the related revenue taken up at that time. Other inventory items should be recorded at their current replacement cost and the related gain or loss shown separately.
- 6. All items of plant and equipment in service, or held in standby status, should be recorded at cost of acquisition or construction with appropriate modification for

the effect of the changing dollar either in the primary statements or in supplementary statements.

7. The investment (cost or other basis) in plant should be amortized over the estimated economic life.
 8. All intangibles should be recorded at cost and those with limited life should be written off.
- E. All liabilities of the enterprise should be recorded in the accounts and reported in the statements.
- F. Those liabilities which call for settlement in goods or services (other than cash) should be measured by their selling prices.
- G. In a corporation, stockholder's equity should be classified into invested capital and retained earnings.
- H. The statement of the results of operations should reveal the components of profit in sufficient detail.

Of the assets and liabilities, and related revenues and expenses, gains and losses, of business enterprises.

The major controversy in ARS#3 eventually centered on the recommended recognition of all objectively determined changes in assets, including the recognition of price-level changes, changes in replacement values, and changes from other causes.

Fonte: Evans (2003,56)